

Lúcia da Costa Ferreira

OS FANTASMAS DO VALE

(Representações e Modos de Ação Social em Cubatão, SP)

Dissertação Apresentada ao Programa
de Mestrado em Sociologia * DCS/IFCH

UNICAMP

*Este exemplar aprovado
à natureza geral da dissertação
de pesquisa e aprovado
pelo Conselho Julgadora
em 23/07/91.*

Orientador: Daniel Joseph Hogan †

DJH

Campinas

1991

CLASSIF.	
AUTOR	1-1113
V.	11
TCMBO B	114315

CM-00013780-2

A Marina e Cesinha.

Índice

Agradecimentos	i
Glossário de Siglas	iii
Introdução	001
Primeiro Momento	
O Fim do Silêncio	031
§ 1. Algumas Representações sobre Ambiente e Desenvolvimento	034
§ 2. O Ambiente como Fator Limitante do Desenvolvimento ..	046
§ 3. O Processo de Ocupação do Espaço, ou Como Cubatão Ficou Órfão	052
§ 4. O Rompimento do Silêncio: Primeiras Manifestações em Cubatão	062
§ 5. Primeira Discussão, ou um Prelúdio de Profanação	082
Segundo Momento	
A Constituição dos Protagonistas da Ação Social	090
§ 1. Vila Parisi: o Monopólio Incômodo da Negatividade ...	092
Os Antecedentes	095
O Vale da Vida: As Elites na Dianteira da Ação	102
Os Atores do Descontentamento	112
O Estigma de Vale da Morte	122
§ 2. As Anomalias Congênicas, ou a Semente da Dúvida	136
A Associação das Vítimas	141
O Papel da SBPC	147
A Comissão Interministerial	151

§ 3. A Explosão de Vila Socó, ou o Fim de Antigos Monopólios.	157
O Risco Atinge a Todos	162
A Derrota da Ação Política	170
§ 4. Segunda Discussão: Uma Cidade Doente	182
Breves Considerações	188
Bibliografia	203
Anexos	211

* * *

Agradecimentos

Sou imensamente grata a inúmeras pessoas, cujo peso ou influência em minha formação intelectual tem sido inestimável. Gostaria apenas de apontar algumas delas.

A Maria do Carmo Sampaio de Almeida Ferreira e Fernando Sampaio da Costa Ferreira devo a base de minha visão de mundo. A Cesar Martinelli devo o reconhecimento pela boa parceria no momento em que estavam sendo delineados alguns rumos de meu futuro. A Marina Martinelli sou grata pelas cores do futuro.

Dentre as inúmeras leituras, sugestões, críticas e provocações estimulantes, gostaria de citar pelo menos Sérgio Miceli e Pedro Jacobi. Agradeço igualmente a Ísis Aparecida Rodrigues, Roque Monteleone e Marcília Medrado Faria, por colocarem a minha disposição bibliografia, documentos e informações inéditas, extremamente úteis a esta dissertação.

Sou grata ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambien

tais (UNICAMP) que me acolheu a partir de 1988, na fase de redação deste texto. Além do ambiente propício à pesquisa interdisciplinar. sou imensamente grata a Archimedes Perez Filho, Maria Ivonete Zorzeto Teixeira e Luís Roberto Monteiro pelo apoio constante e amigável.

Gostaria de fazer um agradecimento especial a Leila da Costa Ferreira, Sônia da Cal Seixas Barbosa, Nilce Panzutti, Oswaldo Sevá, Eduardo Viola e Marcos Sorrentino pelo diálogo intenso. Cada qual a seu modo, são todos fortes presenças nos contornos de meu olhar sobre Cubatão.

Para com Daniel Hogan, meu débito ultrapassa os limites da influência do orientador ou amigo. Seu papel vai além dos avanços e recuos de minha formação pessoal, na medida em que reforça as condições sociais e institucionais para que profissionais com formação interdisciplinar avancem sobre a posição de personagens em busca de um autor. Sua atuação aponta para a responsabilidade e importância da autoria. Somente espíritos democráticos e voltados ao futuro teriam envergadura para esta tarefa.

Gostaria de registrar também um agradecimento à UNICAMP, CAPES e FAPESP pelo apoio financeiro ao projeto. É preciso que se diga que o Auxílio à Pesquisa oferecido pela FAPESP foi essencial à observação sistemática do cotidiano da vida em Cubatão.

De resto, sinto-me imensamente grata aos protagonistas desta história, sejam os entrevistados ou informantes, seja o cidadão que vive e trabalha no Vale do Rio Mogi. Mas sobretudo àqueles que acreditaram, de uma forma ou de outra, que o pior ou o melhor não são faces opostas da utopia, mas uma construção.

Glossário de Siglas

ONU	- Organização das Nações Unidas
PNUMA	- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
NASA	- National Aeronautics & Space Administration
SEMA	- Secretaria Especial do Meio Ambiente
BNDE	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GEIQUIM	- Grupo Executivo da Indústria Química, Ministério da Indústria e Comércio
CI	- Comissão Interministerial
SBPC	- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SBE	- Sociedade Brasileira de Ecologia
ABPOLAR	- Associação Brasileira de Prevenção à Poluição do Ar
ABPN	- Associação Nacional de Proteção à Natureza
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CEBs	- Comunidades Eclesiais de Base
IPT	- Instituto de Pesquisas Tecnológicas
CONSEMA	- Conselho Estadual de Meio Ambiente
CETESB	- Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
DEPLAM	- Diretoria de Planejamento Ambiental, CETESB
SED	- Superintendência de Educação e Divulgação Ambiental, CETESB
GACO	- Gerência de Ação Comunitária, CETESB

- PLANASA - Planejamento e Assessoria Administrativa LTDA.
- SICCT - Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia,
Governo do Estado de São Paulo
- SEPLAN - Secretaria de Planejamento, Governo do Estado de São Pau
lo
- COSIPA - Companhia Siderúrgica Paulista
- RPBC - Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão
- FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
- CEI - Comissão Especial de Inquérito
- CEV - Comissão Especial de Vereadores
- AVPMCVC - Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições
de Vida de Cubatão
- PT - Partido dos Trabalhadores
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PFL - Partido da Frente Liberal
- PDC - Partido Democrata Cristão
- CS - Cidade de Santos (jornal)
- TS - Tribuna de Santos (jornal)
- JT - Jornal da Tarde
- OESP - O Estado de São Paulo
- FO - Folha de São Paulo

Introdução

A agenda de discussão política da década de oitenta foi marcada por uma intensa movimentação da opinião pública em torno do desastre sócio-ambiental provocado pelo complexo industrial de Cubatão, no estado de São Paulo; município limitado entre serra e mar, porém estratégico do ponto de vista econômico e geográfico, em sua localização entre o porto de Santos e o mercado consumidor representado pelas indústrias da metrópole paulistana.

O intenso debate e a polêmica incentivada pelos órgãos de comunicação e pela academia em geral, acabaram por sensibilizar alguns setores da população residente no município que, apesar da reação diferenciada, passaram a exigir das autoridades e lideranças locais e governamentais algum tipo de atuação frente à controvérsia em que se viram envolvidos, independentemente de suas vontades.

Representantes dos partidos, da municipalidade, os dirigentes industriais e sindicais, as Igrejas e lideranças políticas locais foram obrigados - pela criação desta demanda inesperada - a movimentar-se no sentido de responder a uma nova ordem de problemas e ocupar um espaço político até então abandonado: os problemas decorrentes da saturação dos sistemas naturais.

Os sinais de que Cubatão representaria um símbolo com fôlego suficiente para arrombar o silêncio característico da década anterior em torno do assunto, propiciou a invasão de agentes vistos como "externos" à comunidade que, por um bom período movimentaram-se sem grandes tensões com as lideranças locais, ainda perplexas diante do estigma de Vale da Morte e do espaço destinado a ele nos meios de comunicação.

Anteriormente orgulhosos da riqueza e pujança do parque industrial, que conferia a Cubatão a estatura de parceiro de Santos na hierarquia municipal da Baixada Santista, a elite local⁽¹⁾ e os dirigentes empresariais passaram a ter que conviver com a imagem do "menino barrigudo vivendo sob rolos de fumaça assassina" que circulou nacional e internacionalmente, graças à nova notoriedade do município.

Colocava-se em questão a partir dali os custos e

(1) O poder político local, famílias politicamente influentes constituídas de comerciantes, proprietários de terras e imóveis, além de profissionais liberais e a pequena tecnoburocracia local que, segundo as representações da comunidade, exercem o papel de formadores de opinião.

benefícios, tanto sociais como ambientais, gerados pelo modelo de desenvolvimento responsável pela implantação da industrialização no Brasil. O desastre cubatense apontava na realidade, à posição oficial do país na Conferência Mundial das Nações Unidas, realizada em Estocolmo na década anterior⁽²⁾. Costa Cavalcanti, aproveitando-se do binômio Poluição X Desenvolvimento, teria tornado pública em nome do governo brasileiro, a opção pelo desenvolvimento a qualquer custo, diante da representação de outros 112 países presentes.

Os ambientalistas atentos ao papel de porta-voz de interesses constituídos no Terceiro Mundo desempenhado pelo Brasil, em oposição ao fortalecimento da ação organizada internacional pela qualidade ambiental, desviavam agora suas atenções para Cubatão, a fim de colher os dividendos políticos daquela posição.

Isso gerou a nível local um sentimento de perplexidade sem precedentes nos moradores vizinhos ao parque industrial que, por sua vez, começaram a assistir à busca, às vezes minuciosa e outras apenas tumultuada, de crianças com malformações congênitas, trabalhadores deformados pelo produto de sua própria força de trabalho, com esperança de vida diminuída às raias do absurdo; levas de asmáticos, leucopênicos, neuróticos, amedrontados. E mortos. Vítimas da explosão de Vila Socó, do trabalho cotidiano nas

(2) Este papel foi desempenhado preferencialmente pela SBPC, através da proposta de temário para o ciclo de simpósios Estocolmo 72 X Cubatão 82, durante a 34ª Reunião Anual da entidade. Sobre a Conferência, ver: UNITED NATIONS ENVIRONMENT . In Defense of the Earth. The Basic Texts on Environment. Stockholm, Cocoyoc, Founex. Nairobi. 1981.

indústrias do polo que não ofereciam as mínimas condições de segurança. Fato evidenciado por exemplo, com o pentacloro fenol da Rhodia ou com o isocianato de metila da Union Carbide.

Estava criada a imagem de uma cidade doente.

O custo político desta imagem atingiu tanto o poder político municipal, quanto as esferas federais. Tanto os dirigentes industriais locais, quanto as matrizes das multinacionais ou das estatais mais poderosas do país. Todos tiveram que responder, de uma forma ou de outra, à disputa que se travou tanto no plano simbólico, quanto na esfera política. Alguns prontamente e outros apenas quando a pressão da opinião pública nacional e internacional tornou-se insustentável e a capa protetora da Segurança Nacional (ou dos órgãos de Segurança) não foi mais suficiente para proteger os interesses que ali se concentraram.

A ação organizada restringiu-se, contudo, às elites. Os setores circunscritos à mão de obra desqualificada ou ao mercado informal só estiveram presentes através da representação, discutível que possa vir a ser, da Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições de Vida de Cubatão, que materializava a aliança entre os militantes das Comunidades Eclesiais de Base das Igrejas Católica e Protestantes ligadas à Teologia da Libertação e o Partido dos Trabalhadores (PT), que se estruturou no município a partir de então.

Vale dizer que não foram ações ou condutas espon

tâneas que brotaram no seio das camadas de baixa renda, atingidas imediatamente pela pobreza e degradação ambiental. Pois os agentes citados atuaram efetivamente no sentido de canalizar e organizar carências diluídas e não reconhecidas socialmente, em torno da identidade comum às vítimas do desenvolvimento urbano-industrial e do processo de acumulação. A imagem genérica utilizada através das condutas voltadas à politização de tais carências era de "filhos da poluição".

Pode parecer irônico, mas as disputas regionais foram durante a maior parte do tempo, senão dirigidas, pelo menos mediadas pelo "resto do país e do mundo" onde, em certa medida as condutas e as representações mais ecologizadas não causavam tamanho estranhamento. O Estado e seus agentes, talvez pela impermeabilidade demonstrada diante desta ordem de demandas, só serão lembrados mais a frente, com o desenrolar dos acontecimentos.

Esta investigação trata, em última instância, da emergência de condutas voltadas à politização das representações sociais relativas à saturação ecossistêmica, decorrentes das características do processo de industrialização brasileiro.

A emergência destas condutas ocorreu em um quadro social de anomia frente ao perfil de qualidade dos sistemas naturais. Até a década de setenta, o Brasil realizava-se no mito de desenvolvimento e a questão ambiental, sob a perspectiva de valores predatórios, era tratada como a antítese do desenvolvimento nacional.

Segundo as representações oficiais, reveladas publicamente na Conferência das Nações Unidas em 72, a ausência de leis, normas, ou regras de organização do espaço de constituição da política ambiental brasileira, aliada à desvalorização brutal da mão de obra nacional no mercado de trabalho mundial, constituíam-se nos trunfos com que o Brasil posicionava-se na geopolítica internacional. Garantia-se ao país um papel, secundário ou dependente que seja, na economia capitalista. Institucionalizar ou dar respostas oficiais a demandas pela melhoria da qualidade ambiental significava, antes de mais nada, abdicar do poder de barganha na ordem econômica internacional.

Cubatão nesta medida, redimensiona a face pública do mito desenvolvimentista e inicia de fato um longo processo de estigmatização, que ultrapassa-o enquanto caso particular para atingir o Brasil como um todo. O mito desenvolvimentista, na medida em que não se realiza concretamente e funciona apenas como proclamação ideológica, é substituído através das condutas políticas emergentes, pela imagem da devastação. Seja a devastação dos sistemas naturais em si, como é o caso da destruição de florestas úmidas na Amazônia ou na Mata Atlântica, seja a devastação que atinge as camadas de baixa renda, reveladas em Cubatão por exemplo, através de estatísticas sobre saúde ocupacional e saúde pública em geral, uso indiscriminado de produtos perigosos (como por exemplo, isocianato de metila, pentacloro fenol e benzeno, dentre muitos outros), além dos casos de malformações congênitas.

Cubatão, inaugurando um debate caloroso e funcionando como caso concreto, desempenhou um papel central às condutas voltadas à politização das representações sobre qualidade ambiental. Se as carências que gerou não obtiveram respostas eficazes, enquanto demandas reconhecidas pelo sistema institucional formal, revelaram com bastante precisão os contornos políticos do espaço público construído a duras penas em torno do tema, nas duas últimas décadas.

Surgem assim algumas indagações que, senão puderam ser totalmente resolvidas durante esta investigação, ficaram sem dúvida melhor delineadas. Dentre estas, há pelo menos duas que ocupam posição de destaque. Em primeiro lugar, em um país onde as representações e carências relativas à pobreza em áreas urbano-industriais ocupam o espaço preferencial de constituição da cidadania, invadindo ora a retórica oficial, ora a agenda dos movimentos reivindicatórios, a saturação ecossistêmica que caracteriza o território nacional recoloca, sob outras bases, a noção de direitos socialmente construída, redefinindo as possibilidades e dificuldades da constituição de atores sociais e políticos no Brasil.

Em segundo lugar, Cubatão aponta ainda para a personalização das relações sociais, como elemento complicador ao fortalecimento da ação política organizada. As condutas voltadas à politização de carências não-materiais, cujo sentido é buscado na vida privada, ganham o espaço público interfirindo nas condutas voltadas à participação política.

Na realidade, como pano de fundo a estas indagações encontra-se a preocupação acerca das possibilidades e dificuldades enfrentadas pelas condutas políticas voltadas à qualidade de sistemas naturais, na articulação de outros setores da sociedade brasileira que ultrapassem as fronteiras das classes médias urbanas, principalmente de seus segmentos mais intelectualizados. So lo obviamente fecundo para o desenvolvimento de opções existenciais e muitas vezes políticas, por um modo de vida calcado em valores pós-materialistas.

Sem dúvida alguma esta é uma intenção pretenciosa e o que se pretendeu com esta investigação não ultrapassou os limites e possibilidades de um primeiro contato empírico com esta temática mais geral. Todavia, diante do que se pode perceber com o desenvolvimento da pesquisa, a fecundidade do caso escolhido possibilitou que se encaminhasse as análises no sentido proposto acima. Pois foi exatamente esta preocupação inicial que definiu a estratégia de escolher-se Cubatão como estudo de caso.

Esta escolha caminha de fato, em um duplo sentido. Em primeiro lugar porque Cubatão como que significou um prelúdio aos rumos da ação política em torno da qualidade ambiental no estado de São Paulo, mas também no restante do Brasil, no final da década passada. Estudar mais demoradamente a formação daquelas condutas, a pressão para sua institucionalização e as possibilidades de reconhecimento público a demandas emergentes, tal qual se deu ali representa, em certa medida, alguns sinais da natureza e disseminação de valores que se contrapõem ao mito desenvolvimentis

ta, depois de minorados os efeitos do primeiro estranhamento.

Em segundo lugar, porque a tensão criada pelo caso de Cubatão acabou por construir uma imagem que deu margem à formação de duas dimensões de condutas. Em uma delas investiu-se na politização de carências, transformando-as através da ação mobilizatória em reivindicações dirigidas ao sistema institucional formal, para que este incorporasse, enquanto demanda, as possibilidades objetivas de reprodução da vida coletiva "latu sensu". E aí eram discutidas e reivindicadas as condições materiais de vida e a sobrecarga dos sistemas que assentam o complexo industrial. Não obstante, em um outro sentido, deliberadamente ou não, investiu-se maciçamente na criação e politização de um estigma e o Vale da Morte foi sendo estampado no imaginário político da década. O grau de importância que lhe foi conferido como símbolo - em oposição ao mito desenvolvimentista - manteve-se quase que ileso até os dias atuais, quando a temática alçou vôo por sobre os muros do movimento ambientalista, para ser incorporada ao discurso político do Estado, da imprensa, do movimento sindical e de candidatos a cargos eletivos em geral.

Mais que introduzida, autorizada.

Estavam postas então, as condições empíricas mínimas que possibilitariam cercar o conflito que se travou em torno da crise sócio-ambiental regional, a fim de recortar as fronteiras que delimitariam as posições dos agentes que se movimentaram em torno do tema, com o propósito de organizar carências não reconhecidas anteriormente, gerar novas reivindicações a serem atendidas

pelo sistema político e assim, reformular o espaço público, incorporando as demandas emergentes.

Tinha-se em mente investigar, de maneira geral, as manifestações políticas e sociais - reveladas em representações e condutas organizadoras - provocadas pela crise sócio-ambiental vivida por Cubatão, com ênfase nos efeitos de seu reconhecimento público sobre o espaço político local.

A hipótese inicial construída durante a fase de pré-investigação de campo foi estruturada de modo a investigar uma diferenciação, socialmente determinada, tanto nas representações como nos modos de ação frente à saturação dos sistemas naturais da Baixada Santista, provocada pelo parque industrial.

Esta determinação social conduziria à negação do problema observada junto às camadas de baixa renda, que priorizariam as reivindicações por direitos a serviços públicos ou a melhores condições de vida de um modo geral, todos direitos referentes a carências materiais, ligadas à idéia última de reprodução "strictu sensu" da força de trabalho.

As elites de um modo geral - incluídos aí o poder político municipal, dirigentes industriais e o Estado - obviamente endossariam e seriam os principais articuladores políticos da posição de negação ao problema ambiental, movidos também por um interesse de classe.

Esta estranha aliança, em torno de uma representa

ção de interesses, seria responsável pelo que parecia a inexistência de qualquer processo de politização de representações relativas à temática em Cubatão, uma vez que o município não contava com lideranças aptas a enfrentar carências outras que não aquelas imediatamente circunscritas à esfera do Trabalho e da Produção. Esperava-se que este papel fosse desempenhado pelas camadas médias, residentes fora dos limites do complexo industrial.

Sem abandonar definitivamente esta ordem de determinações, o desenvolvimento da pesquisa de campo apontou alguns sinais de que a hipótese inicial deveria relativizar tais pressupostos, sofrendo algumas reformulações.

O trabalho de campo confirmou de fato, que havia uma profunda diferenciação nas condutas em formação. O que era inesperado é que algumas delas revelassem formatos pouco convencionais, do ponto de vista da mobilização política.

Optou-se assim, por escolher aquelas que mostraram-se empiricamente mais fortalecidas, independentemente de serem as mais representativas da estrutura social do município. O primeiro passo foi promover um mapeamento das posições e condutas visíveis localmente, para somente a partir daí enfrentar as características, tendências e contornos do conflito local, independentemente de quaisquer outros pressupostos.

Ao final da pesquisa foram sistematizados quatro modos de ação diferenciados, segundo as formas concretas que foram adquirindo, ou expressando publicamente, ora excludentes, an

tagônicas, ora complementares. Os critérios utilizados nesta sistematização diziam respeito a semelhanças e diferenças nas formas de abordar e dar sentido ao problema, tanto no que diz respeito às representações que lhe dão sustentação, quanto às estratégias privilegiadas, ao tipo de carências enfrentadas e os resultados esperados com a ação; enfim, os critérios pinçados ao nível da pesquisa procuraram dar uma conotação político-institucional à construção dos papéis sociais que foram desempenhados em Cubatão, à partir da emergência desta nova ordem de problemas, até então levada em consideração apenas por segmentos restritos da sociedade.

Somente a partir de então, foram esboçadas inferências acerca das possíveis correlações com as fronteiras que delimitam as posições dos protagonistas da ação junto à estrutura social, filiação político-partidária, crenças religiosas e assim por diante. Os modos de ação principais foram a ação socialista, ação ambientalista, ambas categorias eminentemente políticas, ação tecnocrática e ação comunitária.

A partir de determinado momento, o conflito foi redefinido segundo a oposição entre ação política (voltada à participação popular por melhoria da qualidade ambiental, que congregava as duas primeiras formas de ação) e a ação comunitária (congregando posições de negação aos problemas ambientais).

Analisar mais demoradamente esta oposição mais genérica, sua natureza e tendências, parecia ser o grande desafio para penetrar na história recente de Cubatão.

A negação ao problema não podia mais ser analisa

da em si mesma, mas ressurgia exatamente como um dos polos de um conflito peculiar. De acordo com a reformulação hipotética este conflito passava a ser compreendido como resultado de um longo e intenso processo de politização de carências reais que, na realidade, revelavam contornos inesperados e eram expressas por diversos segmentos sociais e não apenas por "excluídos", ou pela classe dirigente, representada regionalmente.

Indo mais além, a negação ao problema ambiental não parecia restringir-se a representações sociais de determinadas carências passíveis de serem colhidas aleatoriamente. Estas representações poderiam movimentar um importante modo de ação que, se não pôde ser definido imediatamente a partir de instrumentos tradicionais de análise sobre participação política⁽³⁾, fazia crer na possibilidade de ter desempenhado um papel central no delineamento do conflito regional.

Em outras palavras, os fatores estruturais utilizados por Georg Lukács⁽⁴⁾ para analisar a consciência social, categorizada em torno dos limites da "consciência possível" e da "consciência real", funcionavam como pressupostos importantes na formulação hipotética inicial.

(3) ALFORD, R. & FRIENDLAND, R. "Political Participation and Public Policy". Annual Review of Sociology. Vol. 1. 1975. pp. 429-79. BAQUERO, M. & REIS, J. "Participação e Espaço Imaginário". Revista de Ciências Sociais. 1(2): 38-45. 1987. BAYLIS, T. "The Faces of Participation: A Comparative Perspective". Political Participation in Latin America. Vol.1. Holmes & Meier Publishers, Inc. pp. 34-42. 1978.

(4) LUKÁCS, G. História e Consciência de Classe. Publicações Escorpião. Lisboa. 1974.

Se havia, contudo, uma tendência inicial em negar-se a expressar publicamente carências relativas à sobrecarga dos ecossistemas da Baixada Santista, por outro lado, algumas fontes como por exemplo, a imprensa regional, documentos dos arquivos da Associação das Vítimas, Pastoral Operária, falavam em uma intensa mobilização popular em torno do mesmo tema. Esta mesma impressão ressurgia durante conversas informais com os mesmos protagonistas que anteriormente apresentavam um discurso, bem recortado e organizado, em torno da oposição a setores "interessados em denegrir a imagem da cidade".

Em última instância, mudou-se a qualidade da indagação inicial. Não importava mais saber se a degradação ambiental, objetivamente reconhecida, tornava possível a formação de uma consciência social compatível com a realidade vivenciada pelo município, tendo em vista suas características estruturais.

Incorporando a negação do problema ambiental ao conflito, não mais compreendida como ausência de consciência e sim como mais uma conduta política organizada em torno de carências relativas à qualidade ambiental, restava compreender então, porque tais condutas, tal qual a mobilização política, pareciam tão fortalecidas. A que tipo de carências atendiam? Em que qua-dro social e político emergiram e sobreviveram? Quais os principais protagonistas e as estratégias privilegiadas por cada um dos modos de ação encontrados ali? Quais as representações que lhe conferem sentido? Qual o papel que desempenharam no delineamento do conflito regional e sua importância na construção ou am

pliação do espaço político próprio à temática, para além dos limites do Vale do Rio Mogi? O quê reivindicam e principalmente onde, ou em que reside sua eficácia? Finalmente, o quê apontam, em termos das características e natureza da expansão da temática ambiental em um país do Terceiro Mundo?

De qualquer forma, apesar da opção pelo fortalecimento da observação empírica, há alguns elementos ou critérios teórico-metodológicos que nortearam as escolhas nesta pesquisa e que merecem, ainda que em ligeira incursão, serem melhor explicitados.

O primeiro deles diz respeito aos modos de encarar os agentes sociais e as formas de conflito assumidas entre eles. A construção da identidade e seus papéis sociais empreendida aqui, tentou ultrapassar as categorias pertencentes à estrutura social, para analisá-los nas várias dimensões presentes ao longo da prática social.

Em Cubatão por exemplo, a temática ambiental atingiu agentes sociais de forma diferenciada, expondo camadas sociais a efeitos mais ou menos perversos da devastação ambiental. Mas enfraqueceu também os laços entre as várias identidades do morador ou moradora, do trabalhador ou trabalhadora, enquanto produtores, consumidores, contribuintes, cidadãos pertencentes a uma determinada Nação. Construiu-se ali uma identidade incomum, indefinida social e institucionalmente, pois atua coletivamente no sentido de diluir os papéis socialmente construídos em um clima de perplexidade e indefinição.

Este clima de perplexidade e indefinição aponta curiosamente, à fragilidade dos contornos entre a vida pública e a vida privada, entre o familiar ou habitual e o inesperado, que compõem de fato a face trágica da devastação que atingiu Cubatão, bem como o Brasil como um todo.

Assim, optou-se aqui por conceber os agentes e os níveis sociais e políticos, públicos ou privados por onde transitam e constroem suas identidades e os papéis que desempenharão a cada nova situação, como uma construção. Uma dimensão presente em maior ou menor escala, ao longo de toda a prática social⁽⁵⁾:

"(...) Não há nenhuma posição de sujeito, cujas conexões com as outras posições possam ser permanentemente asseguradas; e por consequência, não há nenhuma identidade socialmente adquirida que não esteja sujeita, em maior ou menor escala, à ação de práticas articulatórias."

Desta maneira e através da pesquisa empírica foram observadas carências expressas por moradores de Cubatão ou lideranças políticas locais ou regionais, que muitas vezes não obtiveram expressão pública; ou seja, encontravam-se como que imersas em um nível pré-institucional, que Alain Touraine⁽⁶⁾ chama de "opinião pública".

(5) LACLAU, E. "Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social". Revista Brasileira de Ciências Sociais. nº 2, vol.1. ANPOCS. S.P. 1986.p.44.

(6) TOURAINE, A. "As Possibilidades da Democracia na América Latina". Revista Brasileira de Ciências Sociais. nº 1, vol. 1. ANPOCS. S.Paulo. 1986.p.12.

Estas carências na maior parte das vezes não chegam a constituir-se como reivindicação, seja pela permeabilidade seletiva do Estado⁽⁷⁾, seja pelas características dos partidos, sindicatos, ou outros formatos tradicionais de participação política, que por seus limites internos não autorizam a formulação ou expressão pública de carências, construídas fora dos limites do diálogo com o Estado.⁽⁸⁾

Alain Touraine e muitos outros autores frizam que nem toda carência transforma-se mecanicamente em reivindicação, pois nem toda representação sobre necessidade diluída, ou mesmo expressa junto ao tecido social é reconhecida institucionalmente como demanda, seja pelo Estado, seja pelos organismos políticos tradicionais. Entre elas há um movimento de construção coletiva, que depende da mediação do direito, socialmente autorizado e normatizado por ambos os polos da relação Estado e Sociedade Civil.⁽⁹⁾

Para o Brasil, mediante o fortalecimento gradati

(7) JACOBI, P. Movimentos Sociais e políticas Públicas. Editora Cortez. São Paulo. 1989. NUNES, E. "Carências Urbanas, Reivindicações Sociais e Valores Democráticos". Lua Nova. nº 17. CEDEC. São Paulo. 1989. "Critérios de Racionalidade e Problemas Funcionais da Ação Político-Administrativa" in Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Tempo Brasileiro. R.Janeiro. 1984.

(8) HABERMAS, J. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. 1984. _____. "A Nova Intransparência". Novos Estudos. nº 18. São Paulo. 1987.

(9) TOURAINE, A. Le Retour de L'Acteur. Fayard. Paris. 1983. _____. Palavra e Sangue. Política e Sociedade na América Latina. Editora UNICAMP. 1989. LURHAM, E. "Movimentos Sociais: A Construção da Cidadania". Novos Estudos.

vo do Estado em detrimento da sociedade civil⁽¹⁰⁾, a normatização de novos direitos ampliando o universo e os limites das representações sobre cidadania é tarefa, no mínimo dolorosa. Cubatão soube disso a duras penas.

Mais uma vez Alain Touraine⁽¹¹⁾ talvez possa dar a dimensão exata do eixo de análise que dá corpo e sentido à reformulação hipotética em curso durante esta pesquisa e que só chegará a ter seus contornos melhor definidos, ao final das últimas páginas desta dissertação. Evidentemente, dados os limites inerentes a uma dissertação de mestrado, esta reformulação não apresenta mais que um modesto exercício, voltado muito mais à constituição empírica de coletividades possíveis, que uma problematização teórica em si mesma.

Para o autor, esta busca de referências junto à prática social "não tem outra finalidade que a de explicitar a transformação central dos conflitos sociais". Não é mais em nome do cidadão ou do trabalhador que as condutas sociais ou as lutas reivindicatórias acabam se definindo, contra o sistema de dominação responsável pelo direcionamento do conjunto da sociedade a um certo tipo de desenvolvimento.

CEBRAP. nº 10. São Paulo. 1984. _____. "A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas" in CARDOSO, R.C.L. A Aventura Antropológica. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 1986.

(10) TOURAINE, A. (1983, 1989). op.cit.

(11) TOURAINE, A. "Os Novos Conflitos Sociais. Para Evitar Mal-Entendidos". Lua Nova. nº 17. CEDEC. São Paulo. 1989. p. 10.

É em nome de coletividades em demolição e construção diária, que podem ser definidas muito mais por seu "existir" do que por sua atividade publicamente reconhecida, ou em outras palavras, cuja face pública seja institucionalmente reconhecida. Para Alain Touraine⁽¹²⁾ a dominação social depende em última instância, de uma resistência global contra a manipulação. Ao que parece, esta acontecerá ou não a depender de um acordo social entre classes, ou segmentos sociais diferenciados. Este acordo dependerá por sua vez, da formulação dos direitos que uma sociedade julga possuir.

Para o autor, a resistência não pode ser limitada a um papel social, ela só adquire importância quando mobiliza o conjunto da sociedade.

Diante do problema ambiental, graças a suas características globalizantes do ponto de vista de classe ou temporalidade, os problemas relativos ao trabalho e a produção não desaparecem, mas ressurgem englobados num conjunto mais amplo e complexo. Ao invés de procurar o papel central da renovação operária, busca-se indícios de transformação ou estagnação social também de forma mais ampla, desde que se admita que as mudanças são resultado de uma construção coletiva. No caso de Cubatão, o Vale do Rio Mogi tornou-se de fato povoado de fantasmas. Suas características, contornos e possibilidades dependiam da eficácia e capacidade dos

(12) TOURAINE, A. (1983, 1989a, 1989b). op.cit.

atores de se constituírem social e publicamente.

Por fim, resta ainda lembrar que as representações coletivas não são analisadas como parte da superestrutura, de modo a que um nível da realidade social seja postulado como "verdade última" dos outros níveis em questão. Trata-se sim de uma causalção circular, nas palavras de Marcel Mauss⁽¹³⁾, onde um nível remete a outro, até o ponto em que a própria existência de níveis diferenciados é questionável para além de uma perspectiva metodológica:

"Na maioria das representações coletivas, já não se trata de uma representação única e sim de uma representação escolhida arbitrariamente, ou mais ou menos arbitrariamente, para significar outras e comandar práticas."

O imaginário por sua vez, é tratado aqui como uma "matriz de representação" que produz uma visão de sociedade, ou das relações íntimas que esta mantém com o ambiente. É portanto, produto de uma elaboração coletiva díspare e articulada, repondo constantemente questões acerca da apreensão de sua singularidade. Não interessa enquanto "aparência" ou "ilusão", mesmo porque o próprio deslocamento entre representação e prática pode ser um indício, ou sinal da emergência de novas representações, instituintes de uma outra compreensão da realidade.⁽¹⁴⁾

(13) MAUSS, M. "Relações Reais e Práticas entre Psicologia e Sociologia" in Sociologia e Antropologia. Vol. 1. Ed. Istmo. Lisboa. 1971. p. 190.

(14) LEFORT, C. A Invenção Democrática. Brasiliense. São Paulo. 1983. SADER, E. PAOLI, M.C. et alii. "Pensando a Classe Operária: Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico". Revista Brasileira de História. nº 6. São Paulo. 1983. Dos mesmos autores: "Sobre 'Classes Populares' no Pensamento Sociológico Brasileiro". in CARDOSO, R.C.L. et alii (1986). op.cit. pp. 39-67. OSAKABE, H. Argumentação e Discurso Político. Kairós. 1979.

A Pesquisa

O período coberto pela análise abrange dez (10) anos: de 1975 a 1985, definido de modo a cobrir as possíveis influências da Conferência das Nações Unidas realizada em Estocolmo em 1972, cuja expressão mais significativa para Cubatão foi materializada uma década depois, na 34ª Reunião Anual da SBPC, onde o tema "Cubatão" sem sombras de dúvida jogou um papel fundamental. A opção por concluir o período de investigação justamente no ano em que se iniciaram os trabalhos de campo, deve-se à avaliação de que a partir de então as lideranças locais, segundo suas próprias representações, diminuíram a intensidade de sua participação política. Saíam propositadamente da cena pública, aguardando os resultados da própria ação. Parecia arriscado fazer previsões acerca de uma nova fase, que certamente está sendo gestada. Para os propósitos desta investigação, para as cores passíveis de serem decodificadas pelo olhar da autora, este período pareceu ter começo, meio e fim.

Quanto ao universo da pesquisa, esta restringiu-se às lideranças com visibilidade pública no cenário local. O espaço político foi composto pelos principais canais institucionais formais de participação (partidos e associações de classe) e os informais (as principais expressões do movimento popular reivindicatório e grupos de interesse), o poder político local, além do Estado e seus agentes. Representando os principais articuladores sociais externos ao município, foram abordadas as Igrejas (Católica, tanto a Igreja Libertadora, quanto a Carismática; além das Protestantes, Episcopal e Metodista), a Universidade e Institutos

de Pesquisa e sua principal associação, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Finalmente foi abordada a Imprensa, tanto da capital, quanto a imprensa regional (VIDE ANEXO 2, Lista de Instituições e Entrevistados).

Cada uma destas instâncias, cujo papel desempenha do no conflito pode ser fortemente demarcado, foi penetrada de diversas formas definidas a partir da escolha das principais fontes de dados: 1) levantamento bibliográfico e da imprensa regional e da capital do Estado; 2) levantamento de documentos de arquivos pessoais e institucionais, com ênfase nos partidos, sindicatos de trabalhadores e regional do CIESP, Associação das Vítimas, Pastoral Operária, Centro Ecumênico de Documentação e Informação e Lion's Club de Cubatão; 3) entrevistas abertas e gravadas com os principais protagonistas da ação e; 4) acompanhamento sistemático do cotidiano do município ou dos principais atores do conflito, englobando aí conversas informais (sem o gravador) com moradores em geral, militantes de partidos e do movimento reivindicatório, sindicalistas ou filiados em geral, funcionários de diversos órgãos públicos, fiéis das igrejas. Todos escolhidos aleatoriamente com o intuito de fugir às representações colhidas durante as entrevistas com as lideranças.

Os temas das entrevistas e conversas informais mantiveram um núcleo central, incorporando ou suprimindo sub-temas, detalhando e acentuando aspectos às vezes diferenciados, de acordo com o papel social e político de cada entrevistado ou informante.

Em linhas gerais, a matriz temática englobava: o

posicionamento frente ao problema; as formas de encará-lo; referências utilizadas (matrizes de representações e espaços de diálogo e informação); principais causas, aliados, adversários, reivindicações, formas de ação e estratégias. Mais além, a matriz abordava dados pessoais do entrevistado, tanto aqueles que dizem respeito a sua inserção geral na estrutura sócio-econômica (renda familiar, escolaridade, local de moradia, dentre outros), quanto a história de vida, trajetória familiar e profissional, filiações político-partidárias e opções religiosas.

Sob a perspectiva das técnicas utilizadas, a pesquisa de campo foi conduzida de modo a penetrar na história recente do município de Cubatão, a partir da integração de algumas condutas complementares, de modo a captar as representações expressas na forma oral e escrita.

O primeiro passo foi abordar a literatura especializada e relatórios de atividades e pesquisa disponíveis sobre Cubatão em universidades, institutos de pesquisa, secretarias e órgãos de Estado.

Em um segundo momento foi empreendida uma pré-investigação que consistiu no acompanhamento sistemático das eleições municipais, que ocorreriam pela primeira vez depois que Cubatão passou a ser considerado área de interesse da Segurança Nacional.

A pré-investigação englobou uma coleta de dados contidos nos arquivos dos partidos políticos que concorreram, material de campanha, entrevistas gravadas com os cinco candidatos,

além da participação de diversas reuniões entre correligionários e conversas informais com os próprios entrevistados e militantes em geral. Sempre que se observou indícios de qualquer tensão interna, os possíveis opositores também foram entrevistados.

Este procedimento inicial repetiu-se em todas as fases da pesquisa de campo, tomando-se inclusive o cuidado de iniciar os contatos com os entrevistados a partir de vários encontros e conversas informais, que antecederam sempre as entrevistas em si.

Através das disputas travadas durante as eleições já foi possível esboçar um primeiro mapeamento dos campos de relações e condutas formados a partir do reconhecimento público dos limites homeostáticos dos sistemas naturais, sob pressão do parque industrial. Estavam postos ali os principais contornos sociais e políticos que movem o cotidiano do município, integrando o inclusive, ao sistema político regional e nacional.

Em seguida empreendeu-se um levantamento de dados junto à grande imprensa paulistana e dos jornais regionais, a fim de recortar melhor os campos de relações visíveis já por ocasião das eleições, além dos principais temas relativos à saturação ambiental que lhe conferem sentido. Nesta etapa do trabalho foram privilegiados os dados referente à temporalidade relativa à noção de processo, uma vez que as eleições representavam apenas um momento presente em uma dinâmica mais ampla.

Na realidade, a imprensa foi utilizada sob uma

dupla perspectiva. O recurso ao material de imprensa, motivado em primeiro lugar pela óbvia necessidade de acesso aos fatos, justifica-se também pelo interesse em conhecer a imagem de "meio ambiente" difundida ao grande público. Este interesse acabou sendo reforçado pela constatação de dois fenômenos simultâneos: o aumento considerável do espaço destinado ao tema naqueles jornais que anteriormente caracterizavam-se por desconsiderá-lo como fato jornalístico, ou na melhor das hipóteses relegá-lo às páginas secundárias. Mas sobretudo graças à ampliação do papel da imprensa na "popularização" da preocupação ambientalista e conservacionista no Brasil. (15)

Por fim, depois de construído este primeiro esboço a partir das fontes anteriores, chegou-se à fase mais propriamente qualitativa da pesquisa. Nesta fase as fontes priorizadas foram as entrevistas semi-dirigidas, gravadas, empreendidas depois de uma fase suficientemente longa de contatos informais e acompanhamento das condutas do entrevistado. Tinha-se em mente tipificá-los em um contexto social mais amplo, antes do momento da entrevista. (16)

(15) BENEVIDES, M.V. Violência, Povo e Polícia. Brasiliense. São Paulo. 1983.

(16) MALINOWSKI, B. "Baloma: los Espíritus de los Muertos em las Islas Trobriand" in Magia, Ciencia, Religión. Ariel. Barcelona. 1974. DURHAM, E. A Reconstituição da Realidade. Ática. São Paulo. 1978. MAGNANI, J. G. C. "Discurso e Representação, ou de Como os Baloma de Kiriwina Podem Reencarnar-se nas Atuais Pesquisas" in CARDOSO, R.C.L. (1986). op.cit. ZALUAR, A. "Teoria e Prática do Trabalho de Campo: Alguns Problemas" in CARDOSO, R.C.L. (1986). op.cit.

O acesso às representações dos agentes, através de suas manifestações, ou seja o discurso, deu-se através da atribuição de identidades, mas foram também consideradas as condições e condutas sociais e políticas de inserção de cada um dos entrevistados: as idéias e crenças não existem apenas nas opiniões conscientes e formuladas pelos membros de uma coletividade, mas estão incorporadas em instituições sociais e espalhadas nas condutas. (17)

Os protagonistas foram definidos durante as etapas anteriores da pesquisa, a partir de critérios que levaram em conta as diferenciações sociais e políticas que compunham as fronteiras entre representações e posições políticas em confronto. Nesta etapa foi possível fazê-lo especificamente por conta das diferenciações na forma de abordar e agir frente à saturação ambiental. Por esta ocasião, Cubatão vivia intensamente a temática e o conflito parecia aberto e visível.

Além das entrevistas, conversas informais e acompanhamento de eventos (assembléias, atos públicos, reuniões, seminários, visitas a campo promovidas por outras instituições) para os quais a autora foi convidada, algumas das personagens desta história recente acabaram por assumir, com muita naturalidade e vigor, o papel de informantes habituais da pesquisa. Papel este, no mínimo desgastante, uma vez que envolvia a memória de aconteci

(17) MALINOWSKI, B. (1974). op.cit. p. 315. Citado também por: MAGNANI, J.G.C. (1986). op.cit. p. 130.

mentos em curso, muitas vezes mal trabalhados a nível existencial e político, cujos desencantos, marchas e contramarchas acabaram por repovoar seu cotidiano, sempre que solicitados. Não obstante, foi justamente a afetividade destes encontros que tingiu de cores peculiares esta investigação.

Além de critérios puramente pessoais, a escolha dos informantes foi mais uma vez resguardada das diferenciações sociais e políticas que definiram os vários campos de disputa.

Por fim resta lembrar que estas etapas não foram rigorosamente cumpridas, de modo a compor um processo linear, onde uma inicia ao término da outra que lhe antecede. Mas ocorreram de forma dinâmica, apresentando-se imbricadas em uma justa e profunda articulação. Mesmo porque a construção de cada uma delas significou muito mais que a acumulação de informações, mas a descoberta de novas pistas que se combinaram para a reformulação hipotética em curso.

Na verdade, as técnicas utilizadas só têm importância na medida em que representam as múltiplas faces da comunicação simbólica entre autora e personagens do processo analisado. Um encontro que "supõe e repõe processos básicos, responsáveis pela criação de significados e de grupos. É nesse encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicar relações desconhecidas". (18)

(18) CARDOSO. R.C.L. "As Aventuras de Antropólogos em Campo ou Como Escapar das Armadilhas do Método" in CARDOSO, R.C.L. (1986). op.cit. p. 103.

Neste ponto o recurso à Antropologia foi fundamental. A pesquisa procurou através do contato inter-subjetivo, onde o estranhamento é preponderante nas informações colhidas, ultrapassar os limites do campo hipotético inicial, valorizando "a observação tanto quanto a participação. Se a última é condição necessária para o contato onde afeto e razão se completam, a primeira fornece a medida das coisas". (19)

* * *

Os capítulos foram estruturados de modo a discutir dois momentos diferentes do processo recente de politização da temática ambiental no estado de São Paulo. O eixo de diferenciação destes dois momentos é dado pelo movimento de construção/demolição do mito desenvolvimentista a que os atores aqui analisados estão expostos em suas relações político-institucionais. Sem pretender esgotar o tema, os capítulos procurarão contudo sistematizar pistas para penetrar em uma zona de possíveis mudanças.

Assim, o primeiro capítulo tem a finalidade de repensar a emergência de tentativas de politizar as representações coletivas acerca da qualidade ambiental, à luz de um caso exemplar do descaso generalizado quanto a esta ordem de problemas: o complexo sideropetroquímico de Cubatão, no estado de São Paulo; procurando traçar através da literatura e documentos disponíveis,

(19) idem. p. 103.

um esboço do perfil de representações sobre Desenvolvimento e Ambiente. Optou-se neste capítulo por buscar o nexo do silêncio característico das décadas anteriores em torno do assunto em algumas manifestações públicas dos atores da construção do desenvolvimentismo no Brasil, acerca das possibilidades de articulação destas questões vistas como excludentes. Esta discussão foi elaborada em um duplo sentido. No primeiro, as possibilidades de rompimento com o mito desenvolvimentista foram abordadas sob o ponto de vista do papel desempenhado por Cubatão nas mudanças, tanto do discurso oficial e na ação estatal, bem como nas representações coletivas dissimuladas ao nível da sociedade civil, no período anterior à década de oitenta.

Em outra direção, esta mais atentamente trabalhada, serão enfocados os reflexos da politização da temática, tal qual formulada acima, dentro das fronteiras de uma lógica interna à especificidade do município. Aqui foram discutidos alguns casos específicos onde a temática foi tornada pública, logo no início dos anos oitenta.

O segundo capítulo tomou duas direções simultâneas e complementares. A primeira delas diz respeito ao mapeamento dos modos de ação social organizados em Cubatão, a partir do reconhecimento público do processo de politização de carências relativas à qualidade ambiental.

Este mapeamento foi sistematizado de modo a agrupar representações sobre a crise que revela Cubatão, segundo as semelhanças e diferenças encontradas nas expectativas coletivamente

te expressas, nas propostas, carências, condutas, reivindicações, estratégias, campo de construção e expressão das condutas, além dos principais protagonistas de cada modo de ação observado.

A outra direção diz respeito ao campo de relações que se estabeleceu entre os modos de ação mais importantes, do ponto de vista da abrangência e eficácia política no trato das identidades possíveis à construção do espaço público em geral. Aí foram abandonados os critérios que privilegiam a materialidade da relação Estado/Sociedade. A cidadania é construída por caminhos muitas vezes inusitados.

Para integrar ambas as dimensões privilegiadas, as investigações ficaram circunscritas a três momentos distintos temática e temporalmente. São eles: 1) o momento de mobilização política em torno dos programas de relocação de moradores do Vale do Rio Mogi; 2) O momento de denúncias e mobilização em torno dos casos de anomalias congênitas e finalmente, 3) a explosão de Vila Socó.

Nas "Breves Considerações" foram tecidos os comentários finais quanto às características do processo de politização das carências relativas à qualidade ambiental e, mais além, quanto às possibilidades da constituição da cidadania em uma área urbano-industrial específica. Fechando esta seção foram sistematizados os modos de ação com fôlego suficiente para influenciar na construção dos atores sociais responsáveis pelas asas, com as quais a vida social e ambiental do município alçaram vôo por sobre a Serra do Mar.

primeiro momento

"(...) O pânico meridiano,
no qual os homens subitamente se inteiraram
horrorizados,
da Natureza enquanto totalidade,
encontrou seu correspondente no pânico
que hoje está prestes a irromper
a qualquer momento
os homens esperam que o mundo seja posto
em chamas
por uma totalidade que eles próprios são
e sobre a qual não têm nenhum poder."

(T. Adorno e M. Horkheimer)

O Fim do Silêncio

A politização da temática ambiental no Brasil geralmente é abordada tomando-se por base duas tendências complementares que merecem atenção. A primeira delas diz respeito à propensão usual em apontar uma inflexão no processo a partir do início da década de setenta, quando poderia ser pressuposto um "nível mais elevado de consciência social". No entanto, este marco divisor de águas parece mais adequado a países do 1º Mundo, como Canadá, Estados Unidos, ou França, Inglaterra, Alemanha e a própria Suécia, onde a motivação provocada pela Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1972) teve uma expressão imediata.

No Brasil, por outro lado, a década de setenta seria melhor caracterizada pela divulgação de casos exemplares de saturação ecossistêmica que, na verdade, não constituem mais que ten

tativas pontuais e difusas sem grande potencial de apropriação pela ação política nacional. Evidentemente, seria difícil acreditar que se tenha chegado aos níveis de destruição, hoje considerados alarmantes, do dia para a noite.

Ao que parece a influência da Conferência da ONU no Brasil efetuou-se em pouco tempo apenas para um público mais restrito, alvo da literatura especializada, ou sob inspiração direta de lideranças individuais⁽¹⁾. Um acompanhamento mais sistematizado junto à imprensa paulistana, por exemplo, pode servir como inferência de uma inflexão real apenas a partir do início da década de 80. O caso de Cubatão teria desempenhado então, um papel fundamental no alargamento das fronteiras que delimitavam as representações sobre meio ambiente, já que pela primeira vez exercitou-se em larga escala, a possibilidade de politizar carências concretas derivadas da ação social organizada em torno da temática.

Outra tendência complementar a esta diz respeito à lógica que correlaciona sob a mesma equação, a objetividade dos índices de saturação sócio-ambiental e os níveis de consciência social. Esta tendência merece atenção pois não existe, afinal, qualquer garantia de que a intensidade e o requinte desta sobrecarga silenciosa, mas eficaz, que ocorre em todo o território nacional leve for

(1) Ver principalmente: ANTUNIASI, M.H.R. O Movimento Ambientalista em São Paulo: Análise Sociológica de um Movimento Social Urbano. Textos CERU, nº 02. 1989. MONTEIRO, C.A.F. A Questão Ambiental no Brasil (1960-80). Série Teses e Monografias, nº 42. IGEOG-USP. 1981. Na imprensa ver especialmente: OESP, FO, JT, GM e Revista VEJA.

çosamente o tema a ser questionável. Ou detenha em si o poder de transformá-lo não apenas em objeto de discussão, mas no eixo de organização de representações e da ação coletivas referentes a uma determinada noção de direito que incorpore a qualidade sócio-ambiental. Muito menos, seria conveniente valer-se do tema Ambiente de maneira tão mecânica, para compor as bases de avaliação dos dilemas impostos pela construção do futuro do país. Isso porque entre os níveis de consciência e os índices de saturação dos sistemas naturais, há a mediação importante de alguns elementos da cultura política nacional.

O caminho priorizado aqui foi buscar o nexo do silêncio que cercou o rol de problemas de toda espécie tratado sob rótulo tão genérico, longe daqueles que sentenciam sua inexistência enquanto fato social, ou desprezam sua prioridade. Este capítulo tem exatamente a finalidade de repensar a emergência de tentativas de politizar as representações coletivas acerca da qualidade ambiental, à luz de um caso exemplar do descaso generalizado quanto a esta ordem de problemas por parte da sociedade brasileira: o Complexo Sideropetroquímico de Cubatão, no estado de São Paulo; procurando traçar através da literatura e documentos disponíveis, um esboço do perfil de representações sobre Desenvolvimento e Ambiente, base do uso e ocupação de seu espaço, além dos reflexos sob sistemas naturais tão complexos, como aqueles da Baixada Santista.

A importância deste caso reside no pioneirismo do debate e no caráter emblemático que lhe foi conferido. Para as lideranças na politização das carências sobre meio ambiente, o Vale da

Morte funcionaria como um indício ou prenúncio de um projeto político não-convencional, inexistente em detalhes, talvez uma intuição prestes a transformar-se em algo mais palpável, mas que carregaria em si a manifestação das possibilidades de articulação entre questões anteriormente vistas como excludentes: as opções de acordos de utilização da biosfera, as formas de exploração sociais e ecológicas, em suma, o modelo social de vida coletiva que definiria o futuro do país.

§ 1. Algumas representações sobre ambiente e desenvolvimento

A emergência da controvérsia circunscrita à questão ambiental em Cubatão acaba apresentando uma coloração peculiar, já que funciona em oposição ao papel desempenhado por Juscelino Kubitschek, que decifrou o sonho das elites no signo dos "50 anos em 5", legitimando um crescimento econômico acelerado e predatório⁽²⁾. O fato é que, além de exibir números astronômicos ao nível do faturamento e da produção⁽³⁾, o complexo industrial contou sempre com a capa protetora dos órgãos de Segurança Nacional⁽⁴⁾.

(2) Sobre o Desenvolvimentismo a partir de 50 ver: VIOLA, E. "O Movimento Ecológico no Brasil (1974-85): Do Ambientalismo à Ecopolítica" in PÁDUA, J.A. Ecológia e Política no Brasil. Espaço e Tempo. R.Janeiro. 1987. Este artigo foi publicado também na Revista Brasileira de Ciências Sociais. nº3, Vol.1. ANPOCS. S. Paulo. 1987. pp. 5-26.

(3) Os números divulgados na eclosão do debate falam por si: o complexo industrial gerou em 81 um faturamento bruto da ordem de Cr\$ 400 bilhões (em valores da época), correspondentes a 15 bilhões de toneladas de produtos de base. Por habitante, o município era o 6º em arrecadação federal, o 1º em municipal e o 1º em arrecadação do valor adicionado do ICM, dentre todos os municípios brasileiros. Isso significava lutar contra um gigante. (CIESP Boletim, 1982 e 1983)

(4) Em junho de 1968 o Marechal Arthur da Costa e Silva decretou o fim da autonomia municipal, passando a Zona de Interesse Nacional. E, por ocasião do episódio de Contagem (MG) o Gal. Ernesto Geisel decretou "de interesse para o desenvolvimento e segurança nacional" cada uma das indústrias do setor si

Assim, o município representa fatalmente a imagem de intangibilidade do setor industrial brasileiro, herdeiro absoluto dos símbolos de salvação nacional das malhas do "subdesenvolvimento anacrônico". Proprietários da vocação de agentes do futuro e da modernização da vida no país.

Em outra medida, não parece plausível tampouco que os desmandos da elite industrial sejam os únicos responsáveis pelo silêncio que transformou o pesadelo sócio-ambiental vivido por um dos maiores centros processadores de matérias primas da América Latina, no símbolo mais acabado do crescimento econômico produtivista e ilimitado. O sonho que incorporou o desenvolvimentismo na cultura política nacional foi acalentado, a bem da verdade, por amplos setores sociais desde muito antes da década de 50, para atingir o ápice com as promessas dos poderosos planejadores econômicos sob o governo do general Emílio Garrastazu Médici, de promover o "milagre econômico brasileiro".

Até aqui, nada de novo. É largamente sabido que o principal objetivo da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento era reforçar "o potencial produtivo do país, para aumentar o poder de barganha na arena geopolítica global" e nunca a melhoria do padrão de vida da população como um todo⁽⁵⁾.

derúrgico, petroquímico, de fertilizantes e avoca à esfera federal, através da SEMA, o poder de decisão sobre a paralização das atividades industriais decorrentes da poluição (dec. 81.107/77, revogado em 1982). Sobre os decretos em Cubatão ver: MONTELEONE, R. "Os Problemas de Cubatão". Medicina e Cultura. 39(1):3. S.Paulo. 1984.

(5) ALVES, M.H.M. Estado e Oposição no Brasil (1964-84). Vozes. Petrópolis. 1984

Todavia, se a qualidade de vida dos trabalhadores não fazia parte das preocupações das elites dirigentes que promoveram o "salto industrializante"⁽⁶⁾ do país, a qualidade e as determinações ambientais na implantação da industrialização não faziam parte tampouco das preocupações das oposições, independentemente de suas fronteiras ideológicas. Sobre esta curiosa coincidência de posições entre os promotores da industrialização e os setores de oposição, para o período de regime autoritário-militar, Eduardo Viola⁽⁷⁾ é bastante sugestivo:

"Durante as duas décadas de regime autoritário militar, governo e oposição coincidiam na necessidade do crescimento econômico acelerado. As críticas de oposição focalizavam nos custos sociais do crescimento, no seu caráter concentrador de renda, sem fazer quase referência a seu brutal custo ecológico. Os debates sobre o modelo econômico brasileiro circunscreveram a três posições: a defesa do modelo de capitalismo selvagem vigente, a crítica realizada desde a oposição moderada agrupada no MDB-PMDB que apontava na direção de um modelo de capitalismo de bem-estar que atenuaria significativamente as desigualdades econômicas; e a crítica socialista, que apontava a substituição do capitalismo pelo socialismo estatista, como modo de resolver os problemas de miséria das grandes massas. Poucos políticos ou economistas significativos da oposição (...) têm defendido um modelo de desenvolvimento que além de resolver os problemas de desigualdade econômico-social, apontasse também ao equilíbrio ecológico (...)."

Posto que a questão ambiental habitava as intercep

(6) Utilizando a imagem feliz de Sônia Draibe para caracterizar o processo brasileiro de industrialização: Rumos e Metamorfoses - Estado e Industrialização no Brasil (1930-1960). Paz e Terra. R. Janeiro. 1985. p. 249.

(7) VIOLA, E. (1987). p.

ções de um descaso consensual, onde as diferenças acerca das propostas de caminhos trilhados pelo processo de industrialização diluíam-se, a ironia reside justamente no fato de que foi na rebarba deste ideário desenvolvimentista que o silêncio foi rompido.

E mais. Foi ainda sob a insistência deste ideário em não ceder espaço a insatisfações generalizadas que já apontavam em direção à emergência de novas demandas sociais, que a década de 80 assistiu perplexa à ruína de um dos principais pilares da cultura política que sustentou o sonho de "Brasil, Grande Potência". So-
nho este acalentado por amplos setores sociais nas décadas anteriores, mas que pode contar com o papel político central jogado pelas classes médias urbanas, uma vez que aí se originam em grande medida, quadros técnicos e políticos que dirigem o debate nacional.

Seguindo um caminho doloroso o mito de pujança do parque industrial de Cubatão, paulatinamente, foi cedendo espaço ao incômodo estigma de Vale da Morte e a perspectiva ambiental - muito em função deste processo localizado - começou a ser desembr-
raçada da poeira acumulada durante longo tempo e ocupar um lugar devido no debate das grandes questões pertinentes a um novo projeto nacional.

Não obstante, é possível inferir as medidas da concepção básica que moveu o salto industrializante e do ideário desenvolvimentista que o sustentou impune a maiores ataques da opinião pública logo de início, pelo trecho abaixo pinçado do clássico de Léa Goldenstein⁽⁸⁾:

(8) GOLDENSTEIN, L. Estudo de um Centro Industrial Satélite: Cubatão. Tese de Doutorado. Depto. Geografia. USP. S.Paulo. 1970. p. 27.

"Evidentemente, como comprovam a COSIPA, instalada numa área de mangue e as siderurgias modernas do Japão, instaladas em áreas conquistadas ao mar, a técnica permite a ocupação de praticamente qualquer área. O problema da escolha do sítio na Baixada Santista coloca-se em função de fatores outros, dos quais o mais importante é o custo social do empreendimento(...)"

Segundo suas representações, que expressam posições importantes ao final da década de 60 e início de 70, "interesses do minantes do ponto de vista de infra-estrutura ou de de cisão política" são satisfatoriamente capazes de "compensar o alto preço das conquistas de terra", pressupostos básicos para a sua ocupação. Se as peculiaridades ambientais de Cubatão representaram limites à expansão da ocupação, isso não parecia bastante óbvio en tão. Ao contrário, saltava aos olhos a riqueza dos mananciais de água imprescindíveis para produção de energia e a complexa rede fluvial, utilizada no passado como via navegável e que hoje tem como função ser veículo de águas usadas e industriais.

Admitindo-se que a única perspectiva levada em con ta na avaliação de projetos era econômico-financeira, uma vez que inexistiam as restrições internacionais a financiamentos, nem tan pouco pressões políticas sobre restrições ambientais, é possível então, observar o significado da competência dos promotores do cres cimento industrial. Um exemplo é suficiente. No ano de 1984, marca do desde logo por um lastimável descaso com a vida coletiva ⁽⁹⁾, um

(9) Materializado nos índices alarmantes de material particulado na região, re gistrados através da decretação do primeiro Estado de Emergência verificado no Brasil. Ou ainda na explosão provocada pela Petrobrás em Vila Socó, den tre tantos outros vazamentos tóxicos.

levantamento de conjuntura referente ao primeiro semestre daquele ano sobre o perfil de 34 indústrias da região⁽¹⁰⁾, demonstrou que o volume de vendas atingiu Cr\$ 1,7 trilhão (em valores da época). Valor este que equivale à soma dos orçamentos dos cinco municípios da Baixada para 1985, estimada em Cr\$ 540 bilhões. Os tributos (ICM, IPI, TMP, ISS) pagos pelas empresas chegaram a Cr\$ 109 bilhões, dos quais, Cr\$ 56 bilhões referem-se a ICM.⁽¹¹⁾

Não foi, por conseguinte, por falta de crescimento no setor industrial, ou por falta de ineficiência financeira dos agentes econômicos que o complexo industrial de Cubatão ganhou fama internacional.

Seria conveniente contudo, fazer uma pausa sobre as representações que compõem esta tão decantada eficiência. Partindo do suposto de que "a industrialização não se fez sob o comando de um empresariado inovador", capaz de cumprir as tarefas de um desenvolvimento em bases materiais como aquelas disponíveis, uma vez que a industrialização brasileira esteve longe de se "desenvolver a partir de um desdobramento 'natural'" da estrutura industrial pré existente, que se teria diferenciado gradativamente até o estágio atual⁽¹²⁾, vale a pena para os propósitos em curso insistir em um ponto amplamente discutido pela bibliografia especializada.

(10) Realizado pela Comissão Técnica de Economia do CIESP/Délegacia Regional.

(11) Fonte: FIESP/CIESP Em Notícias. Ano XVI, dezembro de 1984.

(12) Esta proposição de João Manoel C. de Mello, Capitalismo Tardio. Brasiliense, S. Paulo, 1982, foi trabalhada por Sônia Draibe, OP.cit. p. 19 e segs.

Na base destas concepções desenvolvimentistas, pre dominantes por longo tempo, estaria a manifestação de um executivo forte, capaz de implementar um projeto industrializante que iria além dos horizontes estreitos dos vários setores dirigentes e, em particular da elite industrial, que pretendeu concentrar em si as possibilidades de inovação e mudança.

Pois bem, o salto industrializante proposto e legítimo "como política de massas", acaba sendo justificado via a presença do Estado, como de "interesse nacional" e a aparência deste caráter globalizante que se apresenta ao imaginário político da época suplanta, de longe, qualquer discussão setORIZADA sobre a gestão dos problemas de ordem social ou ambiental - sendo que este é simplesmente descartado, sob o rótulo apressado de "problema epidérmico". (13)

Isto posto, parece óbvio que, do ponto de vista sócio-ambiental, a desvalorização da vida coletiva está intimamente relacionada à prioridade nacional dada ao processo de industrialização, cujo valor intrínseco suplanta quaisquer custos de contingência. Vale inclusive insistir que este sentimento indiscutível atinge as elites dirigentes, suplantando as diferenças intraclasses que dividiram o debate entre a oligarquia e a burguesia in

(13) Foram de grande utilidade para estas e para as considerações seguintes, além da bibliografia já citada, as argumentações contidas em: MIRANDA, J.C. R. O Plano Trienal, O Canto do Cisne do Nacional-Desenvolvimentismo. Dissertação de Mestrado. I.E. UNICAMP. mimeo. 1979. CRUZ, P.R.D.C. Inácio Rangel, Um Pioneiro - O Debate Econômico dos Anos Sessenta. Dissertação de Mestrado. IFCH. UNICAMP. mimeo. 1980. ORTIZ, R. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. Brasiliense. 1985.

dustrial em torno dos rumos do desenvolvimento, alcança os setores da oposição, sejam os moderados de que fala Eduardo Viola, sejam aqueles agrupados em torno das associações de classe do trabalhador urbano-industrial. Em linhas gerais, há como que um acordo pela construção da identidade nacional calcada no desenvolvimentismo, já que o pertencer à nação associa-se ao papel social desempenhado na produção da modernização econômica e política do país.

Com relação à convivência do sindicalismo urbano à desvalorização da vida coletiva expressa, como não poderia deixar de ser, a congruência de valores baseados na crença generalizada aos benefícios materiais do crescimento industrial. As promessas de expansão do setor produtivo que lhe dizia respeito e, para o caso específico de Cubatão, as obras de implantação do parque e da infra-estrutura que o viabilizou, agiram fatalmente sobre sua necessidade de empregos: diante do término de uma obra, outra subsequente garantia sua permanência na região. A abundância de empregos, dentro ou em torno das indústrias desviou as atenções de todos durante o período da instalação industrial para as restrições da política social-trabalhista do governo Vargas ou, posteriormente, para sua inexistência no período JK, ou ainda durante os regimes militares. Era a emergência do operariado urbano-industrial e do sonho de sindicalismo nos moldes europeus.

Desta forma, este aval da sociedade civil ao desca-so a temas ecológico-ambientalistas, cuja agenda de discussões não comportava sua discussão política funcionou como um pressuposto central ao silêncio em torno do desastre de Cubatão. Nada se antepunha aos interesses dos promotores do salto industrializante que

elevaria Cubatão, como caso exemplar, àquela categoria recentemente materializada em um novo panteão destinado a perpetuar a imagem das regiões mais inseguras e saturadas do planeta. (14)

Há em contrapartida, um outro pressuposto já referido de grande importância também e que diz respeito ao mito da competência técnica para controlar os obstáculos colocados pelo meio físico, nunca antes tomados como fator limitante. A idéia de planejamento econômico aliada à de eficiência tecnológica é apresentada como a "instância magna" da racionalidade, destinada a superar todos e quaisquer impasses e vincula-se à "pretensão ao controle absoluto da vida coletiva", de que fala Ana Clara Ribeiro. Tanto do ponto de vista social e político, quanto do ambiente que se quer ocupar. Em outras palavras, alguns elementos da cultura política brasileira, tais como "o mito das soluções técnicas", ou o "status" conferido ao conhecimento técnico, levantados por Nathaniel Leff para discutir a fonte de poder destes setores diante do desenvolvimento brasileiro e que Herman Daly chama de um "onipotente 'deus ex-machina'" que nos tirará de quaisquer problemas causados pelo crescimento. (15)

(14) A Imagem extremamente atraente de "panteão das vítimas" de desastres ecológicos foi utilizada por Daniel Hogan para referir-se à "bomba populacional". HOGAN, D.J. População e Meio Ambiente. Textos NEPO 16. UNICAMP. 1989.

(15) RIBEIRO, A.C.T. Identidade da Urbanização Brasileira ou, em Busca da Consciência Coletiva. Simpósio "A Metrópole e a Crise". I.G. USP. mimeo. 1985. LEFF, N. Política Econômica e Desenvolvimento no Brasil: 1947-64. Perspectiva. S.Paulo. 1975. pp. 132 e seqs. E ainda, DALY, H. A Economia do Século XXI. Mercado Aberto. P.Alegre. 1984. p.17. Segundo ele, "o dogma ortodoxo é que a tecnologia poderá substituir sempre velhos recursos por novos, sem limites. Meios fundamentais não são considerados escassos", mas sim a nossa capacidade de transformá-los é que ainda não evoluiu em direção ao seu potencial ilimitado. Ver também: OPHULS, W. Ecology and the Politics of Scarcity. W.H. Freeman and Company. S.Francisco. 1977, pp. 156-8.

Aliás, o próprio sentimento instigante de desafio funciona, segundo as representações do profissional competente, como um valor em si mesmo. Até porque os técnicos utilizam parâmetros de suas áreas específicas de atuação e raramente consideram, ainda na atualidade, as implicações que suas decisões terão sobre a sociedade ou a biosfera. Mesmo porque sua formação não compreende tal objetivo.

De qualquer forma, seria conveniente não incorrer a dois erros neste capítulo. Por um lado, é necessário não repetir as simplificações comuns na análise ecologista, que reduzem a industrialização a um processo linear e contínuo de expansão e concentração (tanto no espaço como no tempo). São fundamentais por exemplo, as descontinuidades que se prenunciaram com as rupturas no movimento em direção à industrialização pesada. Mas por outro lado, é conveniente também muita cautela para não cair na armadilha de fazer deste, um texto sobre o desenvolvimento. As análises nesta linha não só são abundantes, como escapam evidentemente à competência e propósitos aqui definidos.

Em outra medida, não se poderia iniciar naturalmente qualquer esboço de análise, sem pelo menos uma breve incursão à natureza da sabedoria dos príncipes; posto que alguns desses elementos até aqui relacionados são muito úteis para colocar os termos de uma discussão ainda emergente. Esta sim objeto deste estudo, as representações circunscritas ao campo de relações entre Ambiente e Desenvolvimento. É justamente nesta linha que vale reforçar o caráter emblemático conferido a Cubatão, como que a indicar uma linha de descontinuidade no processo de organização de valores desenvolvimentistas/predatórios, em direção a um debate or

denado a partir de outras bases que não mais estas expostas até aqui.

Por outro lado, apesar de reforçar o confronto entre os fundamentos e a potencialidade do projeto nacional estabelecido até então e as aspirações coletivas, as utopias recolocadas e reveladas pelo enfrentamento de uma das expressões sociais e políticas do salto industrializante brasileiro, é conveniente não esquecer também que, em última instância, esta expressão carrega em si tanto as potencialidades da inovação propriamente dita como, e isso não é menos verdadeiro, a herança das concepções e representações convencionais.

Dito isto, cabe uma última colocação. A despeito da distinção acentuada entre as etapas visíveis do processo de industrialização desde 1930, atingindo o ápice durante o período JK e posteriormente nos governos militares, do ponto de vista sócio-ambiental que considera globalmente seus conteúdos, é possível indicar convergências significativas quanto à visão geral que ilumina as diferentes posições.

Em primeiro lugar, todas as etapas do processo de desenvolvimento, à exceção do governo Dutra, pretenderam uma concentração sem precedentes da industrialização. Sem o compromisso com uma estrutura industrial pré-existente, os planos de desenvolvimento conceberam um ritmo para a industrialização, um tempo de aceleração e uma ruptura imediata com as condições existentes que, em conjunto, não permitiriam qualquer inflexão para avaliação.

Outra convergência é o caráter predatório dos proje

tos baseados na otimização dos indicadores econômicos de crescimento e desvalorização brutal e generalizada da vida - do homem em particular e da biosfera em geral - agora sob a batuta inflexível do que se concebeu como "condições materiais mínimas de reprodução". O olhar preferencial volta-se agora, para o maior desempenho possível da economia nacional graças à produção industrial.

E por fim, são exatamente os dois pontos anteriores que levam, afinal, à terceira convergência. O avanço da economia em direção ao salto industrializante foi permeado por movimentos de centralização, burocratização e racionalização das decisões e, com a debilidade institucional progressiva, a natureza e a intensidade da intervenção e controle efetivo por parte dos novos dirigentes - os quadros políticos, técnicos, burocráticos e militares - foram estendidos até os limites.

A corporificação do poder, expresso como poder unificado, genérico e abstrato, vinculado a representações particulares de defesa nacional, mas legitimado ao nível da opinião pública como "o interesse geral" fez com que questões como infra-estrutura de energia e transporte, o equacionamento do problema siderúrgico, bem como da indústria pesada e do petróleo, ou a instalação de novos setores - como a indústria química e petroquímica, de minerais não metálicos e por aí afora, fossem adquirindo foros de problemas nacionais e prioritários, cuja intangibilidade colocava-os a salvo das massas leigas.

A partir do momento em que os reflexos deste modelo de desenvolvimento - único do ponto de vista ecológico e ambiental, apesar das marchas e contramarchas que caracterizam a concretude de cada caso particular - começam a tomar corpo e conquistar espa

go político próprio e, no decurso da politização de demandas construídas a partir de casos como aquele de Cubatão, as rápidas transformações na natureza do debate atualizam e repõem em outros níveis as representações outrora autorizadas.

Desde logo parece oportuno levantar, mesmo que em ligeira incursão, alguns fatores que conferem especificidade aos sistemas naturais da Baixada Santista, "locus" privilegiado para o assentamento do complexo industrial, posto que o processo de ocupação será assunto para o item que lhe é subsequente.

§ 2. O ambiente como fator limitante do desenvolvimento

O município de Cubatão (SP) ocupa uma área total de 160 km² e cerca de 50% deste território é constituído de serras e morros, 18% de planícies aluviais de piemonte - ou seja, formadas pelos sedimentos resultantes das elevações que as circundam - e mangues aterrados, além de 24% de manguezais propriamente ditos.

O complexo industrial que aí se assenta expande-se por aproximadamente 60% das planícies e 24% dos manguezais, substituindo a ordem eco-organizadora dos sistemas naturais⁽¹⁶⁾ pela lógica unidimensional de sua produção e reprodução.

Em contrapartida, todos esses elementos do ambiente original que detém por sua vez, em si mesmos, lógicas próprias e diferenciadas de funcionamento e regulação, estão ainda

(16) Sobre o conceito ver: MORIN, E. O Método. Volumes I, II e III. Europa-América. 19 , principalmente Vol. II, cap. I, "A Eco-organização". pp. 21-47.

integrados formando um sistema peculiar, onde todos os elementos influenciam-se mutuamente. (17)

A título de exemplo pode ser citada a Serra do Mar, que influencia diretamente o comportamento dos mangues e dos corpos de água que serpenteiam pela planície. Por ela desce continuamente uma quantidade considerável de água proveniente do sistema hídrico que abrange várias represas existentes no planalto paulista e, sobretudo, pelas águas de chuva. Como a região apresenta regime pluviométrico torrencial, com precipitações da ordem de 3.500 mm/ano, a Baixada como um todo e Cubatão em especial, que está encravado no sopé da serra e aloja-se nos poucos terrenos firmes entre cortados de canais e mangues, recebem em condições normais, toda a contribuição (água + detritos) da serra, cujo destino final

-
- (17) Para um detalhamento, ainda que preliminar, do complexo ecológico peculiar à Baixada Santista, onde foram retiradas as informações aqui utilizadas, ver: COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE CUBATÃO, Subsídios para a Elaboração do Plano Diretor da Baixada Santista. mimeo. 1983. ÍDEM, SUB-COMISSÃO DE POLUIÇÃO DO AR, ÁGUA E RESÍDUOS SÓLIDOS. Qualidade Ambiental em Cubatão: Subsídios para uma Política de Ação. Relatório Final. mimeo. S.Paulo. 1982. BRANCO, S.M. O Fenômeno Cubatão. CETESB. S.Paulo. 1984. CETESB, Cubatão - Uma Radiografia para a Sobrevivência. Assessoria de Comunicação Social, CETESB. mimeo. S.Paulo. 1984. ÍDEM, Controle da Poluição Ambiental em Cubatão (Resultados: jun/83 a jul/86). CETESB. S.Paulo. 1986. ÍDEM, Carta do Meio Ambiente e sua Dinâmica - Baixada Santista. CETESB. S.Paulo. 1985. ÍDEM, Degradação da Cobertura Vegetal da Serra do Mar em Cubatão - Avaliação Preliminar. Relatório. mimeo. 1980. AB'SABER, A. "Um Exemplo a Não Ser Seguido". Ciência Hoje. 1(1):20-21. 1982. GRUPO DE ESTUDOS DE POLUIÇÃO DO AR EM CUBATÃO. Avaliação Preliminar da Qualidade do Ar de Cubatão. Relatório Final. SEMA/IFUSP. mimeo. S.Paulo. 1982. RODRIGUES, R. et alii. Relatório sobre Mecanismos de Movimentos de Massa, Poluição Ambiental e Consequências sobre as Encostas da Serra do Mar. Fac. Sta. Cecília. mimeo. Santos. 1985. PRANDINI, F.L. Características Gerais da Baixada Santista: Geomorfologia e Uso do Solo. CETESB/IPT. S.Paulo. 1982. GOLDENSTEIN, L. O Assentamento Industrial na Baixada Santista. Seminário sobre Assentamento Industrial. PLANASA. mimeo. 1977. ÍDEM, A Industrialização na Baixada Santista. IGEOUSP. S.Paulo. 1972. ÍDEM, (1970) op.cit.

é o mar.

O caso é que todo o sistema hídrico (mangues, rios e canais de drenagem) está instalado em uma planície de declividade de quase nula e que, por abrigar o imenso polo industrial e centro urbano que lhe dá sustentação, tem ainda que contar com as obras generalizadas de aterro. Daí depreende-se, diga-se de passagem, que o conceito de Ambiente, tal qual este é formulado pelos especialistas da área de Ecologia, deve ser compreendido como um processo que engloba desde o seu formato e características originais, até o resultado final das múltiplas e contínuas transformações, resultantes das formas diferenciadas de ocupação.

Mas retomando o fio condutor, os mangues por sua vez, atuam como elemento retentor dos sedimentos que provêm da serra somados às águas. São importantes filtros que impedem que grande quantidade desses sedimentos depositem-se nas calhas dos rios, canais e mesmo no estuário. Quando são suprimidos, o assoreamento (depósito de sedimentos) provoca a diminuição da vazão das águas que buscam o mar e o resultado são as inundações.

Além disso, os mangues são áreas naturais de inundação. Tanto pela ação das águas provenientes das escarpas da serra, quanto pela ação dos movimentos de maré, quando a cunha salina invade os canais de drenagem natural da planície. Quando foram suprimidos, as terras firmes utilizadas para ocupação continuaram fazendo o papel de planície de inundação.

A planície constitui uma faixa de 11 km de comprimento e largura variável de 2 a 4 km, confinada entre as escarpas

da serra (com altitude de 800 a 1.000m) e os manguezais. Só reaparece com dimensões variáveis, sob a forma de aterros de mangues ou parcelas de terrenos mais elevados no interior dos próprios manguezais. Depreende-se assim, os problemas gerados pelo crescimento industrial e urbano do município, realizado em um espaço tão restrito e peculiar.

No que diz respeito às condições climáticas, a bacia aérea do município limitada ao Norte, Nordeste e Noroeste pelo paredão da serra, divide-se em duas sub-bacias, quase independentes entre si, uma vez que estão ligadas pelo estreito canal constituído pela rodovia Piassaguera-Guarujá (SP-55). A primeira delas contém a área urbana, a Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) da Petrobrás e cerca de dez outras indústrias de menor porte. É cercada por montanhas pelos lados Norte, Leste e Oeste e mais ou menos aberta pelo lado Sul. A segunda bacia contém a Vila Parisi, rodeada principalmente por indústrias de fertilizantes e pela COSIPA (Companhia Siderúrgica Paulista). Encontra-se quase que completamente envolvida por montanhas elevadas, como se estivesse encerrada em uma cratera.

O regime de ventos mostra uma predominância Sudoeste (SO), Sul (S) e Sudeste (SE), o que desloca os poluentes gerados nas sub-bacias ao encontro do paredão da Serra do Mar, causando prejuízos irreparáveis à cobertura vegetal. Sem a proteção da vegetação original, os movimentos esperados de acomodação dos terrenos de grande declividade que caracterizam as escarpas ali presentes, serão brutalmente agilizados e o ritmo e intensidade dos escorregamentos tendem a ser intensificados. Fechando o ciclo ecológico, a planície com todas as características já descritas so

frerá, de sua parte, uma intensificação coordenada e em cadeia de seus processos originais, colocando em risco os termos da ocupação.

Longe da pretensão de esgotar todos os nexos da atuação ambiental coletiva, é preciso que se diga que em condições de estabilidade atmosférica - inversão térmica ou calmarias - é possível prever com segurança que ambas as sub-bacias transformam-se em verdadeiras caixas fechadas (pior no caso da sub-bacia 2), onde os poluentes não têm como dispersar-se.

Além disso, graças à topografia acidentada, a região é favorável à existência de inversões térmicas, devidas às formas íngremes das vertentes dos vales e, principalmente, pela disposição geográfica deste relevo, grosso modo, perpendicular ao sentido da trajetória do sol. Nesta situação, a estabilidade termodinâmica então reinante representa condições altamente propícias à concentração aguda dos problemas atmosféricos.

Em essencial o clima é tropical, quente (temperatura média de 23°C), chuvoso (ao que consta, as precipitações ocorrem em mais de 300 dias por ano!) e úmido (umidade variável entre 70 e 90%). Há ainda um aumento ponderável de calor nos setores urbanizados e nos núcleos industriais, dotados de grandes áreas construídas, ou de focos de calor direto e proveniente da atividade industrial.

Em um grande esforço de simplificação, pode-se dizer com algum grau de certeza, que as características ecológicas desta verdadeira caixa hermeticamente fechada configuram um ambien

te urbano particularmente agressivo. Não apenas para o morador dos bairros colados às fontes poluidoras, como também para o trabalhador da indústria (seja ele ligado diretamente à produção, ou aquele responsável por cargos administrativos) que, mesmo residindo em outros municípios, é obrigado a passar cerca de 60% de seu dia em contato com índices alarmantes de poluição.

Curiosamente, toda esta agressividade do ponto de vista da coletividade que ali se assenta, é ideal em contrapartida, para a reprodução da vida nos mangues. Os altos índices de umidade e as altas temperaturas são essenciais ao processo de decomposição da matéria orgânica ali retida que, por sua vez, alimentará toda uma cadeia de seres vivos (cadeia ou teia alimentar), responsável pela manutenção da vida nos outros ecossistemas da região.

Nessa medida, é impossível deixar de concordar com Léa Goldenstein (1977), quando afirma que "a industrialização da região não se deu em função de condições locais favoráveis, mas apesar das condições locais desfavoráveis". É impossível também, deixar de admirar a insistência da tecnoburocracia brasileira em remar contra a maré e erguer um complexo industrial com o porte da quele de Cubatão em um ambiente inóspito e problemático. Evidentemente, às custas de grandes investimentos iniciais e de manutenção as indústrias foram instaladas aproximadamente em duas décadas (meados de cinquenta até o início de setenta, quando já está em funcionamento a Ultrafértil, última das grandes indústrias a serem instaladas).

Nem seria outra a concepção estampada no imaginário desenvolvimentista de então. Os obstáculos colocados pelas peculiaridades dos sistemas naturais locais, como já foi dito anteriormente, deveriam e seriam transpostos literalmente a qualquer custo e não deteriam a "marcha imperiosa do progresso".

Todavia, há uma outra face da moeda, representada pelo ritmo e natureza do avanço da industrialização sobre os sistemas naturais da Baixada Santista que merece maior atenção. Ao que parece, esta face do problema que desempenha um importante papel de mediação na oposição entre a desvalorização da vida de um modo geral e a grandeza e poder representados pela concentração industrial pode ser convenientemente analisada, mesmo que em breve esboço, a partir da ruptura com o processo de produção material da região e seu direcionamento em um sentido totalmente adverso. Isso porque o nexu do modelo de ocupação da área na atualidade pode e deve ser buscado em outras bases que não mais aquelas colocadas pela lógica de qualquer cumplicidade com o meio físico. Este é o tema do próximo item.

§ 3. O processo de ocupação do espaço ou, como Cubatão ficou órfão

Mil vezes contada, a história do Vale da Morte inicia via de regra, a partir do mesmo ponto - a construção da rodovia que liga São Paulo a Santos, a Via Anchieta e cobre um período de aproximadamente 40 anos. O que se quer destacar, com efeito, é a ruptura no processo de produção material da região, com a decisão de implantar ali um centro processador de matérias primas.

A importância da Anchieta para a coletividade, apesar da São Paulo Railway estar em funcionamento desde 1867 (depois de 1946 passa a denominar-se Estrada de Ferro Santos/Jundiaí) e o Oleoduto Santos/São Paulo desde 1951, talvez reside no dado que, à exceção do petróleo e seus derivados, as demais indústrias químicas e petroquímicas que caracterizaram o surto industrial da região, optaram quase que exclusivamente pelos serviços do transporte rodoviário, tanto para o recebimento de matérias primas proveniente do planalto e do porto, bem como para o escoamento de sua produção.

Seria oportuno lembrar que apenas no primeiro quartel do século XIX a ligação entre Santos e Cubatão, cuja importância residia em sua função de porto "pé de serra", foi feita por terra. A circulação entre o litoral e o planalto, mantendo Cubatão como passagem obrigatória, era feita por embarcações a partir do porto de Santos, pelo Largo do Canêu e depois o Rio Cubatão, onde era alcançada a raiz da serra. (18)

O fato é que tal infra-estrutura de circulação é analisada como um dos principais pressupostos para este rompimento com o meio físico. Com efeito, a produção material da região teria se caracterizado por uma intensa cumplicidade com o ambiente imediato, restringindo-se até bem pouco antes da implantação do parque industrial às plantações de bananas, à exploração de palmitos e à pesca artesanal. Estas atividades conviveram lado a lado com

(18) Sobre os fatores de circulação para a implantação do núcleo urbano inicial e, posteriormente, do parque industrial ver: GOLDENSTEIN, L. (1970). op.cit. respectivamente pp. 51-4 e 55-7.

outras, também precursoras da industrialização; cuja expansão não sofreu até então grandes influências externas, giravam em torno de fábricas de bananas, olarias, pedreiras, engenhos de açúcar e portos de areia.

Segundo Beatriz Assumpção⁽¹⁹⁾, dentre todas,

"(...) A que mais se destacou foi a extração de tanino das folhas do mangue para utilização em curtumes. O material era trabalhado, batido (...) e guardado nos próprios ranchos que serviam de abrigo aos trabalhadores. Era um trabalho insalubre e muitos desistiam dele em pouco tempo, pois os problemas enfrentados eram muitos: o clima, a vegetação, os insetos, as áreas constantemente alagadas (...)."

Mas à medida que os manguezais foram sendo suprimidos, diminuiu também a importância dos curtumes até, paulatinamente, sua completa extinção. Um deles, o Costa Muniz Indústria e Comércio que na ocasião era o maior do Brasil, prosseguiu com a atividade até 1924 mas atualmente, esta fica restrita a somente uma de suas seções.⁽²⁰⁾

Já as duas outras indústrias consideradas anteriores ao parque industrial, a Companhia Santista de Papel (1918) e a Companhia Light and Power (1926) são, direta ou indiretamente, consequência do desnivelamento das escarpas da serra. A primeira delas, conhecida localmente por Fabril, aproveitou-se da encosta

(19) ASSUMPÇÃO, B. e OPDEBEECK, L. "Distorções Culturais e Econômicas em Cuba-tão". Pau Brasil. DAEE. S.Paulo. mar/ab 1986. p. 46.

(20) GOLDENSTEIN, L. (1970). op.cit. pp. 116 e segs., de onde foram tiradas estas e as informações subsequentes.

para instalar uma pequena hidrelétrica com capacidade para produzir, na época, 250 mil kw/mês. Já a segunda, cujo papel era resolver os problemas energéticos da metrópole paulistana, contava com uma circunstância particularmente favorável: a descida brusca e sem obstáculos da água até Cubatão. Daí o represamento do Rio Grande no planalto e a reversão das águas para o pé da serra, onde foi instalada a usina.

Considerando todavia tais instalações como "fatos isolados" e que somente com a decisão em 1949, de aí instalar a Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) e sua instalação em 1955, começaria a ser realmente "percorrido o caminho que transformaria a área em centro industrial". A implantação deste "colossal conjunto industrial na raiz da serra"⁽²¹⁾, representaria também um rompimento na demanda por um controle tecnológico mais acentuado dos sistemas naturais e, portanto, na demanda por maiores investimentos financeiros e em quadros especializados.

Pois bem, daí em diante o nexo da implantação industrial deve ser buscado em outros fatores que não aqueles já citados. A região estuarina passa a expressar a concentração de interesses gigantescos e pulverizados por entre vários setores das elites brasileiras, alheias à coletividade que ali se assenta.

A refinaria da Petrobrás por exemplo, contou para sua implantação, com duas ordens de fatores que se influenciam mu

(21) idem, p. 126 e segs.

tuamente. A primeira delas diz respeito exclusivamente, à decisão política e responde a diretrizes traçadas a nível federal. Aqui tem grande peso os recursos de poder da tecnocracia paulista. Neste caso, Sônia Draibe⁽²²⁾ argumenta que das prioridades econômicas do governo Dutra, previstas no Plano Salte⁽²³⁾ e referentes à energia, os investimentos em refinarias de petróleo e em navios petroleiros resultaram de uma "manobra política clara dos segmentos técnicos, talvez articulados com os militares do Conselho Nacional do Petróleo". Por outro lado como se sabe, "a questão do petróleo se tornou a grande polêmica do período, conformando um movimento político ideológico de envergadura nacional, quando se abriu a discussão sobre a natureza e condições em que se avançaria na industrialização deste produto básico."⁽²⁴⁾

Posto isso, a segunda ordem de fatores responde à lógica econômico-financeira e diz respeito à proximidade do mercado consumidor de maior fôlego - o parque industrial de São Paulo - e a pré-existência de canais de circulação de matérias primas e produtos - porto, oleoduto, rodovia e ferrovia. A existência da refinaria permitiria, por sua vez, a integração da produção das in

(22) DRAIBE, S. op.cit. p. 167. Ver também; LEFF, N. op.cit.

(23) Na verdade, a natureza do Plano Salte indica "uma inflexão redutiva dos esforços industrializantes do Estado", de 1931 ao final dos anos 50. Entre as obras realizadas sob sua batuta, merecem atenção as campanhas contra tuberculose, malária e febre amarela; o início da construção do oleoduto Santos/Jundiaí e das refinarias de Mataripe e Cubatão; além das hidrelétricas de São Francisco e a pavimentação da Rodovia Presidente Dutra. IDEM, p. 156. BASBAUM, L. A História Sincera da República. 3º Vol. Alfa-Ômega. S.Paulo. 1975. p. 194.

(24) DRAIBE, S. op.cit. p. 167. E também: COHN, G. Petróleo e Nacionalismo. Difel. S.Paulo. 1968. SUAREZ, M.A. Petroquímica e Tecnoburocracia. Hucitec. 1986.

dústrias químicas e petroquímicas.

Contando então, com os pressupostos favoráveis ao local de implantação já citados anteriormente - aval da sociedade civil, o mito da competência técnica e a facilidade de obtenção de recursos financeiros internacionais - foram sendo instaladas naquela região diversas indústrias petroquímicas atraídas pelos sub-produtos da RPBC: propileno, tolueno, benzeno e outros, que servem por sua vez, de matérias primas para fertilizantes, detergentes, solventes, tintas e sintéticos. A primeira unidade a surgir foi a de metanol da Alba (1956), seguida pela Companhia Brasileira de Estireno (1957), pela unidade de polietileno da Union Carbide e pela fábrica de negro de fumo da Copebrás, ambas em 1958. Já a Carbocloro (1964), de início não fazia parte do setor petroquímico. (25)

Foi também em Cubatão que se iniciou a moderna indústria de fertilizantes do Brasil, já no período posterior à 1964, através da Petroquisa (1969), da unidade de fertilizantes da Copebrás e da Ultrafértil (início da década de 70).

Quando foi criado o GEIQUIM⁽²⁶⁾ a partir de 1964, as iniciativas do setor químico passaram a ser fortemente amparadas pelo Estado. Decretos datados de 1965 fixaram as bases e as dire-

(25) GOLDENSTEIN, L. (1970) op.cit. cap. 5, de onde foram tiradas estas e parte das informações subsequentes.

(26) Grupo Executivo da Indústria Química da Comissão de Desenvolvimento Industrial (Min. Ind. Comércio), com a finalidade de coordenar a implantação de estímulos governamentais. Idem, Ibidem. SUAREZ, M.A. op.cit. especialmente pp. 70-82. ARAÚJO JR, J.T. e DICK, V.M. "Governo, Empresas Multinacionais e Empresas Nacionais: o Caso da Indústria Petroquímica". Pesquisa e Planejamento Econômico. 4(3):629-654. 1974.

trizes da indústria petroquímica, definiram os produtos e subprodutos sujeitos ao monopólio da produção, por parte da Petrobrás e instituíram os estímulos para o desenvolvimento da indústria. Em 1967, eliminando o monopólio estatal dos produtos químicos básicos foi criada a Petroquisa. Na realidade, era uma subsidiária da Petrobrás, com poderes para associar, mesmo que minoritariamente, a empresas privadas.

Ocorreram portanto, duas modificações fundamentais na orientação da política nacional, que deram origem à escalada da indústria petroquímica, quais sejam, a abertura da petroquímica à iniciativa privada e a criação da Petroquisa, sociedade de capital misto, da qual fazem parte a Petrobrás e empresas privadas.

Como resultado desta política, vários empreendimentos foram levados a cabo, sendo que destes, os quatro de maior envergadura seriam a Petroquímica União em Caçapava (SP), a Union Carbide, Ultrafértil e a Petrobrás/Camaçari (BA). Dentre estes conjuntos industriais gigantescos, dois encontram-se situados em Cuba, Ultrafértil e Union Carbide, sendo esta uma das maiores empresas americanas no Brasil, totalmente controlada ou com predominância de capital americano, segundo René Armand Dreifuss⁽²⁷⁾.

Longe da pretensão de esgotar todos os elementos da implantação do parque industrial, é conveniente reter alguns pon-

(27) DREIFUSS, R.A. 1964: A Conquista do Estado. Vozes. 1966. cap. II. p. 49 e segs.

tos sobre a instalação da Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista), por dois motivos. Em primeiro lugar, porque é somente com ela que Cubatão completa-se em sua característica de polo sidero-petroquímico. E depois, porque as dificuldades enfrentadas com a instalação de uma siderurgia com suas dimensões, em um ambiente tão desfavorável pode ser exemplar da lógica tecnocrática que impulsionou, impunemente, tais projetos.

Concebida em 1951 como empresa privada, já em 1961 o Estado passava a acionista majoritário, através do BNDE, com 58% das ações, para resolver problemas de ordem financeira que começaram a surgir já nos primeiros anos de funcionamento.

Ainda de acordo com Léa Goldenstein, muitas dessas dificuldades foram devidas aos investimentos não previstos inicialmente com as obras de implantação em terrenos tão pouco apropriados (28) :

"A usina ocupa uma área de quase cinco milhões de metros quadrados, localizada entre os contrafortes da Serra do Mar, a leste do Largo do Caneu, que é o prolongamento do estuário de Santos e as grandes extensões de mangue situadas, principalmente a Oeste. São terrenos pantanosos, cuja ocupação para o fim a que se destinam envolveu milhares de demorados e dispendiosos estaqueamentos e movimentação de terra, desmontes e aterros. O Morro da Tapera (...) foi em parte escavado (grande parte em rocha viva) para fornecer material para os aterros. Além dos estaqueamentos, os lugares que se destinam a receber grandes tonelagens, como por exemplo, o pátio de minérios recebeu uma camada de 10m de aterro. Em outras áreas como a sinetização, procedeu-se à substituição do solo existente por outro de melhor qualidade."

(28) GOLDENSTEIN, L. op.cit. pp. 170-197.

Segundo a autora, o público não chegou a tomar conhecimento do quanto essas obras iniciais representaram em termos de volume de investimentos previstos:

"Consta, sem que tenha sido possível confirmar, que esses grandes investimentos não previstos influenciaram as agências internacionais de financiamento no sentido de que se definissem previamente as características de terrenos destinados a empreendimentos importantes. O atraso decorrente dessas obras, provavelmente influiu (ao lado da crise econômica nacional) na dificuldade que a empresa está tendo em ultrapassar o 'break-even-point', ou seja, elevar o nível das operações acima do ponto de equilíbrio." (p. 173)

Voltada que está para a proximidade do mercado, não se baseia na proximidade do minério ou do carvão. Mas, como ocupa uma área situada ao fundo do estuário de Santos previu desde logo, a possibilidade de instalação de um terminal marítimo para o recebimento de matérias primas e escoamento de produtos acabados. O cais foi construído depois de todas as dificuldades materiais devidas às características físicas deste canal, além de dificuldades políticas decorrentes do interesse da Companhia Doca de Santos em manter o monopólio no setor.

Assim, em sua busca de contato com o mar, para responder a critérios puramente econômicos que visavam minimizar os custos de um transporte problemático de altas tonelagens, embrenhou-se por meandros de rios e mangues, vendo-se obrigada a conquistar terras e construir sítios artificiais, às custas de prejuízos incalculáveis em tempo e capital, tanto inicial de instalação, como para sua manutenção.

De qualquer forma, Cubatão abriga hoje 23 indústrias

gigantescas e mais de 80 de médio e pequeno porte, cuja penetração antecipou-se à urbanização efetiva da área, uma vez que não foi o núcleo urbano pré-existente que determinou o processo de industrialização.

As indústrias de grande porte que caracterizam o polo dividem-se pois, do seguinte modo: uma refinaria, a Presidente Bernardes da Petrobrás; uma siderúrgica, a Cosipa; sete indústrias de fertilizantes, Copebrás, IAP, Manah, Trevo, Solorrico, Ultrafértil e Pfafer. As petroquímicas são nove, a Estireno, Rhodia, Alba, Liquid Química, Liquid Carbonic, Petrocoque, Engeclor, Carbocloro, Union Carbide. Os minerais não-metálicos contam com a Santa Rita, Gespa e Concretex; papel a Santista e mecânica/metalúrgica a Titanor.

Pois bem, o resultado visível já em um primeiro momento do salto industrializante foi a concentração de indústrias com alto potencial poluidor, ocupando terrenos praticamente contíguos, nos limites da estreita planície encravada nas escarpas da serra e limitada pelas extensas faixas de mangues que caracterizam o estuário.

Os prolegômenos vistos até aqui têm grande importância, na medida em que são eles que darão coloração própria ao rompimento no silêncio que envolveu durante décadas os níveis de saturação ambiental no Brasil. Indo mais além, são exatamente eles, em disputa com setores que pretendem incorporar a qualidade ambiental aos direitos de cidadania, os responsáveis pela dimensão e envergadura das asas com as quais pretende-se enfrentar os destinos futuros do desenvolvimento brasileiro: sem a supremacia ante

rior das representações dimensionadas economicamente, ou do espírito utilitarista no trato da vida social ou da biosfera. Mas a inflexão observada no silêncio propriamente dita é assunto para o próximo item.

§ 4. O rompimento no silêncio: primeiras manifestações em Cubatão

Até aqui o silêncio que cercou a questão ambiental antes da década de oitenta no Brasil foi analisado à luz do caso de Cubatão. A partir daqui entretanto, o movimento tomará direção inversa: interessa agora a expressão local das primeiras manifestações de ecologização do debate sócio-político nacional, dentro das fronteiras de uma determinada lógica interna à especificidade do município. Este seria o momento da emergência de representações e da ação social voltadas à preocupação com a saturação ecossistêmica, em oposição ao desenvolvimentismo dominante até então.

Se a base de sustentação dos valores desenvolvimentistas, predominantes até a década de setenta, foi primordialmente de ordem técnica, o agente principal que precipitou em um primeiro momento, o rompimento do silêncio que encobriu a saturação ecossistêmica gerada pelo parque industrial foi eminentemente político. O primeiro passo dado na direção da institucionalização do debate pode ser datado em 1978. Isso foi através da instituição de uma Comissão Especial de Vereadores para apurar os possíveis danos causados pela poluição industrial à integridade física dos moradores e trabalhadores ali assentados.

Esta CEV desempenhou um papel importante como canal de denúncias para os trabalhadores da unidade de pentacloro fenol, o pó da china produzido pela Rhodia, em substituição ao papel que deveria ser desempenhado pelos dirigentes sindicais da categoria, que silenciaram inclusive diante da morte de um operário, alegando falta de provas de qualquer correlação entre a causa médica da morte e a periculosidade do produto. As dúvidas eram muitas e dificilmente o trabalhador atingido encontraria bases de legitimidade a suas suspeitas. (29)

O fungicida provoca "bolhas enormes na pele, respiração difícil, dores violentas na cabeça" (30) e pode, inclusive causar a morte. O Mercado de São Sebastião do Rio de Janeiro na Penha, por exemplo, além de uma área de nove quarteirões em volta dele foram contaminados em 1982, graças a centenas de sacas do produto que estavam estocadas ali; pelo menos seis pessoas morreram e dezoito ficaram feridas. Mas por esta época matérias como "O Mortal Pó da China" (Revista Isto É, 24/03/82, pp. 44-5) já eram autorizadas, funcionando como canal de denúncias, ao contrário da década anteriores, quando inexistiam. Por ocasião da matéria, estigmatizados entre os pares como o "Grupo do Penta", os trabalhadores da Rhodia não foram sequer mencionados, nem muito menos buscou-se qualquer correlação entre os dois incidentes, como se houvesse um fosso intrans

(29) Na certidão de óbito daquele operário consta como "causa mortis" a cirrose. Mas Cubatão não contava com um serviço de verificação de óbitos: fica o dito pelo não dito.

(30) Em conversa informal com um doente, cuja esposa foi contaminada por lavar a roupa de trabalho do marido (set/1986). Ver também apostila: FEDERAÇÃO DOS

ponível entre eles: um configura-se como um caso de saúde pública, o outro, saúde do trabalhador.

Na realidade, o polo industrial de Cubatão guarda para si os acontecimentos que cercam a vida dos atingidos. Trabalhadores postos à margem, muitos até pela família que não teria suportado o convívio inevitável com a tragédia pessoal, desqualificados e doentes têm muito o que contar. Mas em sua maioria preferem não fazê-lo, pois não têm exatamente a quem recorrer. De qualquer forma, o sentimento de abandono generalizado conferiu à CEV um significado particular. (31)

Infelizmente, os únicos resultados do processo que tramita até hoje foram a reeleição do vereador (PMDB) que encampou suas reivindicações, a cobertura maciça da imprensa local que, em conjunto com a atuação da CEV ampliaram a noção de direitos que estes trabalhadores julgavam possuir, em oposição aos poderes gigantescos representados pela Rhodia. Senão substituindo a marca negativa socialmente imposta, pelo menos transferindo as responsabilidades às devidas esferas de competência.

Outro desdobramento da CEV foi a criação de outra comissão, desta feita na Assembléia Legislativa do estado. Foi a vez da "CEI para Apurar Possíveis Irregularidades no Município de Cubatão e Dar Soluções ao Problema da Poluição Ambiental". Mas a

TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DO EST. DE S. PAULO.
Programa O Direito de Saber. Banco Dados Sobre Produtos Químicos. Vol.1. 1983.

(31) Em várias conversas informais com as vítimas, parentes e conhecidos, durante o período de 85 a 87.

CEI será tratada mais adiante. Por enquanto, o próprio Florivaldo Cajé, então líder do PMDB na Câmara de Vereadores de Cubatão, pode dar a medida do significado deste momento inicial de politização do tema. A estratégia era bastante simples: aproveitar a orientação das redações dos jornais da Baixada de privilegiar matérias sobre temas locais. Era a "brecha para a questão do meio ambiente". Diz ele (32):

"(...) na medida em que você vai denunciando, os próprios companheiros dentro da fábrica vão se municiando de informações e isso vai num crescendo, num crescendo e a gente saiu de um cantinho perdido nos jornais locais e ganhou a manchete, depois ganhou o Estadão, a Folha, a televisão ... e espalhou pelo mundo. Houve momentos muito agudos, como o fechamento da Rhodia (...). Em 78 nós recebemos denúncia de alguns companheiros que trabalhavam ali, de que os trabalhadores estavam morrendo por culpa do pentacloreto de fenol, o pó da china que era fabricado aqui. Nós denunciávamos que os operários estavam morrendo por culpa da poluição e isso deu um perereco danado, deu um escândalo nacional (...). E então, ao longo de um mês, com a imprensa junto, a opinião pública em um período em que só o presidente da República podia fechar uma fábrica, nós independentemente da vontade do rei, negociamos a parada da indústria que realmente tava, senão matando, na época nós não tínhamos elementos para afirmar isso, era evidente que sequestras estavam sendo deixadas nos operários e então negociamos e eles pararam 40 dias, sem que nenhum operário fosse demitido, porque eles teriam que ser tratados. Depois veio a questão dos fluoretos e dos gases nitrosos da Ultrafértil. Lá nós fomos recebidos de rifle na mão. Levamos a imprensa, fizemos um carnaval danado. (...)"

Mas este clima de exaltação que foi paulatinamente tomando conta do município a cada caso tornado público foi criado por mais agentes do que o vereador pretende levar a crer. E aí tem grande peso também a criação da CEI já citada, uma vez que ela re

(32) Em entrevista à autora em maio/1987. As informações transcritas foram relacionadas em detalhes durante conversa informal, anterior à entrevista propriamente dita.

presentava, junto à conquista do espaço na grande imprensa paulista de que falou Cajé, o rompimento com as fronteiras estreitas do sistema de informações do município. Mais do que isto, a CEI de tinha recursos de poder que possibilitavam um contato direto com alguns dos órgãos responsáveis pela gestão do problema ao nível do estado de São Paulo como por exemplo a CETESB, até então inatingível. Diga-se de passagem que sua regional era, até então, situada em Santos.

Assim, foram chamados a depor, depois de sancionada a 1ª de outubro de 1980, a direção da agência estatal, os vereadores que participaram da CEV em Cubatão, moradores e representantes de associações de bairro e dos principais sindicatos, entidades de cunho conservacionista que atuavam na região, além de especialistas na área ambiental de diversas e importantes instituições acadêmicas e institutos afins⁽³³⁾, que já começavam a demonstrar interesse pelo imenso laboratório sócio-ambiental representado por Cubatão; atraídos em grande medida pelas matérias cada vez mais frequentes nos jornais de São Paulo.

Todavia, sobre as respostas concretas da CEI, estas foram pautadas por uma forte reação vinda de diversos setores na cidade e até na administração pública. Estava em questão a compe-

(33) Instituto de Biociências (Depto. Botânica e Ecologia), de Geografia e a Faculdade de Saúde Pública, todos da USP. Instituto Biológico e Agrônomico de Campinas. CEI PARA AVERIGUAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO MUNICÍPIO DE CUBATÃO E DAR SOLUÇÕES AOS PROBLEMAS DE POLUIÇÃO AMBIENTAL. Relatório Final. São Paulo. 1981.

tência da CEI para violar o espaço autorizado de discussão. O porta-voz oficial da reação foi o secretário de Obras e Meio Ambiente do estado, Walter Coronado Antunes, que lançou mão de uma estratégia de desqualificação dos trabalhos, rotulando-os de "incompetente e desonesto". O então deputado estadual pelo PMDB e presidente da CEI Emílio Justo revela:

"Na época concluímos pela gravidade do problema, sugerimos várias possibilidades de encaminhamento de uma solução (...). A CETESB foi considerada ineficiente, vinculada aos interesses industriais e um cabide de empregos pela unanimidade dos membros. Fui inclusive acusado de ser um deputado terrorista por matérias pagas nos jornais." (CS, 22/03/82)

As pressões funcionaram por fim, no resfriamento dos ânimos combativos dos membros da CEI e, embora concluído em agosto de 1981, acabou não indo a votação pela mesa da Assembleia Legislativa. Mas aprovado ou não, as pressões serviriam para detonar um longo processo, a desqualificação deste tipo de intervenção leiga que culminaria em futuro próximo, em um estremecimento do prestígio de quadros políticos no trato desta gama de questões e na derrota fragorosa diante do discurso técnico, assim coroado com a supremacia no debate.

O final da década traria ainda um reforço discreto e eficiente para os contornos da nova discussão que unificaria, sob as mesmas representações, eventos similares, graves e exemplos de saturação sócio-ambiental. (34)

(34) Sobre os casos de degradação sócio-ambiental no mundo ver: HOGAN, D. op.cit pp. 8-21.

Em 1979 a Igreja Católica, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), escolheu como tema da Campanha da Fraternidade a preservação e a defesa do ambiente: "Preserve o que é de Todos", elevando-o à estatura de um dos "grandes e urgentes desafios da humanidade". Diz ainda a mensagem amplamente divulgada pelos meios de comunicação, sem contar os canais de acesso à opinião pública sob seu controle⁽³⁵⁾:

"Essa temática, embora nova especialmente na pastoral, deve ser decididamente considerada para que o homem e o mundo possam sobreviver com dignidade e experimentar um progresso verdadeiro, de acordo com os planos do Criador."

Colocando as diversas tipologias da poluição, os bispos buscam, sob um recorte ético, o ponto de referência no homem e na qualidade de sua vida. Assim, chegam a duas espécies de poluição mais degradantes: a "poluição da miséria" e a "poluição da riqueza".

Através da segunda possibilidade, a CNBB não apenas traz a tona como legítima a discussão do papel das indústrias na saturação ambiental que, de certa forma e graças à imagem de intangibilidade protetora, até então tinham sido poupadas. A inquietação anterior tornava-se conflito, pois iniciava-se o processo de construção simbólica dos adversários:

"A vertente mais avassaladora da poluição da riqueza encontra

(35) Documento Básico da CNBB, "Campanha da Fraternidade de 1979"

tra-se, fora de dúvida, nos arraiais da indústria."

E mais, através das representações que propõe, desempenha um papel importante na condução do conflito em direção ao ideário do progresso tecnológico. Nesta linha, o documento e a atuação dos padres colocam ao julgamento laico uma determinada concepção de progresso tomado como valor absoluto e que, por isso, "não atenta aos prejuízos irremediáveis que acarreta à natureza que pretende dominar (...) e, em consequência, ao próprio homem". Assim, pelo menos a nível simbólico, a Igreja comprometia-se com a "formação de uma nova consciência e de uma nova mentalidade, baseada na responsabilidade do homem perante Deus, como administrador da natureza".

Sem sombra de dúvida a autoridade do poder espiritual é aliada nada desprezível e, em 1981 a própria CEI embarca nas discussões acerca das responsabilidades sociais do setor industrial e na sua concepção de progresso e desenvolvimento para "os evidentes e visíveis efeitos da poluição ambiental e de degradação do ambiente, naquela área do estado":

"A concentração industrial ali verificada nas últimas décadas buscou tão-somente, dar soluções aos problemas de custos e benefícios financeiros e de resultados econômicos a curto prazo; criando com isso impactos sociais e ambientais que refletem nos níveis de poluição ambiental verificados e que tornam impossível a vida de seus habitantes, em sua maioria operários daquele complexo industrial e seus familiares."

Um outro papel importante desempenhado pela CEI foi chamar a atenção sobre Vila Parisi, que acabará sendo o pomo da discórdia entre as elites e as oposições em futuro próximo, quando

o Vale do Rio Mogi disputará com Cubatão a posse do estigma de Vale da Morte⁽³⁶⁾:

"Toda a área urbana e sua periferia é coberta por uma atmosfera sufocante, a qualquer hora do dia ou da noite e caracterizada por uma densa névoa colorida, formada pelos efluentes das fumegantes chaminés das unidades petroquímicas e metalúrgicas que formam aquele complexo industrial. No bairro de Vila Parisi, onde habitam cerca de 12 mil pessoas, em plena área de aglomeração das indústrias (...), cerca de trinta, quinze das quais classificáveis entre as de maior porte da Baixada Santista (...). Dentre as formas de poluição, todas elas presentes naquela área, a poluição do ar assume maior quantidade no município (...)" (pp. 1-3)

Na verdade o relatório é um dos primeiros documentos acerca de Cubatão a embarcar na correlação Poluição x Desenvolvimento, colocando sob a mesma equação "o total desrespeito às condições ambientais e ao manejo dos recursos naturais disponíveis naquele ambiente frágil e vulnerável a impactos" e a "concentração industrial ali realizada, que buscou no tempo somente os benefícios econômico-financeiros gerados pelos resultados das 'economias de aglomeração' e dos ganhos da produtividade buscados nas 'economias de escala'".

Por esta via a década de oitenta inaugura uma nova fase do debate sobre a sobrecarga ambiental na Baixada Santista. As indústrias de forma específica e as elites de um modo geral passam a ser as grandes vedetes, mas também os vilões da epopéia que começará a ser montada já nos seus primeiros anos. A imprensa local e a chamada grande imprensa paulistana desempenharão um papel

(36) Como foi chamado o município, por Randau Marques em suas matérias no JT.

fundamental junto à tentativa de correlacionar o destino das autoridades locais à prepotência dos interesses que movem sua ineficiência e inércia diante da saturação ecossistêmica. (37)

Mais além, a imprensa de um modo geral e principalmente a da Baixada tiveram um papel também preponderante na criação e veiculação de um clima de insegurança constante que caracterizou os ânimos por essa época. Sem qualquer juízo de valor, ou quaisquer outras tentativas de dimensionar as informações trabalhadas, importa destacar a atuação destes profissionais no sentido de transportar a noção abstrata e distante de risco iminente para o cotidiano de sua clientela de leitores.

A princípio são considerados sob risco os moradores de Vila Parisi, mas nos anos seguintes será possível observar que a dimensão do risco irá ganhando novos horizontes. Os próprios sanitistas serão compelidos a perceberem-se como ameaçados pela saturação ecossistêmica originada no parque industrial vizinho. Ora, é exatamente este o ponto onde sua interferência é fortemente sentida, pois além de dar destaque a informações que alargam as fronteiras do conflito para toda a região, em um movimento paralelo que deverá sustentá-lo, atuam no sentido de trazer a público os interlocutores responsáveis por sua organização.

(37) Um detalhamento maior do papel desempenhado pela imprensa na definição das disputas encontra-se no item "A História do Vale da Morte, Tal Qual Esta É Contada pela Imprensa" in FERREIRA, LÚCIA C. As Questões Ecológicas e as Classes Sociais. Relatório Final à FAPESP. UNICAMP. mimeo. 1987. pp. 51-207

Assim é que nesse início de década a ecologia e o ambiente voltam a público, principalmente através dos jornais locais, pelas mãos pesadas das anomalias congênitas. Tal fato determinará o tom em que serão construídas as representações. Em um primeiro momento as florestas, os rios, as espécies em extinção, ou a balneabilidade das praias cederão espaço a uma coletividade perplexa que reivindicará direitos referentes ao "patrimônio genético do povo brasileiro". Um exemplo só basta como inferência das imagens geradas por aquela ocasião.

A prefeitura de Cubatão chegou a negociar com Reynaldo Azoubel, da Faculdade de Medicina da USP em Ribeirão Preto, a criação de um Laboratório de Teratogênese⁽³⁸⁾ no município. Para noticiá-lo, o Cidade de Santos (03/81) utiliza-se da seguinte manchete:

"FÁBRICA DE MONSTROS EM CUBATÃO"

O projeto que teria como objetivo averiguar as possíveis relações de causalidade entre o coquetel de poluentes e o nascimento de crianças portadoras de malformações congênitas, reproduziria experimentos com cobaias tratadas em atmosfera idêntica àquela que envolve o parque industrial e, em paralelo, seria desenvolvido um programa de registro e acompanhamento nos hospitais de casos de anomalias. Para coordenar esta etapa contava-se com Roque Monteleone da Escola Paulista de Medicina, mas também oriundo de

(38) Relativo às causas da produção de deformações congênitas.

Ribeirão Preto. Com o cancelamento do contrato de Azoubel, provoca do segundo o prefeito⁽³⁹⁾, por pressões dos dirigentes industriais sobre a prefeitura, concentrou-se em Monteleone o título de autoridade sobre o assunto. Evidentemente esta característica tem sentido a nível local e passa a não existir quando se abandona os limites da Baixada.

Inaugura-se assim, uma longa fase de denúncias de nascimentos de crianças anencefálicas (inexistência da calota craniana), ou portadoras de outras anomalias. No bojo das denúncias, há espaço ainda para a divulgação de doenças respiratórias, de pele, cardiovasculares, bem como doenças profissionais.

O Brasil do general João Baptista Figueiredo assiste com efeito, a construção da imagem de uma cidade doente, condenada. Esta imagem terá grande importância tanto do ponto de vista político, como para o espaço privado daqueles cuja existência está particularmente ligada aos destinos do parque industrial. O fato é que esta imagem diferencial criada para Cubatão detinha em si um potencial político inusitado, com capacidade para mobilizar a opinião pública do Brasil e do mundo, em torno dos resultados da atividade produtiva nacional e dos desmandos das elites dirigentes, já em franca decadência.

(39) Prefeito Carlos Frederico Soares Campos (PDC), nomeado por Paulo Egídio Martins e depois por Paulo Maluf, cuja gestão durou quase 7 anos (dez/75 a fev/82), em entrevista a autora em nov/85, durante a campanha para prefeitura municipal.

Em resposta à divulgação desta imagem a coletividade de passa a ter que conviver com um movimento contrário. Pesquisadores, jornalistas, juristas, ambientalistas, enfim, profissionais das mais diversas áreas, brasileiros e estrangeiros, começam a descer a serra em busca de informações e dados que, transpondo as fronteiras estreitas de um município limitado entre serra e mar, animam uma polêmica intensa, cuja lógica é estranha à maioria da comunidade local. Iniciou-se assim, um processo muito mais eficaz no plano simbólico que no concreto. Produziu-se um estigma nacional: o Vale da Morte.

Faltava definir por fim os adversários para o embate. As abstrações anteriores, tais como "as indústrias", foram ganhando paulatinamente contornos mais nítidos, até ficarem totalmente esboçados durante um debate promovido pela Secretaria de Planejamento do estado, sobre as potencialidades econômicas da Baixada. Este debate foi amplamente divulgado pelos jornais locais e virou assunto para os formadores de opinião no município: prefeito, vereadores, presidentes de associações de bairro, cidadãos de prestígio. Ali estavam presentes, não apenas os principais agentes responsáveis pelo chamado "desastre ecológico", bem como as próprias representações que defendiam acerca da região. Estariam sendo discutidas ali, na realidade, as possibilidades e a natureza da atuação dos dirigentes industriais na construção do futuro do litoral paulista.

O então prefeito de Cubatão Carlos Frederico Soares Campos, aproveitando-se do impacto causado pela cobertura da im-

prensa, argumentou que o encontro materializava a possibilidade cada vez mais palpável da "cidade ter que dar lugar para as indústrias", combatendo a criação do distrito industrial e animando uma disputa eterna entre a municipalidade e as indústrias sobre a conquista do espaço urbano restrito e valorizado. Tocava em um verdadeiro fantasma para os sem-teto e para o poder político local que, de uma forma ou de outra era forçado a responder a estas demandas, sem contudo enfrentar os interesses na expansão do parque industrial sobre o perímetro urbano. Todavia o prefeito não imaginava que com aquela frase de efeito contribuía com mais um recurso à imagem cara à ação social que começava a organizar-se em torno do descontentamento coletivo.

Reportando ao argumento do secretário de Planejamento Rubens Vaz da Costa, durante o encontro:

"(...) Vai ter que predominar o interesse nacional e, se em algum momento o interesse nacional conflitar com o interesse local, vai ter que prevalecer o interesse da maioria." (CS, 03/81)

Neste caso não havia dúvidas, o interesse nacional poderia ser traduzido por "interesse das indústrias", que coincidentemente compactuavam o mesmo ponto de vista do secretário. Plínio Assman, então presidente da Cosipa foi enfático na abertura do encontro, ao definir a região metropolitana da Baixada:

"(...) Uma mina de ouro, mais rica do que a jazida de Carajás. Não tem ferro, mas tem infra-estrutura e população." (CS, 03/81)

Plenamente de acordo sobre a importância da região para a economia do país e alheio ao debate sobre os estragos provo

cados pela produção industrial, Vaz da Costa enfatiza a necessidade de um plano de desenvolvimento global para o litoral paulista que represente "o consenso de todos os interessados". Mas estes, ou na perspectiva da resistência emergente "os inimigos dos interesses populares", estariam devidamente representados no encontro. Seriam eles o Estado - estavam presentes os secretários do Planejamento já citado, Oswaldo Palma da Indústria e Comércio e Walter Coronado Antunes de Obras e Meio Ambiente - os cinco prefeitos nomeados da região e representantes das maiores indústrias de Cubatão.

O plano de desenvolvimento proposto partiria da premissa de que cada região envolvida apresenta "vocações econômicas" que deveriam ser melhor administradas. Nesta linha de raciocínio, o governo do estado desenvolveu as seguintes prioridades: o litoral Sul e o Vale do Paraíba seriam privilegiados para a construção de usinas nucleares (além de uma usina de carvão). Quanto ao litoral Norte, as prioridades seriam o desenvolvimento da indústria do turismo, estimulando o turismo de massa e finalmente, a Baixada que conta com alguns elementos como o porto e o parque sidero-petroquímico seria considerada provavelmente a "região mais importante do país"⁽⁴⁰⁾. Como referência à estatura da região nos planos da tecnoburocracia estadual está a política de exportações. Segundo o secretário:

"O nosso país tem que exportar. Para nós exportar não é opção mas uma imposição para o próprio desenvolvimento. Precisamos exportar para pagarmos nossas importações, que hoje são menos

(40) SICCT. Áreas Prioritárias para o Assentamento Industrial. Vol. I, II, III. S.Paulo. 1982. ÍDEM. Diretrizes para a Política de Desenvolvimento e Descen-
tralização Industrial. São Paulo. 1982.

de 10% do que se produz e precisamos de mais de 20% do que produzimos". (CS, 03/81)

Na verdade o governo do estado estaria estimulando a instalação da indústria de base na região, como resultado de uma política de desaquecimento da implantação no planalto⁽⁴¹⁾. Evidente-mente, segundo as perspectivas dos formuladores desta política não haveria motivos, nem tampouco espaço político para reclamações. Diante da preocupação do prefeito acerca dos destinos do município, Vaz da Costa ironizou:

"Mas muito município gostaria de ser condenado a Distrito Industrial!". (CS, 03/81)

Gostando ou não, tais polêmicas só atingiram a coletividade interessada através da imprensa. Não havia, como já foi dito, canais de acesso ao poder por aquela ocasião. E esta distância monstruosa dos recursos de poder, principalmente a partir do esvaziamento político da municipalidade, talvez seja a grande responsável por uma característica curiosa do conflito e dos interlocutores por ele definidos e que também já foi citada em outra oportuni-

(41) Ver especialmente: SICCT (1982 a e b) op.cit. NEGREI, B. "As Políticas de Descentralização Industrial e o Processo de Interiorização em São Paulo: 1970-1985" in TARTÁGLIA, J.C. e OLIVEIRA, O.L. Modernização e Desenvolvimento no Interior Paulista. Ed. UNESP. S.Paulo. 1988. Sobre o esvaziamento político e cultural do município ver; VIVIESCAS, F. "Identidade Municipal e Cultura Urbana" in VÁRIOS. "Poder Local". Espaço e Debates. NERU, nº 24. S.Paulo. 1988. LEDRUT, R. Política Urbana e Poder Local. L&D 3. 1981.

dade.

O conflito foi senão dirigido, pelo menos mediado pelo "resto do país e do mundo" durante este momento inicial. O sentimento de abandono provocado pela inexistência de interlocutores junto aos serviços do Estado que pudessem responder às demandas emergentes, fez com que a opinião pública nacional e internacional em geral, ou os agentes considerados "externos" à coletividade passassem a representar os objetivos das reivindicações, revestidos por um forte sentimento de esperança em sua capacidade de pressão, pelos setores que despontavam como resistência e ocupavam paulatinamente o espaço político que estava sendo aberto.

Este importante papel de mediação passou a ser coletivamente reconhecido e difundido e os moradores do município industrial passaram em grande medida, a abrir as portas de sua privacidade ao prestígio recém-firmado destes "enviados da Providência".

Todavia o silêncio que envolveu a degradação sócio ambiental vivida pelo município a largo tempo só pode ser considerado de fato rompido e a aura de intangibilidade conferida à autoridade de dirigentes industriais e da tecnoburocracia estatal só pode ser considerada violada quando, de uma forma ou de outra, algum deles admitiu publicamente a discussão. O fato se deu obviamente através do elo mais frágil e a CETESB, em resposta a pedido da promotoria da 1ª Vara de Cubatão, enviou um relatório sobre as condições ambientais do município, onde admitia a possibilidade de

ocorrer uma catástrofe em Cubatão, caso não fossem controladas as 30 toneladas diárias de poluentes lançados em sua atmosfera. (42)

Em 1980 Waldemar Paiolli, presidente da Associação Brasileira de Preservação da Natureza (ABPN), representando inúmeras entidades ambientalistas do estado, deu entrada a uma denúncia em que as indústrias do polo industrial eram acusadas de terem destruído a vegetação da Serra do Mar, colocando em risco a segurança do polo, do núcleo urbano localizado na encosta e de toda a Baixada Santista, graças à intensificação dos deslizamentos de terra e sua atuação em cadeia sobre os ecossistemas do estuário. Somente no final de 81 os resultados do relatório arrolado naquela ocasião foram tornados públicos, mas a gravidade de suas conclusões abalaram fortemente os interessados no assunto e aqueceram os ânimos na cidade. O Cidade de Santos, por exemplo, utilizou-se da seguinte manchete de primeira página:

"CUBATÃO SOB AMEAÇA DE CATÁSTROFE" (CS, 11/81)

O vereador Florivaldo Cajé, conhecido na época como "um dos maiores críticos da poluição ambiental" teria afirmado por conta do relatório:

"Quando alertei para a possibilidade dos moradores da Vila Pa

(42) CETESB (1980). op.cit.

risi estarem se transformando em mutantes, não me deram crédito no país, apenas no exterior. Agora um organismo oficial com prova o que eu havia denunciado. Tempos atrás, funcionários da SERVIX só queriam trabalhar após as dez horas, depois que o nevoeiro passasse, temendo a contaminação. (CS, 11/81)

O relatório da CETESB, apesar de parcial, descrevia a composição química das 30 toneladas de poluentes que as indústrias jogavam mensalmente na atmosfera: 53,5% de gases inorgânicos; 33,3% de material particulado; 13% de gases e vapores e 0,2% de ácidos. Este material teria destruído cerca de 80% das espécies vegetais nativas da serra. Estes e outros dados foram amplamente divulgados pela imprensa especializada e pelos meios de comunicação. De qualquer forma, seu papel principal foi relacionar as fontes de poluição aos movimentos de solo no paredão da serra.

Moradores, trabalhadores e dirigentes das indústrias vizinhos àquelas escarpas, primeiramente os localizados no Vale do Rio Mogi, Jardim São Marcos (Maracangalha) e Vila Parisi esperavam assustados a estação chuvosa do final de ano, temendo episódios catastróficos que poriam em risco a integridade coletiva e de cada um individualmente.

Assim, os perigos representados pela serra são retirados da esfera da familiaridade para serem construídos enquanto representação e controlados enquanto problema na esfera pública. Esta familiaridade parece materializada em um misto de temor e prazer construído pela vivência cotidiana de moradia, trabalho, modificações no terreno, além de caçadas e histórias misteriosas, cujos

fantasmas rondavam os finais de tarde e as noites ao pé do fogo. Um exemplo talvez seja ilustrativo das representações de ambiente para o morador de Cubatão que, como migrante do interior de Minas Gerais, Bahia, Paraná preferencialmente, têm passado recente, religiosidade e imaginário rurais. Segundo um operário que trabalhou na construção da Via Anchieta e viveu nos acampamentos na ser ra (43):

"Muitos colegas meus morreram, o próprio pessoal de Mirai em Minas que veio comigo, muita gente eu sentia falta. Na fila do almoço e cadê o camarada? Chegava prá dormir e cadê o ou tro? De noite (...) ouvia vozes, as piadas (...), as risadas. (...) Quando olhava no meio das árvores via os fantasmas (...) os mesmos que tinham faltado na fila do almoço, na hora de dormir, na hora do banho, tinham faltado na hora da pinga, es ses eram os fantasmas da noite. (...)"

Como não poderia deixar de ser, o problema tomou di mensões alarmantes, posto que a discussão anterior sobre as anoma lias congênitas tinha cumprido seu papel de aquecer os ânimos e elevar a temperatura das diversas interlocuções, cujos representan tes apresentassem algum tipo de competência que legitimasse sua participação nos embates.

Sem contar é claro, o fato de que por esta ocasião começa a sugerir-se a qualquer leitura menos desavisada uma outra face da moeda: falar em ecologia, poluição, ambiente e outras va riações do mesmo tema gera prestígio e passa a ser garantia de es

(43) Segundo depoimento do pastor Jaider, da Igreja Metodista de Cubatão à auto ra em fevereiro de 1987.

paço nos meios de comunicação e da devida atenção da opinião pública de um modo geral.

§ 5. Primeira discussão, ou um prelúdio de profanação

A intenção contida nesta primeira pausa para discussão seria sobretudo articular certas argumentações que ficaram diluídas nos diversos itens deste capítulo, cuja apreciação o mesmo que provisória poderia ser útil para dar os contornos da investigação que foi levada a cabo sobre Cubatão.

Até aqui o tema principal foi o vácuo, o silêncio que encobriu os problemas advindos com a sobrecarga dos sistemas naturais, desde que as elites brasileira lançaram o país em seu projeto desenfreado de industrialização. Depois de marchas e contramarchas, a herança deixada pelo salto industrializante, seja positiva ou negativa, teria seguido um duplo caminho.

O primeiro caminho teria sido a imagem de eficiência da estrutura produtiva recém-criada que se traduziria na diversificação e aumento considerável na produtividade industrial (para a glória das insaciáveis algibeiras dos municípios arrolados no processo), não obstante o salto industrializante ter sido assentado basicamente em sonhos do pensamento tecnocrático, posto que não contou com a estrutura deixada pela industrialização restringida.

Justamente pela artificialidade do processo de industrialização, cujas bases concretas tiveram que ser rapidamente criadas às custas de financiamentos internacionais, chega-se ao se

gundo caminho imposto pela herança deixada pelo desenvolvimentismo brasileiro. Teria restado ainda, como não poderia deixar de ser, uma crença generalizada nos benefícios materiais do crescimento industrial, aliada ao sonho inconfessável de aumentar a distância dos anos de "barbárie". Tudo isso evidentemente em um contexto montado graças aos instrumentos coercitivos do Estado autoritário, abriria caminho a uma clivagem muito especial no tecido social - entre leigos e especialistas - para cobrir com a aura do sagrado o monopólio das autoridades na discussão e gestão do futuro e do desenvolvimento nacionais.

Esta concepção desenvolvimentista predatória era calcada na crença no crescimento acelerado, ilimitado e permeado pela centralização, burocratização e racionalização das decisões. Estas características prepararam na realidade o terreno para uma intervenção e controles oficiais sem precedentes da vida coletiva, seja no sentido do controle tecnológico do meio físico, seja no de sua gestão, esvaziando qualquer sentido de cidadania possível.

Há aqui um ponto que merece ser destacado. Diz respeito ao caráter eminentemente político que cercou as discussões, além da conseqüente natureza do espaço público que estava sendo contruído. Com a distensão parcial do regime durante o último governo militar, os primeiros agentes a posicionarem-se diante das demandas emergentes canalizadas em torno da questão ambiental foram políticos locais. Estas demandas foram encampadas a seguir pelo prefeito nomeado, evidentemente com os olhos voltados a uma possível convocação de eleições municipais, impedido desde 1960 de eleger seu representante mais direto.

Estes fatos aliados à intensidade inesperada das discussões ao nível do público de possíveis eleitores abriram espaço à penetração dos leigos no espaço político, configurando um primeiro esboço de conflito. Pois seria exatamente a presença laica, não importando o rigor de suas intervenções, que profanaria o monopólio das autoridades pré-estabelecidas e romperia com os alicerces que sustentaram o silêncio de tantas décadas.

Estes agentes do poder político local, aliados à opinião pública dos grandes centros desempenharam ainda, por mais questionáveis que tenham sido suas ações, um importante papel. Colocaram a nu a força do descontentamento popular, autorizando e criando um fato político com o estranhamento das camadas marginalizadas diante da arbitrariedade frente aos destinos de suas vidas, intimamente ligados ao parque industrial. Este por sua vez, sob controle absoluto das elites dirigentes e das autoridades competentes.

Por outro lado, apesar de ter emergido em um espaço eminentemente político, ao nível da Câmara e da Assembleia Legislativa do estado e, apesar de ter colocado em questão a competência de órgãos como a CETESB, em momento algum foi colocada em dúvida a própria crença nos instrumentos técnicos de controle dos sistemas naturais em particular, ou da vida coletiva de um modo geral. Nem tampouco chamou a si, enquanto domínio de representação popular, uma parcela da responsabilidade na gestão do problema.

O caso é que a própria natureza da argumentação foi técnica, posto que foram chamados especialistas na área para montarem o quadro de referência das representações, a partir do qual se

movimentariam desde então. Nada além do que reafirmar velhas crenças, desta feita com nova roupagem, mas o monopólio de interpretação das autoridades não foi sequer resvalado. O espaço político, se foi montado, serviu apenas para por fim à anomia das autoridades, trocando a velha abstração com que eram tratados os adversários, para a construção concreta de suas responsabilidades.

Se diferença houve, ela fica por conta das sutilezas. A autoridade anteriormente indiscutível, porque baseada na impossibilidade de verbalização das dúvidas - e aí reside seu caráter sagrado - agora, com o rompimento do silêncio em torno dos níveis de saturação ambiental e suas consequências, passa a ser profanada pela possibilidade de julgamento pelos leigos, a princípio acessível a todos. Nisso o papel da imprensa é fundamental. Assim incorporada aos direitos de cidadania, a possibilidade do julgamento mediando as relações fortalece o espaço político de confronto, entre a massa de descontentamento e insatisfação popular, sejam montadas a partir de parâmetros falsos ou não, e órgãos como a CETESB e outros afins. Que não são poucos mas anteriormente portavam-se como inatingíveis.

Conscientes ou não deste sentimento de profanação e talvez com o intuito de buscar legitimidade para o confronto, a própria quebra do silêncio da forma como ocorreu, circunscreveu-se a um espaço de articulação onde os próprios adversários são desconfortavelmente mais bem preparados, apesar de terem se mantido até aqui na defensiva.

Mas este é apenas um primeiro momento e existem ou

tros pontos a serem levantados e que permitem antever, ainda que em ensaio, a riqueza dos embates que ainda estão iniciando.

Por exemplo, a quase totalidade das discussões enca-minharam-se até aqui no sentido de propor um desmembramento bastante fecundo da problemática ambiental nas múltiplas relações entre Industrialização X Desenvolvimento Tecnológico X Povo, sendo este último definido como aquela categoria de "marginalizados diante dos recursos de poder para gerir o desenvolvimento da região". Depois de montada a equação, imagens como aquelas de "interesse nacional" utilizadas nos anos de crescimento fácil, ou ainda sob o sonho mal digerido de uma sociedade equilibrada e controlada a partir dos recursos técnicos do planejamento são todas esvaziadas de sentido.

Em paralelo à inquietação diante da crise econômica e elevação dos níveis de desemprego, o desnudamento da situação de insegurança do polo industrial (aparentemente paradoxal, na medida em que a área é considerada de interesse da Segurança Nacional) acaba colocando em xeque o discurso oficial do presidente, de seus amigos e associados sobre o projeto social do país, sem de resto colocá-lo em prática. Mas que reforça às avessas o sentimento generalizado de abandono, diante da evidência de que o avanço industrial, a medir-se por Cubatão, sustentou apenas e tão somente os privilégios daqueles que, a parte sua situação de classe, falam em nome do interesse da nação. Cubatão ao contrário e mais do que nunca, sabia-se órfão.

O que se observa na realidade e sob um prisma mais

geral é o prelúdio de um debate sobre o futuro, em oposição aqueles que se curvam diante do imediato.

Há uma face extremamente atraente do papel desempenhado pelos especialistas. Profissionais das mais diversas formações, técnicos e pesquisadores, ou quem quer que demonstrasse qualquer autoridade sobre o problema ambiental, foram todos incentivados ao nível local a produzir um tipo de conhecimento que desvendasse o mistério de sua própria existência e sobre o ambiente onde esta estaria depositada.

Se o ambiente não fizesse parte das representações do morador e do trabalhador do polo industrial, agora, sem sombras de dúvida havia um sinal de mudança. E esta afirmação é válida para amplos setores da coletividade, desde aqueles com acesso ao sistema de informações, até o habitante das favelas e alagados, que muitas vezes incorporou o jargão dos técnicos e especialistas, em decorrência da experiência cotidiana com o laboratório de pesquisa recém-fundado.

E mais, diante do julgamento laico estavam rompidos os velhos laços que atavam a vida coletiva em torno do parque industrial ao controle absoluto dos promotores do desenvolvimento.

Restam ainda inúmeras indagações, mas que ficarão por ora apenas sugeridas para serem abordadas em outra oportunidade. As velhas elites, até aqui na defensiva, teriam sensibilidade suficiente para perceber e instrumentalizar a sutileza da mudança? Em caso afirmativo, como reagiriam? Mais além, restaria saber até que ponto saberiam articular-se e, com que agilidade, diante da no

va situação. Por fim, quais atores sociais articular-se-iam para o confronto? Quais são suas representações, práticas políticas, estratégias de ação e quais os papéis que desempenharam no processo como um todo? Em suma, quais as chances da questão ambiental passar por uma politização real e tornar-se um direito reconhecido, ampliando assim o universo de construção da cidadania no país?

* * *

segundo momento

"Uma população excluída
exprime a sua dor e a sua cólera
de maneira comunitária,
erguendo barricadas e acendendo fogueiras
que mostram mais a sua resistência.
à entrada de elementos hostis
do que a sua vontade de atacar
os centros do poder."

(A. Touraine, 1989)

Os Protagonistas da Ação Social

Se a Democracia é construída e revelada a partir do confronto diário entre novos direitos - socialmente criados e o tradicionalmente instituído, as ações e condutas que a compõem expressam-se na recriação contínua da vida social e política. Em outras palavras, "um poder democrático não se inventa a partir dos poderes instituídos, mas contra eles" (LEFORT, C., 1983, p. 7).

Por isso, este capítulo optou por tomar duas direções simultâneas e complementares. A primeira delas diz respeito ao mapeamento dos modos de ação social organizados em Cubatão, a partir do reconhecimento do processo de politização de carências relativas aos custos sociais e ambientais provocados pelas políticas de desenvolvimento no país. Este mapeamento, evidentemente, ultrapassa as fronteiras da mobilização política (ALFORD, R. & FRIED

LAND, 1975; BAÑO, R. 1990; BAQUERO, M & REIS, J., 1987; BAYLIS, T., 1978; CARDOSO, R.C.L., 1987; HABERMAS, J., 1984), para abarcar também outras condutas, cuja importância revela inúmeras faces da tensão local, como é o caso por exemplo, da ação comunitária.

Em um país onde as representações relativas à pobreza ocupam o espaço de constituição da cidadania, a saturação ecossistêmica recoloca o avesso do desenvolvimento brasileiro.

Este mapeamento foi sistematizado então, de modo a agrupar as representações sobre a crise que revela Cubatão, segundo as semelhanças e diferenças encontradas nas expectativas socialmente expressas, nas propostas, carências, condutas coletivas organizadas em torno de tais carências, reivindicações, estratégias, construção política de adversários, além dos principais protagonistas de cada modo de ação observado.

Outra direção privilegiada diz respeito ao campo de relações que se estabeleceu entre os modos de ação mais importantes, do ponto de vista da eficácia e abrangência política, no trato das identidades possíveis ao fortalecimento do espaço público em geral. Optou-se então, por abandonar critérios que privilegiavam apenas e tão somente o aspecto objetivo da relação Estado/Sociedade. Mesmo porque nem todas as carências expressas transformam-se em demandas para os serviços oficiais, sem contudo deixarem de ter relevância na constituição dos direitos sociais a longo prazo. A cidadania é construída por meandros muitas vezes inimagináveis a instrumentos tradicionais de investigação (TOURAINE, A., 1988).

Assim, sem abandonar definitivamente o campo de relações entre Estado/Clientela dos serviços, foram analisados também: a) o campo de relações da coletividade atingida com os principais adversários constituídos, representados ali pelo setor industrial; b) o campo de relações entre os atingidos e outros setores da sociedade civil, em torno do universo de alianças levadas a cabo pelas lideranças locais; mas também e principalmente, c) as relações constituídas com ela mesma, em uma tentativa de revelar as diferenças internas à coletividade, nas formas de conceber e agir frente à situação crítica que experimentaram em período recente (década de oitenta).

Para tanto, foram escolhidos três momentos quando a tensão local delineou-se com maior precisão, em seus contornos de ordem política. São eles, o momento de mobilização política em torno dos programas de relocação de moradores do Vale do Rio Mogi, que provocou a proposta de extinção de vários bairros, dentre eles a Vila Parisi, cuja importância reside no caráter emblemático que lhe foi conferido. O momento de denúncias em torno das anomalias congênitas, quando delinearam-se os papéis desempenhados pelos articuladores da participação política popular e, finalmente, a explosão de Vila Socó, quando as condutas direcionadas à organização e fortalecimento da identidade comunitária jogaram um papel fundamental ao esvaziamento do espaço político anteriormente construído.

§ 1. Vila Parisi: o monopólio incômodo da negatividade

Qualquer discussão acerca da crise sócio-ambiental no município de Cubatão, ou da Baixada Santista como um todo, passa inevitavelmente pelo tema das possibilidades de sobrevivência da vida coletiva, diante do poderio representado pelo complexo industrial que domina a paisagem e o espírito da região. As evidências que cercam a qualidade da vida urbana, ou do ambiente de trabalho, os índices alarmantes de pobreza, as decisões de investimentos em saneamento básico e equipamentos urbanos configuram por si só, um quadro bastante delicado, limiar às perspectivas catastróficas de análise.

Como poderia ser previsto com antecedência, Vila Parisi - bairro colado às principais fontes poluidoras e assentado em um ecossistema saturado - passou rapidamente a desempenhar um papel político de grande importância, funcionando como expressão da herança deixada pelas elites dirigentes do país, por ocasião do salto industrializante brasileiro.

Bastante eficaz do ponto de vista simbólico, como representação de uma identidade deteriorada que se opõe impiedosamente às expectativas do trabalhador de baixa renda, a Vila como não poderia deixar de ser, foi utilizada como o ponto de honra entre as elites e as oposições, ou o público em geral. Mesmo porque a avalanche de relatórios, estudos preliminares, publicações e declarações diversas, sejam produzidos no âmbito do próprio Estado, do poder político local, ou das entidades representativas dos próprios interessados, colocavam em evidência sua localização geográ

fica absurda diante da predominância de ventos no sentido do vale, ou da Serra do Mar, e da periculosidade da topografia da região que dificulta a dispersão de poluentes.

Mas a Vila Parisi teria representado muito mais. Se este foi o momento da definição dos papéis desempenhados pelas oposições, foi também o momento da articulação das elites até então inertes, como que imobilizadas pelo julgamento da opinião pública. De ambos os lados a Vila foi revestida com a importância de um trunfo político.

A própria natureza da organização das disputas acabou evidenciando duas posições visivelmente distintas. A primeira delas montou sua argumentação sobre a gestão ambiental em Cubatão em torno de duas possibilidades mutuamente excludentes, embora circunscritas apenas e tão somente àquele espaço geográfico: "muda-se o bairro, ou fecha-se as indústrias", pressupondo a incompatibilidade entre a produção e os próprios produtores. Evidentemente esta incompatibilidade é definida pelos muros das indústrias, mesmo porque a definição institucional corrente de poluição exclui a qualidade do ambiente de trabalho.

Segundo estas representações, os primeiros passos dados na direção da organização dos setores industriais, seja na esfera econômica ou política, mostravam-se urgentes diante das demandas emergentes pelo controle da saturação ecossistêmica, da qual estavam sendo diretamente responsabilizados.

Já do lado oposto, a equação é desmembrada de modo

a colocar em dúvida a racionalidade tecnocrática que se mostra ineficaz na previsão de um nicho adequado para os trabalhadores oriundos das mais variadas frentes de trabalho, em busca de novas possibilidades de emprego. De qualquer forma, o argumento carrega uma outra conotação. O confronto que tomava corpo ao redor de Vila Parisi significou para as oposições a reafirmação da intransigência do setor empresarial quanto à manutenção de seus antigos privilégios e a cristalização do desrespeito por parte dos poderes instituídos, pelos destinos da vida coletiva. Ambos incompatíveis com o momento de democratização parcial por que passava o país.

Não obstante as divergências colocadas pela equação Ambiente x Desenvolvimento, traduzidas aqui pela polêmica em torno da remoção de Vila Parisi, a natureza das disputas travadas em Cubatão acerca das demandas por soluções imediatas para a saturação ecossistêmica da Baixada Santista ou, mais especificamente para o destino de seus habitantes expressa uma dificuldade particular. Esta dificuldade diz respeito às possibilidades de avanço em qualquer projeto de politização da temática ambiental em um país que, como o Brasil, não pode deixar de encarar a centralidade que os índices de pobreza ocupam dentro da agenda de prioridades nacionais. O tema da sobrevivência ganha aqui uma conotação muito particular. Se não pode deixar de ser mediada pela noção de carência material, que está na base da construção de uma identidade política entre "despossuídos", em outra medida, não é possível desconsiderar o alargamento imperdoável de suas possibilidades, tal qual se verá no desenrolar deste capítulo.

Os antecedentes

Se do ponto de vista político a Vila desempenhou um papel fundamental, segundo as representações do morador esta ressurge sob a dualidade que caracteriza seu próprio patrimônio, in dependentemente da posse legal de um título de propriedade. Se pos sui um péssimo sítio, saturado por uma gama imensa de resíduos in dustriais e sanitários, possui um valor indiscutível a quem ali re side: a centralidade geográfica. Sobre este ponto, inegociável nas propostas de relocação da população, Jaime Abreu, então presidente da Sociedade de Melhoramentos de Vila Parisi⁽¹⁾ é enfático:

"(...) No bairro vivem os operários das indústrias sediadas em suas cercanias, o que representa facilidade de locomoção e acesso, até nos horários reservados às refeições. Estas facilidades representam renda, uma vez que os exime dos gastos necessários com condução, levando-se em conta também os baixos salários recebidos pela maioria (...). É do conhecimento de todos que o operário recebe o mínimo que lhe assegura a vida. A parcela poupada em condução serve para alimentar e vestir melhor sua família. (...) Há também os custos de moradia em Cubatão e Vila Parisi. No primeiro (...) dois cômodos custam seis mil cruzeiros mensais. Em Vila Parisi (...) as mesmas comodidades custam um mil e oitocentos cruzeiros. Este salto é importante no orçamento familiar do operário."

Segundo o pastor Jaider⁽²⁾ da Igreja Metodista e ligado à Teologia da Libertação, há mais um outro elemento de valorização da centralidade do bairro:

(1) CEI, (1981). op.cit. Ver também depoimento de AZIZ AB'SABER. Idem. p. 16. É importante que se diga que a CEI teve um papel relevante como antecedente à crise gerada pela transferência da Vila. Se não conseguiu provocar soluções concretas por parte do poder público ou dos agentes poluidores, era o único canal de denúncias disponível.

(2) Em entrevista à autora em junho de 1987.

"(...) O próprio povo, eu tava lá com eles conversando e eles diziam: 'a gente acorda de manhã e tem um pó branco em cima das vasilhas, mas a gente não quer sair daqui, porque quase todo mundo aqui é desempregado, ou vive com o que vende na porta da fábrica'. (...) Ou até 'se a gente sair daqui, o dinheiro que a gente ganha na porta da fábrica não dá nem pra pagar o ônibus'. O que é verdade, é inviável alguém sair do Bolsão 8 e ir pra Vila vender lanche (...) na fábrica."

Ao que parece, o valor da centralidade é consenso a todos que mantiveram algum tipo de relação com os moradores da Vila. Fernando Prandini, da Divisão de Minas e Geologia Aplicada do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), cujos serviços foram contratados pela Prefeitura e SICCT é da mesma opinião (3):

"(...) Ninguém mora ali porque prefere. O sujeito aluga 8 horas de cama. Sim, ele não aluga a casa ou o cômodo, ele aluga a cama. Ele não aluga aquilo ali porque gosta de dormir em cama quentinha, ele aluga aquilo porque o trabalho é em turno e não tem dinheiro pra melhor. Não tem muito menos dinheiro pra pegar um ônibus e pagar um negócio não sei onde (...)"

Todas estas informações complicam-se ainda mais quando a elas somam-se as expectativas ligadas às relações de vizinhança, tão importantes para a garantia de sobrevivência em bairros onde as possibilidades de consumo estão muito aquém de suas necessidades reais. Ou ainda, com a quebra do sistema informal de comunicação que se estabelece a partir dos bares, vendas e empórios, salas de espera de postos de saúde e, por aí afora.

O alcance e a importância de tais espaços convivenciais da esfera cotidiana, a princípio com maiores chances de regulação por parte dos próprios cidadãos, são geralmente descartados

(3) Em entrevista à autora em junho de 1987.

pela lógica instrumental que sustenta o pensamento tecnocrático. Mas puderam ser amplamente verificados em conversas informais com os moradores do bairro, principalmente aqueles cujo título de propriedade conquistou, por ocasião da remoção, o direito ao financiamento de uma casa no Jardim Nova República, ou Bolsão 8 como é conhecido localmente. Os demais foram mesmo empurrados para as Cotas na Serra do Mar. Esta última informação é confirmada por Selene Lamar Franco, assistente social da prefeitura⁽⁴⁾:

"Felizmente, com a recessão e com a diminuição da produção, a migração desacelerou a partir de 80, mas em compensação houve uma transmigração dentro do município. A Vila Parisi quase inteiramente migrou para a Serra do Mar, para se descomprometer de pagar aluguel. Então, este grande aumento que se verificou na Cota 200 e na Cota 95, foi do pessoal de Vila Parisi."

Todavia, antes de mais nada, é preciso que se diga que apesar de não ter havido, como sempre, qualquer sinal de negociação sobre a remoção do bairro, a pauta de reivindicações foi calcada na noção de direito à propriedade e não no direito à moradia, uma vez que o bairro foi montado em cima de um loteamento legal⁽⁵⁾:

"(...) Que nos sejam assegurados os direitos mínimos de cidadãos. Se as indústrias realmente necessitam da área de Vila Parisi para se expandirem, é bom que se lembrem que há vinte anos atrás os moradores daquele bairro adquiriram, individualmente, seus lotes de terreno, sem que tenham sido alertados de que de lá seriam despejados (...). Vila Parisi foi aprovada àquela época bairro e essa aprovação foi ratificada pela Câmara Municipal há um mês atrás."

(4) Em entrevista à autora em janeiro de 1987.

(5) CEI, (1981). op.cit. p. 37

A partir daí a reivindicação básica dos proprietários era de que fossem indenizados a "preço justo, a custos vigentes no município". Por isso compreendia-se ⁽⁶⁾:

"(...) Que as indústrias possibilitem aos moradores de Vila Parisi lotes de tamanho idêntico ao que lá possuem (...), de 20 x 30m e, nos mesmos, áreas construídas idênticas (...). As casas de Vila Parisi não são tão más como se apregoa. O bairro sim, é mal construído, mas isso se deve aos poderes públicos que não empregam os impostos que arrecadam naquela área (...). Estou de posse de um abaixo-assinado com 3.580 assinaturas (...) e, por aquele documento, a Assembléia Legislativa de São Paulo e a Câmara Municipal de Cubatão se certificarão que os signatários não desejam brigar com os poderes públicos mas sim defender aquilo que Deus nos confiou. E não foi fácil conseguir a casa para morar (...). Ela custou muito trabalho e sacrifício daqueles que um dia, chegando a São Paulo se incorporaram à sua força de trabalho. (...) Aqueles a quem represento desejam ardentemente viver em Vila Parisi."

Mas atrás de toda esta movimentação estava a indagação "se há dez anos atrás, ou melhor dito, em 1971 foi extinta a Vila Parisi, porque só agora as indústrias pressionam a saída dos moradores do bairro?". A dúvida expressa pelo presidente da Associação reside nos fatores que teriam, com efeito, precipitado a hipótese de remoção.

A possibilidade mais evidente e, por isso mesmo a mais ventilada, diz respeito às necessidades econômicas de expansão das instalações industriais, que invadiriam o espaço anteriormente destinado à fixação de mão de obra nas proximidades do mercado de trabalho. Esta é a hipótese mais articulada com fins políticos pelas oposições e onde a fertilidade dos argumentos é mais evi

(6) CEI (1981). op.cit. pp. 39-40.

dente. Randáu Marques, jornalista do Jornal da Tarde e que a cada dia irá desempenhando um papel político mais importante para Cubatão, disse em uma matéria exemplar:

"Está havendo desrespeito humano pela falta de poder aquisitivo da população destas vilas (...). Ninguém é posseiro e eles não podem, em nome de um suposto programa de poluição, querer grilar o filé mignon geográfico de Cubatão. O que eles querem é a área para um terminal de cargas que desafogue os armazéns de Santos." (CS, 16/12/81)

Para ele, o "secretário de Obras e Meio Ambiente apoiava a remoção do bairro" porque isso representaria uma economia da ordem de Cr\$ 3 bilhões, em valores da época, "que deixariam de ser usados pela indústria na colocação de filtros para minimizar a poluição" (7):

"O que são Cr\$ 3 bilhões (...) em relação a vidas humanas, a vida de 80 mil pessoas, da população da cidade de São Paulo, de dezenas de crianças que nascem com defeitos teratogênicos e de tantas que não chegam a nascer, que são mortas? Quanto vale a vida no Vale da Morte?"

Na verdade, o papel mais significativo que estes articuladores políticos desempenharam foi utilizar Cubatão como caso exemplar, a fim de expandir as fronteiras do significado de "atingidos", utilizando ao máximo o potencial mobilizador da crise ecológica e ambiental que passou a caracterizar, muito mais a partir de então, todo o território nacional. Ampliavam-se enormemente as possibilidades do arco de alianças em torno desta ordem de demandas. Dito de outro modo, seu papel seria veicular as informações

(7) CEI (1981). op.cit. pp. 71-81.

apuradas a todos os brasileiros, "em cujos 'habitats' existem tantos polos industriais que poluem tanto ou mais que Cubatão, haja vista Camaçari, com níveis mais elevados de poluição por mercúrio".

Mesmo assim, qual outro fator poderia ter contribuído para precipitar a hipótese de remoção de todo um bairro a custos fabulosos, financeiros e políticos, que a decisão acarretaria, ou deveria acarretar?

A segunda possibilidade passeia pelos domínios da política e diz respeito à divulgação dos primeiros sinais de um acontecimento que, em si mesmo, poderia colocar o polo de pernas para o ar: a divulgação de casos de anomalias congênitas e sua possível correlação com os índices elevados de saturação ecossistêmica, em especial a contaminação por aromáticos, abundantes no estuário.

Mais uma vez o ponto de confluência das denúncias foi a Câmara Municipal, para as quais foi criada uma comissão sigilosa de vereadores. Bem, aqui também existe uma enorme profusão de estórias. Mas indo por partes e tomando o cuidado para ater-se aos motivos que levaram à extinção de um bairro inteiro. As anomalias congênitas e, em especial a anencefalia merecerão um item que procure dar conta, ainda que em primeira leitura, de toda a complexidade que lhes foi peculiar.

Em primeiro lugar é preciso que se diga que as investigações levadas a cabo pela Câmara Municipal, sob a forma de uma Comissão Especial e Secreta tinha por bem, segundo o então presidente vereador Armando Campinas Reis, evitar "efeitos psicológicos mais sérios nas gestantes de Vila Parisi", o que adiou por

muito tempo, o debate que correlacionaria a saúde dos moradores do polo industrial aos níveis alarmantes de poluição.

Os "efeitos nocivos da neurose em torno do problema de poluição", segundo a vereadora Maria Aparecida Pieruzi de Souza (PDS) acabaram, isso sim, jogando a anencefalia e as outras anomalias congênitas para o centro de Vila Parisi. Já que não foi possível manter sigilo sobre tais ocorrências, o próximo passo foi dado em direção a confiná-las aos limites estreitos de um bairro miserável.

As atenções que se voltaram para Cubatão e aí destacavam-se os resultados da concentração da atividade industrial em aproximadamente 160 km² de terrenos pantanosos e encostas de morros, eram direcionadas agora para as vilas de trabalhadores que cercavam as indústrias. Vila Parisi a maior delas, era apenas o caso emblemático. O mesmo depoimento de Randáu Marques à CEI ⁽⁸⁾ po de dar a medida do papel que a Vila desempenhou sobre as representações de então:

"(...) Nas noites passadas junto ao Pronto Socorro da Vila, ou melhor, em toda Cubatão, vi os males que acometem seus 81 mil habitantes. Os dramas atingem (...) principalmente os 25 mil moradores das favelas (...), símbolo do 'progresso nacional'. (...) Nas favelas encontrei esgoto a céu aberto, nenhuma rua calçada, esqueletos de árvores nos morros pelados, crianças descalças brincando no lixo, (...) indústrias lançando detritos no mar e nas águas. (...) Ali a situação é atípica e terrível. Daí concluir que lá nasceu uma nova raça humana, mutantes que contrariam, pelo simples fato de sobreviverem, a todos os princípios científicos, respirando e sobrevivendo em meio à emissão de cerca de um milhão de toneladas de gases e de material particulado, segundo a própria CETESB. (...) Lá só podem estar nascendo crianças com inovações genéticas, mer-
cê 25 anos de exposição àquela poluição constante e crescen-

(8) CEI (1981). op.cit. pp. 72-3.

te, isso desde o dia em que (...) Arnaldo Parisi, na esteira da construção da COSIPA, resolveu lotear o mangue."

Pois bem, afirmações com esta carga dramática, principalmente quando veiculadas na grande imprensa paulistana, contribuíram para colocar a Vila no centro da ação política. Além disso, a aproximação da SBPC e outras entidades com o mesmo peso, mais do que influenciar as discussões, revestiram-na com a legitimidade conferida através de sua autoridade no cenário nacional e internacional.

Já do lado do empresariado, foi criado o Grupo de Trabalho Vale da Vida, como resultado de uma articulação com a Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (SICCT). Era a forma preferencial de institucionalizar as posições defendidas pelos principais agentes poluidores de Cubatão.

O Vale da Vida: as elites na dianteira da ação

O grupo de trabalho foi nomeado a 27 de outubro de 1981 pelo então secretário Oswaldo Palma e montou um rol de propostas para a "ordenação e racionalização do desenvolvimento industrial" regional, mas que poderia resumir-se a apenas uma delas: a extinção de diversos bairros, quase favelas, que disputavam os valiosos terrenos contíguos às instalações industriais, impedindo expansões futuras. Dentre elas como já foi dito, Vila Parisi adquiriu caráter emblemático. (9)

(9) Sobre o Vale da Vida ver: "Ordenação e Racionalização do Desenvolvimento In

Na realidade, seu objetivo era demarcar as fronteiras do confronto com as oposições, lançando as bases sobre o que poderia ser legitimamente reivindicado sobre a gestão do problema ambiental. O autorizado ficava circunscrito às cercanias do bairro.

Constituído por Nei Serra, representante da regional do CIESP, Arthur Cesar Whitaker de Carvalho da CARBOCLORO, Paulo Bastos Cruz da SICCT e Gunther Bantel da COSIPA; assessoria de Eros Grau e Werner Eugênio Zulauf, que fora engenheiro da CETESB e depois de alguns desentendimentos passou a assessorar a COSIPA, o Vale da Vida influenciaria fortemente os estudos posteriores sobre a região. A própria Comissão Interministerial criada em seguida pelo general Figueiredo não faria mais que referendar suas recomendações.

A CETESB presidida pelo coronel Vitor Leig por sua vez, receberia um golpe definitivo. Os relatórios do grupo reafirmavam sua incompetência na gestão e fiscalização dos sistemas naturais da Baixada. Via a presença de Werner Zulauf reivindicavam a redefinição das diretrizes e responsabilidades do órgão, através da fixação dos padrões de emissão de particulados. Exigiam ainda um "levantamento completo dos poluentes presentes de forma quanti-

ustrial" in SERRA, N. E. A Baixada Santista: Seus Problemas e Soluções. A Tribuna de Santos Editora. Santos. 1985. pp. 91-111. Para um resumo comentado do relatório final ver: "Vale da Vida, Uma Nova Imagem para Cubatão". CIESP Expediente - Integração e Desenvolvimento. Publicação Oficial da Delegacia Regional do CIESP de Cubatão. s/d.

tativa e qualitativa na região de Cubatão" e, para tanto, a transferência de estações móveis de monitoramento, da sede do escritório regional, dos laboratórios, para Vila Parisi, já que até aquela data estavam instalados em Santos. O mesmo valeria para a SEMA, SABESP e outros órgãos estatais envolvidos na gestão ambiental. Se lava-se um acordo com Werner Zulauf com vistas à futura presidência da agência estatal.

Apostando na fragilidade institucional na área de meio ambiente, propunham-se como liderança nas discussões sobre a gestão regional e do próprio estado, acenando um projeto construído a partir de uma linguagem considerada inovadora para a época e que os qualificava para as disputas pela competência técnica que redefiniria a ordem institucional e os poderes alinhados em torno do tema.

Assim, a despeito da natureza e alcance das proposições, o Vale da Vida contribuiu para definir politicamente as responsabilidades e relações institucionais intrincadas que resultaram na ausência total de controle sobre a poluição industrial. Seja para diluir as responsabilidades, seja para forçar uma reformulação institucional conveniente a seus propósitos finais, os dirigentes industriais lembravam que Cubatão na realidade encontrava-se paralizado no tempo. Propunha-se a institucionalização do polo industrial:

"(...) O que se pretende com isso é a criação de um organismo que conte com a participação efetiva de todas as empresas - privadas e estatais - instaladas na área do polo, voltado à sua administração, de modo a possibilitar um alto nível de integração espacial e técnica entre as várias unidades do setor privado e do setor público (...). Com isso, encaminhar-se-ia mediante um exercício de planejamento integrado e consensual,

a obtenção de economias de escala e de maior racionalidade na utilização de recursos. (...) A sujeição de uma zona industrial à administração do Estado pode se dar em dois momentos distintos, conforme as circunstâncias seguintes: ou a zona industrial já está implantada, ou será implantada por decisão do Estado, assumindo a configuração de verdadeiro distrito industrial. Na segunda hipótese competirá ao Estado, com fundamento no artigo 5º, 'i' do Decreto Lei nº 3.365/41 - redação da Lei nº 6.602/78 - desapropriar as áreas necessárias a sua implantação (vide §§ 1º e 3º deste artigo 5º) e a realização das obras atinentes a ela. Na primeira hipótese poderá cuidar-se de caracterizar a assunção, pelo Estado, da administração da zona industrial como suficiente para transformá-la em verdadeiro distrito industrial. Aí então, caberá ao Estado o poder de desapropriar áreas, no interior do território da zona, para fins de complementação daquelas obras.(...)" (10)

De resto, a estratégia dos dirigentes industriais articulados em torno de Nei Serra foi centrada em circunscrever os problemas ambientais de Cubatão a questões de ordem financeira - o Brasil vivia a recessão do início da década - e administrativa, ou seja, eficiência na atuação da CETESB e a regulamentação do polo industrial de Cubatão, que resolveria os problemas de pulverização das ações industriais. Em paralelo, seria articulada uma aliança com o poder público local para inaugurar um programa de propaganda intensa para atacar a imagem que estava sendo contruída para a cidade junto à opinião pública nacional e internacional. O próprio nome do grupo de trabalho sugeria que o alvo seria o Vale da Morte, tratado agora em suas possibilidades como estigma, deixando de lado suas funções políticas de representação de uma situação

(10) SERRA, N.E. (1985). op.cit. pp. 92-4.

concreta. O texto abaixo ⁽¹¹⁾ é bastante sugestivo:

"As medidas propostas são profundas, mas viáveis. De nada adiantaria trabalharmos em cima de idéias utópicas para realizar um estudo a mais sobre os problemas ambientais de Cubatão, que seria fatalmente engavetado. Partimos então do conhecimento que temos sobre esta problemática para a proposição de medidas que podem e devem ser tomadas tanto pelo governo como pelas indústrias. (...) Temos sentido que todos têm pressa. A melhor demonstração disso são as palavras do dr. Oswaldo Palma quando da constituição do grupo. Ele afirmou que já bastavam as discussões existentes sobre o assunto e que agora seriam necessárias medidas efetivas, pois o governador Paulo Maluf tem como meta deixar o governo com esse problema definitivamente solucionado. É o que todos esperamos."

Na realidade o processo de mobilização do empresário cubatense está intimamente ligado à constituição de Nei Serra como liderança política confiável. Neto de imigrantes portugueses e espanhóis, filho de um importante empresário do setor de transportes de Santos, trabalhou na COSIPA desde o último ano da faculdade de Direito. Com pós-graduação em Administração de Empresas na Getúlio Vargas, chegou à assessoria direta ao presidente da COSIPA Plínio Assman, a diretor regional do CIESP, além de prefeito de Cubatão em duas administrações (nomeado por Franco Montoro, graças a uma negociação que resultou no Programa de Controle de Fontes Poluidoras em Cubatão, da CETESB e, posteriormente eleito), sem nunca ter abandonado sua residência na Avenida Ana Costa em Santos. Segundo suas representações, propunha-se enquanto liderança a par

(11) CIESP - EXPEDIENTE (s/d). op.cit. Em contrapartida, a concretude dos dados que indicavam "um coquetel ácido, corrosivo, onde existem elementos cancerígenos, teratogênicos e mutagênicos", obrigou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a classificar a cidade como "a mais poluída do mundo". Ver: CS, jun/1985.

tir de uma reformulação na "mentalidade empresarial" ⁽¹²⁾:

"(...) As indústrias se instalaram no município sem nenhum planejamento prévio, seja municipal, estadual ou federal. Não houve planejamento de infra-estrutura, nem zoneamento adequado. Foi uma implantação pioneira e aleatória. A indústria comprava um terreno, obtinha uma licença do Conselho de Desenvolvimento Industrial autorizando sua instalação, mas isolado do conjunto. O erro foi a falta de planejamento do desenvolvimento industrial e isso criou problemas muito sérios, cujos custos estão muito altos prá consertar (...) Por outro lado, as indústrias foram implantadas em um período em que se fazia a apologia do desenvolvimento, do crescimento industrial. (...) Considerava-se chaminé saindo fumaça como sinal de progresso. (...) Nossa sociedade, através de suas elites, não se preocupou com poluição, não tinha sequer consciência do problema. A preocupação era implantar a produção de base, fundamental para gerar o lucro. (...) Uma coisa que caracteriza bem isso é o símbolo da entidade das indústrias: era uma chaminé saindo fumaça (...). Isso mudou a partir da Conferência de Estocolmo e o mundo foi despertado para a autodestruição (...) que estava acontecendo em todo o mundo, Cubatão é só exemplo. Mas essas idéias são muito novas, geram reações, (...) mas os conceitos tiveram que ser redefinidos.(...)"

Segundo Nei Serra, estas "mudanças de mentalidade" são fundamentais e não podem ser adiadas, graças a pressões a cada dia mais bem estruturadas ao nível da opinião pública ⁽¹³⁾:

"(...) Chegou-se a uma situação de conflito fora do comum: os órgãos de controle acusavam as indústrias e vice-versa, a prefeitura ficava de espectadora, ao invés de partícipe das decisões e soluções. Tem que acabar com aquela estória de 'não é aqui, é no vizinho'. (...) Eu sempre defendi uma maior participação da empresa na comunidade. (...) Sempre defendi o trabalho de equipe, organizado, com fixação de objetivos. (...)"

(12) Em entrevista à autora em dezembro de 1986.

(13) Idem.

Às vezes o pessoal da área empresarial tem um enfoque muito imediatista. Eles estão vendo hoje, (...) e não viu um pouco mais a frente. Não viu que se não preservar, (...) vai chegar um ponto em que fica insustentável (...), tem que fechar a indústria mesmo. Foi isso que eu tentei mostrar: tem que resolver, tem tecnologia pra tudo hoje. Vai custar ... custa! Mas o custo é repassado no preço. Nenhuma indústria absorve os custos, repassa tudo. No final, quem paga é na realidade, a sociedade. Se a sociedade exige isso, tem que fazer. (...) A sociedade está disposta a pagar mais caro, mas não quer mais ser agredida. É evidente que tem muitas pessoas que não me compreendiam na área empresarial, (...) gente que tem viseira(...) e que só enxerga (...) o lucro de hoje, quanto faturou hoje. Pra mim, nenhuma empresa tem sentido hoje sem uma contribuição à sociedade. (...) Essa é a concepção de empresa moderna, que não é uma ilha isolada (...), tem que cumprir rigorosamente as exigências (...). Os mais esclarecidos (...) conseguem perceber que é uma diferença de enfoque. (...) Existe até a possibilidade de fazer 'marketing' em cima do controle. (...) Às vezes a imagem (...) vale mais que conflitar. (...) Olha o exemplo de preservação da natureza, de preocupação com o homem. (...) Hoje essa imagem é a única saída pra sobrevivência dela e de seus produtos. (...) Na medida em que a sociedade vai se tornando mais exigente, o que ela acha bom hoje, amanhã pode não achar mais."

Com relação à campanha publicitária, foi contratada a Orgilvy & Mather Relações Públicas Ltda, especializada em comunicação não-convencional. Segundo o publicitário José Rolim Valença:

"Existe uma pressão muito grande da opinião pública contra as indústrias e achamos, após (...) conversas com empresários que havia a necessidade de contar o que estava sendo feito para resolver o problema da poluição. (...) Não adianta sair por aí (...) dizendo que tudo será resolvido, porque ninguém acreditará. Há (...) falta de credibilidade e só no momento que houver fatos importantes e visíveis, então nós diremos: isso era assim e ficou assim." (CS, 06/85)

As duas imagens centrais da campanha eram "Cubatão Coração" e "Cubatão Busca Soluções", ambas em resposta aos sentimentos generalizados junto à coletividade. Para Valença:

"Os próprios cubatenses me falam que estão sendo vendidos pa

ra o exterior como uma coisa doentia. Notei de imediato uma reação de orgulho da comunidade, por isso está dentro de nos planos dar auxílio (...) profissional para que passem, eles mesmos, a ressaltar suas próprias qualidades. O cubatense ho je é mostrado como um (...) menino doente e barrigudo e isso aí é só 5% de sua população, os 90% restantes são pessoas normais. A cidade é bonita, existe muito verde (...). Cubatão tem uma excelente orquestra renascentista, uma banda musical de altíssima qualidade, conjuntos de choro e essas coisas precisam ser mostradas. (...) Agora, sabemos que frases cheias de emoção como o Vale da Morte (...) serão difíceis de serem apagadas. O que nós achamos é que chegará o dia em que o Chico Anisio, o Jô Soares e o Premeditando o Breque, com sua "Lua de Mel em Cubatão", procurarão outros temas e não a poluição de Cubatão para ironizar. Eles estão usando o assunto da moda e com o tempo, essas críticas serão esvaziadas." (CS, 06/85)

Em contrapartida, as soluções propostas não trariam resultados tão imediatos, nem seriam generalizadamente bem aceitas. Apenas acenderiam o estopim, precipitando as iniciativas de organização política das resistências já em franca emergência, em torno de algumas lideranças com importância construída na história política recente da cidade. Dentre as diferenciações internas à aliança que merecem ser citadas por ora, encontram-se dois depoimentos.

Em primeiro lugar, encontra-se a posição moderada e Armando Campinas Reis pode ser exemplar. Oriundo do antigo PP, foi duas vezes reeleito como vereador pelo PMDB. Nascido em Cubatão, advogado e dono de uma imobiliária, investe na oposição entre os interesses comunitários e a identidade nacional patrocinada pelos regimes militares. Isso porque a identidade negativa que caracteriza a veiculação da imagem da cidade é simplesmente incompatível com o "ideal democrático do partido". Segundo suas representações, o problema ecológico está intimamente relacionado com a concepção de progresso e "a degradação do ambiente é um atentado à vida promovido pela industrialização":

"As devastações nos rios e na Serra do Mar que foram permitidas por todos os governos anteriores a 1982, deverão ser assumidas pelas indústrias poluidoras que definirão recursos para a recuperação." (14)

Raciocinando acerca dos "custos e benefícios" do progresso material para a região, Campinas expressa um sentimento generalizado na coletividade, cuja imagem central resume-se aqueles lançados à orfandade, ao abandono (15):

"Embora Cubatão seja colocado como o município que mais arrecadação 'per capita' tem, você verifica que ao lado dessa riqueza representada pelas imensas chaminés industriais você tem um povo (...) paupérrimo, que vive em favelas, em encostas de morros. Então este progresso não foi (...) em benefício do povo. Quem ganhou mesmo com este progresso de Cubatão foi o Brasil, foram todos os brasileiros. É justo que este zoneamento não seja creditado aos cubatenses, porque para nós ficaram as favelas, o mau cheiro, a poluição, a devastação ambiental e a pobreza. Quem saiu ganhando foi a balança comercial. A população aqui de Cubatão contribuiu para o engrandecimento, para a melhoria da balança comercial e o quê nós ganhamos? Nada."

Definindo uma outra postura dentro da aliança contra os responsáveis pela degradação sócio-ambiental de Cubatão encontra-se Dojival Vieira dos Santos, jornalista da Cidade de Santos e vereador pelo PT em duas legislaturas. Filho de migrantes ("vim para cá como todo nordestino que vem para o sul achando que vai melhorar de vida e encontra aqui esta situação"), reivindica para si o título de "instrumento dos trabalhadores junto ao poder instituído". Buscando sua legitimidade nas relações de identifica

(14) Material de campanha para a Prefeitura Municipal em 1985. Arquivo do PMDB local.

(15) Em entrevista à autora em novembro de 1985.

ção com a coletividade, concebíveis tanto a nível pessoal - sua origem de classe, quanto ao nível público - por sua trajetória política junto aos movimentos sociais da cidade, encontra sua base de sustentação nos setores politicamente mobilizados e o acordo social que propõe é baseado na demanda por mudanças na ordem vigente, atingindo desde "os setores mais proletarizados, até os setores médios mais progressistas". Quanto ao Vale da Vida, diz ⁽¹⁶⁾:

"O plano do Grupo Vale da Vida do governador Paulo Maluf, que previa a extinção de seis bairros e os transformava em área industrial está sendo executado agora por um de seus inspiradores, o prefeito nomeado Nei Eduardo Serra, com a conivência do governador Franco Montoro. (...) Criou o distrito industrial através do decreto 4.098 de maio, sem ouvir a Câmara. (...) As empresas conseguiram através do PROCOP - Programa de Controle de Poluição do Estado de São Paulo - com juros de pai para filho e com prazos de carência bastante elásticos, recursos da ordem de US\$ 67 milhões. Os juros são de 3% ao ano, com prazo de 10 anos. Após esse prazo a taxa de juros passa a 5% ao ano e correção monetária de 100% da ORTN. É mole?"

A despeito da agilidade com que as lideranças contrárias aos adversários já definidos pelo Vale da Vida, ainda assim as oposições tiveram de contar com a marca da desvantagem. Partiram para a disputa a reboque das iniciativas empresariais. As elites entraram na cena pública munidas de um projeto próprio, restando a seus oponentes a posição de negação.

Dito de outro modo, a linguagem e as estratégias que organizariam o espaço político já vinham prontas. Estava assegura

(16) Em entrevista à autora em novembro de 1985. As outras informações foram obtidas durante outras entrevistas, em junho de 1986 e janeiro de 1987, além de material de campanha, do arquivo do PT local.

do, pelo menos a princípio, o controle das tensões nos limites de uma lógica, na qual seus promotores movimentavam-se com mais habilidade.

De qualquer forma, as reações ao Vale da Vida foram imediatas e ultrapassaram os limites das escarpas da serra, imediatamente após sua divulgação a 14 de dezembro de 1981, em reunião do secretário Oswaldo Palma com os presidentes das principais indústrias poluidoras do município.

Formava-se assim, uma aliança explosiva entre as oposições locais e pesquisadores, jornalistas e ambientalistas principalmente de Santos e São Paulo, além de outros brasileiros e um contingente significativo de estrangeiros. Eram setores médios intelectualizados de grandes centros urbanos buscando diálogo com lideranças representativas junto a trabalhadores de baixa renda, ligados ao mercado informal que gravita em torno das grandes indústrias, migrantes em sua maioria. Buscar-se-ia ali compatibilizar as reivindicações ecologistas com a urgência dos índices de pobreza urbana enfrentados cotidianamente por Cubatão.

Os atores do descontentamento

A primeira formalização desta aliança deu-se em um encontro ocorrido em Cubatão, sob a promoção do PT local e contribuição da Pastoral Operária. Estavam presentes comunidade científica, moradores e vítimas da poluição industrial. Os suportes institucionais seriam, entre os convidados, a ABPN, velha conhecida no município, a Sociedade Brasileira de Ecologia (SBE), que é um de

partamento científico da Associação Médica Brasileira e a SBPC, in formalmente representada por seu assessor de imprensa, o jornalista Randáu Marques (JT). A Organização Mundial de Saúde (OMS), tam bém com representação informal através de Waldemar Ferreira de Al meida, também representante da SBE, não contava com um convite for mal do governo brasileiro.

Do lado da comunidade, contava-se com a presença da Igreja Católica, Metodista e Anglicana, da Sociedade Beneficiente de Vila São José e o Comitê de Defesa de Vila Parisi. Por traz de las estavam algumas lideranças importantes do município, articula das em torno de Dojival, que fala da estratégia utilizada através da reunião ⁽¹⁷⁾:

"A nossa saída era essa (...), eles não tinham como se posi cionar face a ser uma coisa muito ampla, comunidade científi ca, igreja. Se surgisse um grupo questionando isoladamente te ria levado cacete, mas a gente teve o cuidado de envolver ou tras entidades. A primeira reunião da Associação, quando a imprensa foi convocada - e aí a gente levava vantagem, porque quem fazia a matéria era a gente (...) - foi na igreja, com representação da SBPC e pais e mães de crianças vitimadas pe la anencefalia. Como que vai reprimir um negócio desse?"

Como resultado do encontro foi redigido um documen to intitulado Denúncia ao Povo Brasileiro, cuja importância reside antes de mais nada, nos termos que darão a articulação da oposição ao Vale da Vida e a lógica sobre a qual se dará sua ação futura. O primeiro ponto diz respeito ao papel que desempenhou para alargar as fronteiras das representações sobre degradação ambiental, em opo

(17) Em entrevista à autora em junho de 1986.

sição às restrições impostas pelo grupo de trabalho às vizinhanças do Vale do Rio Mogi, na região por eles denominada "poligonal da zona de uso estritamente industrial" e que englobava os bairros sujeitos ao programa específico de extinção ("zona crítica de poluição"). Os responsáveis pelo documento expandem as representações para o município como um todo e apontam o problema como "uma questão internacional" (18):

"Em Cubatão e em toda a Baixada Santista se comete um crime premeditado de genocídio contra o povo. Está em jogo o patrimônio genético dos brasileiros e de toda a humanidade."

Lançando mão de uma visão ecossistêmica inviabilizam a crença veiculada pelos adversários de que o controle da degradação ambiental poderia ser resumida a ações financeiras e administrativas contidas no projeto de racionalização tecnocrática do uso do solo urbano:

"(...) O crime é de genocídio porque com as descargas de poluentes no ar e nas águas, que somam cifras além das 1.400 toneladas diárias, atinge indistintamente toda a população da região, um milhão de habitantes. Isso atinge a saúde da população e mata. Reduz a expectativa de vida, agrava as péssimas condições de vida a que está submetida a maior parte da população. Não é segredo que os índices de mortalidade de crianças até um ano, de natimortalidade, de anomalias congênitas, estão muito altos na região. (...) Cubatão e São Vicente apresentam índices absurdamente altos. Temos ainda mortes por pneumonia, bronco-pneumonia, anoxia (envenenamento do sangue), problemas respiratórios e cardiovasculares. (...) Está em jogo o patrimônio genético dos brasileiros porque estão sendo lançados no ar e nas águas produtos químicos que interferem e quebram a cadeia genética. Provocam mudanças que decorrerão no surgimento de uma sub-raça. Baseados em dados oficiais pode-

(18) Arquivo da Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições de Vida de Cubatão, (dezembro/1981). Ver também: CS, 16/12/81. Grifos originais.

mos citar o benzeno, produto capaz de provocar anomalias congênitas, com descargas mensais de pelo menos 220 toneladas. (...) O mercúrio já se acumula em doses anormais na baía de Santos e no sistema estuarino da região. Trata-se de produto altamente tóxico que ataca o sistema nervoso central e, comprovadamente quebra a cadeia genética. Está em jogo o patrimônio de toda a humanidade, porque dela todos fazemos parte e os problemas que sofremos na região, não são fenômenos isolados. Pelo contrário, é mais um dos tristemente célebres casos registrados no mundo, como o trágico episódio da baía de Minamata no Japão, onde a contaminação de mercúrio matou pelo menos 243 pessoas e deixou mais de 5.000 mutilados (...). Ou o episódio na Itália, cuja população foi vítima da dioxina que, segundo (...) a CEI da Assembléia também existe em Cubatão. (...) Das populações das demais cidades da Baixada Santista esperamos que se unam à luta do povo de Cubatão, porque também são vítimas (...). Basta ver casos de anencefalia registrados em Santos (5) e São Vicente (3). Que as taxas de natalidade são igualmente altas. Que as chuvas ácidas são comuns a toda a região (...), adulterando geneticamente a vegetação, matando-a. Levando a perigo iminente de (...) desabamentos (...) na Serra do Mar (...). A contaminação das águas atinge a todos. (...)"

Esta reunião serviu ainda para reafirmar os adversários no conflito, introduzindo o Estado e suas responsabilidades diante do quadro de saturação generalizada dos ecossistemas nacionais. Dirigentes industriais e Estado em parceria são considerados culpados por um "crime premeditado". Os industriais porque "sabiam e sabem o que as cargas venenosas representam" e por terem conhecimento que sempre operaram "certos processos geradores de poluentes condenados em outros países" e ainda, "a instalação das unidades numa área restrita é uma política deliberada de concentração (...) para reduzir custos e aumentar lucros". De parte do Estado, o crime é premeditado porque "o governo possui várias empresas na área"; porque negligenciou suas atribuições de fiscalização e controle e, por fim, "porque sabia e sabe dos perigos dos poluentes e, deliberadamente os negligenciou":

"Em 1972, na Conferência Mundial do Meio Ambiente realizada na Suécia, na presença de 112 países, a delegação do governo brasileiro defendeu a tese do desenvolvimento industrial com poluição. (...) O maior jornal suéco abriu espaço em sua primeira página para dizer que 'o Brasil sabotou a Conferência' e que existia 'somente um sabotador extremamente visível: o Brasil, que sustentava o direito de continuar a contaminar o ambiente'. Ou seja, foi oferecido aos grandes grupos econômicos internacionais que pretendiam instalar-se no Brasil, além de mão de obra barata, da estabilidade social artificial, da manipulação de seus trabalhadores e sindicatos, também uma vantagem extra: a de não precisarem investir em equipamentos anti poluentes."

As estratégias recém-firmadas pela aliança de oposição constituíam-se em estimular a criação de comitês de apoio e divulgação em outras cidades (o primeiro foi criado em Santos, pelo Centro de Estudos Ecológicos); entrar em contato com organizações governamentais e não governamentais internacionais, de cunho ambientalista, técnico-científicas, políticas, dentre outras. As primeiras a serem contatadas foram a Anistia Internacional, a Organização das Nações Unidas e a UNESCO. Nos contatos institucionais de maior prestígio, a mediação dos articuladores de fora era fundamental. Cabia, por outro lado, às lideranças locais a mobilização da coletividade, principalmente aqueles que se considerassem diretamente atingidos. Finalmente, cabia aos jornalistas presentes a tarefa de recheiar os espaços dos jornais, locais e da capital, com estatísticas e dados, oficiais ou não, além das histórias de vida e de morte contadas no Vale do Rio Mogi. Aí Randáu e Dojival eram considerados peças-chave.

Assim, o eixo discursivo, as reivindicações das oposições ao Vale da Vida foram veiculados à opinião pública como um

todo, abandonando os limites das salas de reuniões. Jogava-se ali um papel político de extrema importância, pois constituía-se em uma ampliação sem precedentes aos direitos a que os brasileiros, principalmente aqueles marginalizados dos recursos de poder, julgavam-se possuir.

Se a CEI teve a oportunidade de levantar, através dos depoimentos que colheu, o nexu de reivindicações que se definiam pela tensão entre vida e morte, abandonando as discussões em torno da sobrevivência imediata daqueles cuja existência estava aprisionada ao parque industrial, agora, inaugurava-se um importante canal de acesso ao espaço político. Mas com asas para atingir um público incomparavelmente mais amplo, diferenciado, incorporando desde vítimas até formadores de opinião. Todos convidados a refletir acerca da natureza das opções impostas pelas políticas de desenvolvimento. Do direito inalienável a condições materiais de vida compatíveis à reprodução de sua força de trabalho, mas também ao futuro:

"Frente a isso, cremos que é responsabilidade de todos a luta em defesa da vida; por nós, pelos nossos filhos, pelos que ainda virão. Pelos nossos mortos, perdas que jamais serão reparadas, vítimas inocentes do capitalismo que nos assola."

Em contrapartida, apesar do reconhecimento das carências materiais a que estavam sujeitos os moradores de Cubatão ("prá você ter uma idéia, 60% da população vive em favelas, tem um problema social grave aqui, problema de moradia, tem até o movimento dos favelados ..., tem o movimento por transporte ..., dos desempregados ..."), as reivindicações oficializadas pela aliança

ultrapassavam de longe as expectativas tradicionais das mobilizações reivindicatórias urbanas, chegando a incorporar demandas por controle político popular à gestão ambiental local⁽¹⁹⁾:

"O povo de Cubatão quer que as indústrias controlem imediatamente as emanações de gases e resíduos tóxicos, bem como a emissão de poluentes mal ou não tratados; exige do governo a fiscalização eficiente e o controle de lançamentos e não abre mão de seus direitos de exercer esse controle; quer pesquisas mais rápidas e eficientes; bem como a ampla divulgação das investigações (...); quer o estabelecimento de monitoramento genético na região; quer a realização de exames de cabelo para detecção de contaminação por metais pesados; quer exame completo sobre alterações sanguíneas; quer a permanência de Vila Parisi e demais vilas da cidade, com imediatas medidas de melhoria das condições de vida; o povo de Cubatão quer exigir judicialmente as reparações e indenizações devidas pelos danos que vem sofrendo ao longo dos anos."

De resto, a proposta do Vale da Vida de limitar as fronteiras da crise ambiental à "área crítica de poluição" acabou por provocar muito mais do que um movimento tensional contrário a ela. Colocou a nu a própria natureza do descontentamento popular, inscrevendo publicamente Cubatão no panteão das vítimas dos desastres ecológicos. Mas como resultado concreto deste encontro patrocinado pelas lideranças de oposição locais, formalizou-se a aliança das "forças interessadas" em um Comitê das Vítimas da Poluição, que se transformaria em futuro próximo na famosa e combativa Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições de Vida de Cubatão.

(19) Ídem. O depoimento anterior foi dado por Maria Vanete Santos da Silva, uma das mais importantes lideranças locais, à autora em junho de 1986.

Seja por influência dos articuladores vindos de fora, seja pela sensibilidade política das lideranças locais, estas iniciativas de mobilização coletiva acabaram trazendo consigo um potencial politizador até então desconhecido para questões ambientais e ecológicas e foram responsáveis como que por um sentimento generalizado de pânico nas elites dirigentes, tanto no setor público, quanto privado. O que antes parecia facilmente controlável, tomou ares de conflito aberto. Intrigas, pressões veladas de um lado e passeatas e atos públicos de protesto de outro. Ambos os lados disputavam palmo a palmo o espaço aberto na imprensa e nos meios de comunicação em geral. Até os visitantes ("turistas", segundo representações locais) passaram a ser objeto de disputa. Uns reivindicando a competência técnica para justificar o papel de porta-vozes dos interesses do município, outros reivindicando seus direitos de cidadania.

Em um outro sentido, o clima de confronto iminente exigiu uma maior sofisticação na ação daqueles que disputavam o espaço político, mas foram justamente as elites que levaram a exigência de legitimidade às últimas consequências. Com muita habilidade prepararam-se para reconquistar as rédeas da situação.

Bem, anencefalia ou malformações congênitas, Vila Parisi. E a tradução: pobreza, degradação, doença. O caso é que todos os atributos negativos que se somaram à constatação dos resultados da atividade industrial no Vale do Rio Mogi, acabaram desaguando em acontecimentos que têm um duplo sentido, mas natureza

idêntica. Tanto as oposições, quanto as elites tiveram que responder a uma ordem de demandas para as quais estavam todos despreparados.

O primeiro passo foi dado pelo Estado, referendando os resultados do Vale da Vida, através da minuta do decreto do governador Paulo Salim Maluf, nº 15.825/82, disciplinando o uso e a ocupação do solo no município. Vila Parisi e as demais vilas e favelas que disputavam a função social do espaço urbano com a necessidade de expansão industrial tinham seus dias contados.

Por outro lado, mais uma vez, não seria a violência deste tipo de intervenção que poria fim ao confronto. Ao contrário. O fato levaria a utilização política do descontentamento gerado às raias do absurdo. Extinguir os bairros, desconsiderando as carências explicitadas pela situação limite que os caracterizava, significava antes de mais nada, lavar as mãos frente às demandas pelo controle da poluição e da vida de um modo geral.

A Sociedade de Melhoramentos de Vila Nova, bairro médio, cujos quintais limitam-se com os dutos abandonados da Petrobrás, ou ainda com os reservatórios de produtos químicos da BASAN, resume o descontentamento geral através da indagação (20):

"(...) Nossa cidade terá de ser expulsa, empurrada do mapa para indústrias vindas de outros países (certamente expulsas de lá!) terem condições melhores de gerar mais lucros para fora?

(20) Sociedade de Melhoramentos de Vila Nova. Moção de Apoio à Vila Parisi. De zembro de 1981. Arquivo da AVPMVCV.

Os trabalhadores que produzem esse lucro não importam?"

Todavia, se não foi o perfil autoritário da intervenção do governo Paulo Maluf que desarticulou o conflito, a emergência de uma posição clara e generalizada, aglutinando em um primeiro momento diversos setores do poder político local e de alguns setores médios da coletividade, como o pequeno e médio comércio, profissionais liberais e tecnocracia, acabou expandindo suas fronteiras de classe, para adquirir contornos de reivindicação política coletiva; cujo fôlego foi suficiente para suplantar as articulações das lideranças de oposição frente às expectativas de sobrevivência dos moradores e trabalhadores ligados, direta ou indiretamente, à atividade industrial.

Seu papel mais importante, além das vitórias políticas como a remoção dos bairros, foi mobilizar politicamente o descontentamento coletivo frente a uma carência não-material e pessoal, o estigma de Vale da Morte, através do qual o município passou a ser reconhecido nacional e internacionalmente. Desta posição o vereador do PDS Romeu Magalhães, que denunciou pela primeira vez as anomalias congênitas, pode ser um bom exemplo:

"(...) Já foi dito por cientistas de renome internacional que a Vila Parisi pode ser comparada a uma mini-usina nuclear com vazamento constante, que ela é um autêntico biotério de crianças humanas, mas mesmo assim, nossos adversários defendem a permanência do núcleo (...). Se os políticos quisessem prestar um serviço àquela comunidade deveriam usar seus poderes de liderança para conscientizar aquela população de que o melhor para ela e para seus filhos é sair de lá; que ali não tem condições de vida e de saúde; que lá são explorados por burgueses privilegiados que alugam as famosas camas quentes e que aqui lo é um mundo cão." (CS, 03/82. Grifos originais)

O estigma de Vale da Morte

Aí está. Por este caminho, a Vila passou a representar um encargo político bastante árduo para as autoridades locais. Evidentemente um bairro, ou um rol de quase favelas - contando com outros em suas cercanias, como as vilas Elizabeth, Light, Fabril, Siri, Jardim São Marcos e até mesmo o cemitério - são mais agilmente tiradas do mapa que o município como um todo.

Existe ainda a ação política circunscrita à "manipulação do estigma", utilizado como símbolo negativo para ser repassado da cidade como um todo para a exclusividade do bairro⁽²¹⁾. Na verdade, esta ação política constituiu-se em transferir uma carência, cujas representações foram construídas na esfera privada, para a esfera pública, transformando-a em reivindicação popular.

Considerando esta área de manipulação como algo que "pertence fundamentalmente à vida pública", mas que invade também a vida privada, as marcas da sociedade claramente impressas no "perfil de nossas expectativas" devem ser rigorosamente controladas, uma vez que o que está em jogo antes de mais nada, são as identidades social e pessoal daqueles cuja imagem subjetiva pode ser politizada.

Existe aliás um trecho de Erving Goffman sobre a militância política para retirar o estigma dos atributos diferenciais

(21). GOFFMAN, E. Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1982. pp. 52-76 e 116-136.

bastante sugestiva, para entender as tentativas de controlar politicamente a negatividade da imagem da cidade diante do imaginário coletivo em formação. Diz ele ⁽²²⁾:

"Quando o objetivo último é retirar o estigma do atributo diferencial, o indivíduo pode descobrir que seus esforços podem politizar toda a sua vida, tornando-a cada vez mais diferente da vida normal (...) inicialmente negada (...). Mais do que isto, ao chamar a atenção para seus iguais ele está, de uma certa forma, consolidando uma imagem pública de sua diferença como uma coisa real (...). Por outro lado, se ele procura algum tipo de separação e não assimilação, pode descobrir que está necessariamente apresentando seus esforços militantes na linguagem e estilo de seus inimigos. Além disso, os argumentos que apresenta, (...) as estratégias que defende são parte de um idioma de expressão que pertence a toda a sociedade. (...) Em resumo, a não ser que exista uma cultura de natureza diferente na qual possa refugiar-se, quanto mais ele estruturalmente, se separa dos demais, mais parecido com eles se tornará em seus aspectos culturais."

Não se trata evidentemente de ir muito além das limitações deste texto, para reproduzir as conclusões de Richard Sennett ⁽²³⁾ de que as sociedades industriais produziram uma "confusão entre vida pública e vida íntima". Ou seja, "as pessoas tratam em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos, que somente poderiam ser adequadamente tratados por meio de códigos de significação impessoal". Sem incorrer a generalizações perigosas, mas em contrapartida parece difícil deixar de admitir que, para o caso de Cubatão, a carga de dramaticidade expressa nesses atributos negati

(22) idem, pp. 125-6. Sobre as contribuições do interacionismo simbólico para a politização de carências subjetivas ver: FERREIRA, LÚCIA C. Abordagem Preliminar nos Estudos de Etnometodologia e Interacionismo Simbólico. Programa de Mestrado em Sociologia. IFCH/UNICAMP. mimeo. Campinas. 1985.

(23) SENNETT, R. O Declínio do Homem Público. Companhia das Letras. São Paulo. 1988. p. 18 e cap. 6 "O Homem como Ator", pp. 138-55. Para TOURAINE, A. op. cit. p. 177, esta é uma característica política da América Latina.

vos das experiências pessoais provocou rapidamente uma conduta política - ou a politização da imagem privada - que impedisse a formação de uma identidade comunitária calcada no estigma, compreendido no domínio da vida íntima.

Não obstante o custo político ou social que a imagem de Vila Parisi representou para a cidade como um todo, os atributos diferenciais gerados pela deterioração da vida coletiva jogaram um papel fundamental, por meio de sua manipulação na construção do estigma de Vale da Morte. Daí em diante haveria uma nova clivagem no tecido social, segundo as representações da coletividade. De um lado estavam aqueles que se posicionaram contra ele. A imagem genérica que sustentou a conduta política da negação foi "Cubatão não é Vila Parisi" e, por Vila Parisi entendia-se algo como as representações expressas nos depoimentos anteriores, que construíram um perfil de pobreza e degradação.

Em posição antagônica, havia aqueles para quem os atributos negativos eram objetivamente gerados e politicamente manipulados pelos dirigentes do polo industrial e autoridades locais e, por isso, deveriam ser duramente combatidos. Segundo Dojival:

"Devemos resolver nossos problemas e não esconder a cabeça na areia, como os avestruzes. Se a CETESB reconhece que há poluição e se o próprio governo federal nomeia uma Comissão Interministerial e se cientistas se deslocam para explicar à população da cidade o risco que enfrenta, como negar a poluição? A imagem da cidade será mudada somente se houver luta." (TS, 05/82)

Para Dojival e seus aliados, a questão da imagem da cidade funcionava para ocultar a inexistência de qualquer pré-dis

posição das elites para negociar o controle da poluição. Maria V^onete Santos da Silva, casada com um serralheiro da COSIPA e militante da Pastoral Operária e do PT, além da segunda mais importante liderança da Associação das Vítimas afirma ⁽²⁴⁾:

"O Passarelli, mesmo depois de eleito, ainda tem a mania de passar a idéia de que Cubatão é a coisa mais saudável, só tem poluição na Vila Parisi. Tanto fizeram que tão tirando o pessoal da Vila. E daí? E o pessoal que trabalha nas indústrias? Nós da Associação eramos a favor (...) de que houvesse controle, porque trabalha gente dentro das fábricas! Não adianta tirar a população, porque não é a população que polui. Quem polui são (...) os capitalistas que não investem em equipamentos por causa do lucro. Eles querem que a gente acredite que sair daqui prá ir prali vai resolver. E gente que vem de Santos, do Guarujá, mas que tá 8 horas por dia em contato com a poluição? E esse pessoal? Não melhora em nada a vida deles? Vai continuar a ter leucopenia? Mas tirando o pessoal da Vila vai melhorar a imagem da cidade. Isso sim!"

Alguns anos depois, o próprio Dojival reformularia o argumento político, incorporando a crítica resultante da avaliação acerca da ação política de então. Na realidade, o formato e a natureza das estratégias de mobilização não comportavam a dimensão privada. Segundo suas representações:

(24) Em entrevista à autora em junho de 1986. Ivonete tem uma filha, com 8 anos na ocasião, que sofre de leucopenia. Diz ela na mesma entrevista:

"Eu morei no Jardim Costa e Silva, pertinho da Carbocloro, da Rodia, todas empresas de produtos químicos e faz um ano que eu tô no Casqueiro. Eu mudei (...) porque minha filha tem bronquite e tá com leucopenia. O médico fala (...) 'isso aí não tem cura, a cura é o afastamento do lugar que tá causando o problema'. Então eles mandam a criança prá outra cidade, por uns dias".

Há ainda um Movimento de Leucopênicos que congrega antigos funcionários da COSIPA preferencialmente, muitos dos quais jamais trabalharam diretamente junto à produção. O filho do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos é leucopênico e técnico em informática (em entrevista à autora em junho de 1986. As outras informações são resultado de observação sistemática durante o período de 1986-7).

"(...) A nossa preocupação não era essencialmente com o trauma daquelas pessoas, enquanto seres humanos. Mas com a aberração resultante de um progresso do tipo que a gente tem aqui. (...) Nossa luta era contra um progresso daquele tipo, mas o choque da imagem de uma mãe que tem o filho deformado, a gente não alcançava. E não chegando ali, o que aconteceu? Essas pessoas até se colocavam prá denunciar, só que em determinado momento, elas também chegaram a se sentir usadas. Esse era o problema, que a gente não tinha condições de resolver na ocasião. Como tratar a questão humana que as pessoas estavam vivendo? A gente estava trabalhando numa outra esfera, que era a esfera da denúncia, do questionamento do modelo de desenvolvimento. A gente se limitava à esfera do político. (...) As pessoas não tinham o retorno que elas esperavam, que era alguém conversando com elas sobre a experiência delas. Hoje a gente tem uma visão menos rígida da coisa. Não adianta você ignorar o humano, o privado, porque isso é determinante também."

Um dos principais articuladores da ação contrária ao estigma foi, como já foi dito, Nei Serra, a liderança empresarial. Sua argumentação a seguir é exemplar⁽²⁵⁾:

"Eu acho que a imagem que Cubatão tem é distorcida porque foi calcada nos problemas de poluição, da miséria de Vila Parisi. A fotografia que se tem lá fora (...) é a foto de Vila Parisi, um núcleo habitacional implantado sem as mínimas condições. Na verdade, foi um crime aprovar aquele projeto (...) em um lugar onde estavam sendo implantadas indústrias de base, perigosas, insalubres (...), sem nenhuma exigência. (...) Então, essa coisa de imagem tem que ser resolvida. Cubatão tem outra face da moeda. O outro lado de Cubatão conta com bairros totalmente calçados, a melhor rede de educação do primeiro grau da região (...), praças, serviços públicos (...)."

Se de fato uma minoria representada pelas parcelas médias da coletividade - o pequeno comércio, os escalões inferiores.

(25) Em entrevista à autora em dezembro de 1986. É curioso observar que Nei Serra acentuou apenas algumas informações que fortalecem a idéia de que Vila Parisi é um caso isolado em meio às características diferenciadas que distinguem o restante do município, deixando de lado alguns atributos comuns a todos os bairros, como por exemplo, a inexistência de rede de esgotos.

res da tecnocracia local, operários especializados que são proprietários de imóveis no município, são os mais representativos - insistiu firmemente na negação pura e simples diante da realidade estampada em seu cotidiano, a posição predominante pode ser resumida pelo então secretário de Saúde Luiz Camargo, movido por um sentimento de indignação diante de uma matéria do Globo Repórter (REDE GLOBO) sobre a degradação ambiental em Cubatão:

"(...) A cidade é realmente poluída, mas ainda assim não pode ser citada, inclusive no exterior, como um exemplo circense de fenômeno irremediável. A culpa é dos governos estadual e federal que nos obrigam a enfrentar essa situação, pois não fazem com que as indústrias diminuam a poluição (...). Mostram uma falsa imagem de Cubatão para todo o Brasil. Pouca gente conhece a cidade e quem a viu na televisão pela primeira vez pensa que Cubatão é Vila Parisi. É falso! Essa imagem é levada ao exterior. (...) Na Alemanha uma chamada na televisão dizia que mostrariam o Vale da Morte. Apresentaram a Vila Parisi, cheia de rolos de funaça." (TS, 05/11/83)

De qualquer forma, na própria Vila Parisi, o sentimento de indignação contra a imagem que lhe foi atribuída acabou encontrando solo fértil, embora sem outras correlações com a materialidade dos índices de poluição. Em um momento exemplar, quando este sentimento transformou-se em ação violenta, alguns moradores uniram-se para atacar um veículo de reportagem externa da Rede Globo, a grande responsável pelo que foi visto como uma "campanha de difamação da cidade". O carro foi danificado e tombado e os ocupantes nada sofreram, pois desapareceram do local. Este acontecimento foi repetido em vários depoimentos, ou em contatos informais no local, sempre abordado com muito humor, mas revestido também do nível de saturação frente aos produtos da discussão.

O curioso disso tudo é que tais atributos negativos,

tais como aqueles analisados por Goffman, são tratados como definitivos, restando o caminho único de manter o estigma que os circunda sob rígido controle, dentro de ações desejáveis de ocultamento e revelação. Em um mesmo movimento, foram sendo alteradas de forma substancial, as condutas da própria coletividade frente ao interesse que a cidade despertava fora dos limites de seu território.

Tais condutas, a princípio isoladas em meio a dúvidas e incertezas quanto ao verdadeiro perfil de qualidade ambiental, à promessa de controle oficial nas condições de sobrevivência e na poluição, desdobraram-se em uma ação abrangente, da qual ninguém, independentemente de posições políticas pré-estabelecidas, conseguiria manter-se ileso por muito tempo. Motivos? Inúmeros.

Os custos sociais, pessoais ou políticos da notoriedade conferida a Cubatão, calcada na manipulação de seus atributos diferenciais são talvez os motivos mais importantes ou visíveis. Mas há também um desgaste político acentuado das ações voltadas à mobilização coletiva, graças à impermeabilidade dos poderes instituídos frente às demandas sociais por um controle institucional adequado da atividade industrial e pela revalorização da vida. Do ponto de vista da construção da cidadania, as autoridades não permitiam que Cubatão deixasse de engatinhar.

Por fim, a ineficiência política do conflito, cuja função deveria ser a pressão sobre o Estado, paralisado e impermeável diante do poderio eterno do parque industrial também era um motivo considerável. Principalmente se for levada em conta a esperança depositada anteriormente na mobilização social. Todos es-

tes motivos são mais do que suficientes para justificar a classificação indigesta conferida aos atributos do Vale da Morte, segundo o imaginário coletivo: definitivos e irreversíveis, tal qual Goffman definiu atributos de indivíduos socialmente estigmatizados.

Nem poderia deixar de ser de outra forma. Apesar de constantes visitas de especialistas, da sucessão de comissões, de pesquisas intermináveis e de todas as esperanças canalizadas na vitória das oposições nas eleições de 1982, não seria conveniente afirmar que houvesse um salto efetivamente positivo no atendimento às demandas locais que justificasse tamanho barulho e indignação. Ao contrário, os acontecimentos que marcaram o período inicial de democratização sugeriram muito mais sinais incontestáveis de retrocesso. Falava-se até em uma trégua entre industriais e os setores do Estado sob controle do PMDB depois das eleições. Preocupados em tomar pé do espaço recentemente conquistado, negociaram um afrouxamento na austeridade de suas posições anteriores e na tensão que caracterizou, até ali, suas ações em Cubatão.

Não se sabe ao certo na verdade, a origem deste tipo de sentimento exposto até aqui. Nem tampouco é possível afirmar categoricamente se partiram de uma estratégia política pré-estabelecida por parte de dirigentes industriais, aliados ao poder político municipal para abafar o descontentamento popular que tomava, por aquela ocasião, ares de grande agitação. Entretanto, seja lá como for, é impossível deixar de admitir a sensibilidade política das elites locais, os primeiros a notar e avaliar a potencialidade da estigmatização pessoal e coletiva que veio à tona com a tensão

gerada pela crise sócio-ambiental da cidade.

Oportunamente para os interesses dos dirigentes do município foram justamente as lideranças mais a esquerda que disputaram-se de forma antagônica à utilização política desta carência. Entretanto, venha de onde vier, representando ou não riscos à mobilização popular, o fato é que a possibilidade do estigma funcionou e funciona ainda, como a semente de outro momento de tensão e, independentemente da vontade política das esquerdas, estava lançada em solo fecundo. O que parece mais significativo e intrigante é justamente a face subjetiva das expectativas coletivas que se revela em meio ao desassossego daquela coletividade incerta quanto aos destinos de sua sobrevivência.

A agenda de reivindicações e as estratégias de ação das lideranças de oposição davam conta do rol de carências materiais e imediatas relacionadas à insalubridade do ambiente urbano e às condições de trabalho, saúde, moradia e equipamentos disponíveis. Sem representar qualquer incompatibilidade com esta ordem de demandas, a resistência ao estigma refere-se, pelo menos em seu núcleo central, a valores não-materiais que estão na base das relações sociais desencadeadas pela constatação da crise sócio-ambiental.

Evidentemente, se as camadas médias não detêm o monopólio político sobre tais carências e aspirações, ao menos são elas que as incorporam sem maiores constrangimentos à noção de direito "que a população está se atribuindo". Isso porque existe um

longo caminho a ser percorrido entre a emergência de uma carência e sua politização, transformando-a em reivindicação. Este caminho configura um "longo processo de revisão e redefinição do espaço de cidadania". Assim, carência e reivindicação serão sempre mediadas pela afirmação de um direito. Além disso, tais direitos devem ser possíveis ou autorizados, segundo a valorização pública por parte do sistema institucional formal. No caso de Cubatão, a redefinição da cidadania possível com a democratização parcial do regime foi especialmente dolorosa. (26)

Esta seletividade específica dos órgãos governamentais (quem tem direito a quê) não apenas influencia o processo de tomada de decisões e o formato e prioridade da ação estatal como, senão principalmente, acaba eliminando do campo político a qualidade de vida e, mais além, certos valores não-materiais abandonados enquanto direitos a serem reivindicados pelos cidadãos. Principalmente aqueles de baixa renda. (27)

Antônio Carlos de Oliveira, historiador que trabalhou junto ao Projeto de Educação Ambiental e Participação Comunitária da CETESB, cubatense criado no bairro médio da Eletropaulo,

(26) DURHAM, E. op.cit. p. 29

(27) Sobre estratégias administrativas do Estado ver: JACOBI, P. op.cit. pp. 140-8. Ver também: OFFE, CLAUS. "Critérios de Racionalidade e Problemas Funcionais da Ação Político-Administrativa" in IDEM. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. 1984. Sobre a eliminação da qualidade de vida da agenda de reivindicações ver: VIVIESCAS, F. "Identidade Municipal e Cultura Urbana". Espaço e Debates. Ano III. nº 24. NERU. São Paulo. 1988.

pode dar um bom exemplo desta dimensão não-material das demandas expostas até aqui ⁽²⁸⁾ :

"(...) Você vê pessoas, até mesmo lideranças políticas da cidade, abominando a Rede Globo, porque levou ao ar algumas reportagens de certa forma catastróficas. Porque esta discussão tão grande em torno disso? O quê tá em jogo? Tem aliado dois interesses, a desvalorização imobiliária e o que eu tô chamando de 'integridade pessoal', que é a situação de você se resguardar do vexame de morar na área mais poluída do mundo, de trabalhar na área mais poluída do mundo. (...) Eu não posso viajar com meu carro, com chapa de Cubatão, porque todo mundo para prá olhar. As pessoas dizem ! você é de Cubatão, comê que é isso?' Eu senti muito isso no início d debate da questão ambiental em 79, 80. (...) As pessoas começam a pensar duas vezes se falam que são de Cubatão. (...) O sujeito tem que tentar descaracterizar as coisas (...). Eu diria que esse comportamento é comum à população como um todo."

Segundo Antônio Carlos, em concordância com outros colegas da equipe da CETESB, a conduta contrária ao estigma é generalizada na coletividade, com leves diferenças por estrato social. Como exemplo citam a Cota 200, onde desenvolveram uma etapa do Programa de Educação Ambiental e Participação Comunitária, na gestão de Werner Zulauf (governo Montoro). A Serra do Mar, considerada reserva florestal, apresenta problemas graves de degradação ambiental, como já foi dito anteriormente. Além de ser classificada como área de risco pelo IPT, não existe água encanada, obrigando os moradores a montarem um sistema clandestino de abastecimento que frequentemente apresenta problemas de contaminação causada pelas va-

(28) Em entrevista à autora em junho de 1987. As informações sobre a Serra do Mar puderam ser confirmadas em conversas informais nas Cotas 200 e 90 em várias visitas durante o trabalho de campo. Ver também HOGAN, D.J. Mobidade Social, Espírito Comunitário e Percepções da Questão Ambiental em Cubatão, SP. Texto Apresentado ao GT Ecologia, Política e Sociedade, XII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro. 1988.

las de esgoto. Todavia, as associações de moradores não reconhecem seus problemas como parte da saturação ambiental causada pela atividade industrial:

"(...) Tanto o pessoal da Associação, quanto os moradores dizem 'nós não temos problema ambiental. Quem tem é Vila Parisi, é Cubatão que estão perto da fábrica'. Em seguida vem o caso da Serra, cai ou não cai, aquele estardalhaço danado! E eles não o nomeavam como uma questão de meio ambiente, porque cometiam o mesmo erro das autoridades que identificavam o problema a emissão de fontes de poluição industrial. Se você não tem uma chaminézinha ao lado da casa, você não é atingido pelo problema de meio ambiente! (...) Eu acho que foi mais um erro de avaliação do que intenção, mas a atuação das equipes da CETESB direcionava a discussão para as indústrias (...) e esqueceram que existe outras coisas compondo a questão ambiental. (...) Assim você pode penalizar a Vila. Isso era o Vale da Morte. (...) Como se houvesse um loteamento da atmosfera e, nos lotes menos privilegiados se concentrasse a poluição!"

Por fim, a reação ao estigma relevou também uma ação de estímulo a uma identidade comunitária, expressa através de representações circunscritas à afetividade pelo local de moradia. Essas representações investiam na realidade, em um momento de tensão provocado pela peculiaridade da estrutura populacional do município, caracterizada pelo fluxo intenso de migrantes, além da migração pendular, principalmente esta objeto dos grupos tradicionais da cidade. Um dos principais porta-vozes desta posição, o vereador Florivaldo Cajé (PMDB), constrói sua legitimidade política no fato de jamais ter abandonado sua residência no Jardim Casqueiro, o bairro mais bem equipado do município, além de estar estrategicamente afastado das principais fontes de poluição⁽²⁹⁾:

(29) Em entrevista à autora em maio de 1987. Ver também: HOGAN, D.J. Quem Paga o Preço da Poluição? Análise de Residentes e Migrantes Pendulares em Cubatão. Primeira Versão. IECH/UNICAMP. nº 20. 1990.

"(...) O trabalhador especializado, o técnico, este não mora aqui. A cidade prá ele nem existe. Mora em Santos, São Vicente e até São Paulo. Ele tá aqui prá trabalhar. A cidade não lhe exige o menor respeito. A nossa classe média durante um bom tempo, tinha vergonha de ser da cidade. (...) Aqui os caras fazem a América, ganham dinheiro e vão prá Santos. O carro tem chapa de Santos porque tem vergonha desse negócio 'olha, é de Cubatão!'. (...) Eles dizem 'somos da Baixada Santista' e eu quero morrer. Nós somos é cubatenses, temos muito orgulho disso! Cubatão é muito diferente mesmo. Nós não tínhamos fixado o amor à cidade. É uma cidade rara, porque não tinha classe média. As lideranças, essas intermediárias não existiam. (...) O grosso que ficou aqui é aquele pessoal subempregado, das empreiteiras. Este precisa morar perto do emprego, gasta menos, faz mais hora extra, prá morrer mais depressa, se mutilar. Esse é o cubatense. Mas como não há manifestação de amor à terra, ele também não reage. Daí esse sentimento de que o importante seriam mais empregos, seja lá a custa de quê. (...) A Vila Nova, por exemplo, é um bairro de antigos empregados da COSIPA que compraram terreno e aos poucos foram construindo barracos e depois substituíam por alvenaria. Não é o operário que foi adiante. Este tá em Santos e tem uma casinha alugada aqui. Isso você encontra demais, porque nós falhamos. Não é isso, a ditadura que foi tão canalha (...) diante dos nossos interesses de comunidade ... No instante que você bota um prefeito nomeado, que vem tomar posse e vai prá Santos, por que nem sabe onde é a cidade! Ou que traz toda a direção do poder de fora! Essa cidade passa a não existir mais e tem até vergonha de existir. (...) De repente, nós estamos sendo usados, possuídos por alienígenas que estão aqui de passagem: querem ficar o menor tempo possível e arrancar o máximo!"

De qualquer modo, não há como fugir a uma única indagação, cuja pretensão é ressaltar algumas relações que escapam aos atributos mensuráveis e que dizem respeito às questões referentes à permeabilidade seletiva do Estado no atendimento de demandas sociais, referida em outra oportunidade: quais as categorias sociais com probabilidade de residirem em ambientes como aqueles de Cubatão? Ou, invertendo a indagação surge uma outra face da moeda que pode ser útil na avaliação desta permeabilidade seletiva, definindo o teor e a natureza das reivindicações de uma coletividade. Quais seriam as expectativas, estabelecidas aprioristicamente, em torno

dos atributos⁽³⁰⁾ daqueles que assentam sua existência em um ambiente cujo valor simbólico é montado sob a imagem pública de degradação generalizada?

A resposta, mesmo que provisória, remete à preocupação expressa por Randau Marques⁽³¹⁾ e que deu margem à construção do estigma acerca do valor da vida de trabalhadores de baixa renda, segundo a cultura política dos formuladores e executores de políticas regionais no Brasil. E, nesse sentido, os modos de ação e as estratégias priorizadas pelas oposições podem ter contribuído em uma direção contrária às expectativas frente à mobilização política. Ao invés de pressionar uma maior permeabilidade às demandas por parte do Estado, baseada em uma ética dos direitos de "desposuídos" - na medida em que a Vila era indicativa de uma situação extraordinária, símbolo de anormalidade - acabou reforçando sua fragilidade junto às vias de competição pelos recursos oficiais.

Em contrapartida, o papel fundamental do Estado de limitando, autorizando os limites da reivindicação popular, determina também a própria constituição da ação política⁽³²⁾, já que os próprios atores do descontentamento incorporam os valores defendidos pelas elites. Assim, cientes da condição de portadores dos atributos degradação, pobreza, doença, os moradores de Vila Parisi co

(30) Atributos estruturais como ocupação, por exemplo; sociais, de "status" e prestígio, passando por níveis diferenciados de exigências quanto aos canais de acesso a bens culturais, ou ao poder.

(31) "Quanto custa a vida no Vale da Morte?"

(32) TOURAINE, A. op.cit. p. 184.

mo que aceitaram um acordo que os empurrava a uma categoria inferior na hierarquia valorativa institucional. Do ponto de vista da constituição dos direitos, o polo oposto à condição por eles ocupada, segundo suas próprias representações, seria definida pelo reconhecimento da negação em relação a um outro patamar de cidadania, conferida pelo prestígio daqueles que podem concorrer aos altos salários pagos pelo parque industrial, optando por alternativas mais sofisticadas de moradia:

"(...) Eu tô cansado de saber que aqui tem poluição, que tem doença, mas não sou tonto. Quem vai pagar prá melhorar isso aqui, o Vale da Morte? Se nem asfalto eles não põe aqui? Veja o meu caso, eu vendo sanduiche na porta da fábrica, quanto que eu valho prá esses caras? (...) Melhoría só em casa de bacana lá em Santos, no Guarujá, em bairro de rico. A gente eles tiram de circulação. (...) Nem vou sair por aí perdendo tempo em pedir, era só que me faltava!" (33)

§ 2. As anomalias congênitas, ou a semente da dúvida

As malformações congênitas de um modo geral, mas a anencefalia de forma muito particular, talvez tenham sido o acontecimento mais marcante dentre todos que abalaram a vida da cidade nas últimas décadas e, em especial, nos últimos dez anos. Era como se todos, embalados pelo canto de alguma profecia, esperassem a confirmação do surgimento de uma nova raça, ou uma nova categoria de "despossuídos".

(33) Em conversa informal com um volante que morava em Vila Parisi, casado, pai de 4 filhos, dois nascidos, como os pais, no interior da Bahia.

Vale aqui uma pausa para algumas informações que caminham em sentido diverso à estrutura deste texto.

Cubatão à primeira vista, impõe-se ao visitante de primeira viagem através do gigantismo e imponentia das instalações do parque industrial. O poderio ali representado mascara o cotidiano da existência de pessoas que ali se assentam, esquecidas quase como alegorias. Cubatão funciona como símbolo da concentração de poder e da modernização do país, daquele futuro "possível", autorizado.

Por outro lado, nos finais de semana ou feriados, quando a atividade industrial não é única senhora do tempo e do espaço - apesar de suas chaminés nunca descansarem e muitas vezes enfrentarem até atividade mais intensa, por falta de fiscalização - surgem cadeiras e fogueiras na rua, as visitas dos políticos, velhos conhecidos. Cubatão ressurge sob a mistura de hábitos rurais e urbanos, tal qual uma pequena cidade onde residem muitos migrantes, mas também pessoas que nasceram no município, ou chegaram há muitos anos, quando o estuário era dominado por pequenas plantações. Estes últimos são reconhecidamente influentes e prestigiados entre os pares, desempenhando muitas vezes o papel de formadores de opinião.

Os moradores que chegaram depois, a partir da instalação do parque industrial, em sua maioria vieram da zona rural, de pequenas cidades e encontraram uma região exuberante, do ponto de vista dos recursos naturais. Até bem pouco tempo, a Serra do Mar,

alguns rios e o mangue eram referências importantes à sobrevivência (complementação alimentar e orçamento doméstico) e também ao lazer. (34)

O gigantismo do polo e das relações de produção em tensão com as relações convencionais atinge também o poder político local. Quer morem fora ou ali mesmo, são em sua maioria conhecidos de longa data. Eleitos, reeleitos ou simplesmente nomeados pelo governo federal, sua autoridade na coletividade será sempre mediada por forte rejeição a "estrangeiros". Em 1985, a imposição do nome de Nei Serra para a prefeitura municipal não foi indigesta ao PMDB local graças a suas ligações com os maiores poluidores de Cubatão, mas principalmente por residir fora e preencher o primeiro escalão de sua administração com profissionais pinçados no meio empresarial, estranhos ao cotidiano do município.

Diante da importância das relações comunitárias há ainda uma forte religiosidade com características rurais (35):

"(...) O pessoal tem relações de trabalho urbanas, os deveres também são maiores do que lá no interior (...); a meninada tem que estudar, tem muito mais gasto. Agora, as relações sociais e o universo imaginário do povo é rural. A religiosidade do povo de Cubatão é do povo da roça. (...) A primeira geração de paulistas, na verdade, vão tá reproduzindo modelos da Bahia, do interior de Minas, do Nordeste afora. Dificilmente vão ser crianças como a maioria das crianças paulistanas, de Santos, São Bernardo."

(34) Estas informações foram colhidas através de diversos depoimentos de pessoas ligadas à atividade comunitária, como Assistência Social da Prefeitura, pastores protestantes e da Renovação Carismática, conversas informais e observação sistemática.

(35) Pastor Jaider em entrevista à autora em junho de 1987.

De qualquer forma, é exatamente nesta Cubatão tensa entre o império da modernidade e da religiosidade que surge, impune e até oficial, o problema das anomalias congênitas. O impacto, como não poderia deixar de ser, foi intenso, a ponto de mudar os rumos da ação social em geral.

Roque Monteleone, que desempenhou importante papel como representante da comunidade acadêmica crê que haja inúmeros fatores compondo a violência do debate (36):

"A violência que caracterizou o debate, aí somam-se diversas coisas. O componente psicológico de uma anomalia é muito forte normalmente. Uma mulher grávida (...) as duas perguntas que a mulher faz assim que dá à luz são qual é o sexo e se é perfeita ou não. Isso é uma coisa muito forte na família, o impacto de uma criança com uma anomalia séria. Na população a coisa é bastante forte também. A natimortalidade já não é a mesma coisa. A gente mostrou que existe uma relação entre concepção em Cubatão e o fato da criança nascer morta. Isso não deu IBOPE, mas é um resultado objetivo da pesquisa; a gente mediu, sabe quantas, como, onde, qual é o tamanho da diferença do risco. Mas o natimorto vai pro balde junto com a placenta. Mas do ponto de vista biológico ele é pior que um anencéfalo, porque é uma criança que tem todas as estruturas formadas e não chega a nascer. Os anencéfalos, muitos deles nascem vivos, conseguem ter vitalidade apesar de não ter o cérebro. Tudo certo e nasce morto?. Na minha opinião, essa é uma coisa mais cultural que ligada a algum fator objetivo."

Por outro lado a anencefalia, da forma como foi tratada, acabou por representar uma sombra no cotidiano daqueles que se expunham ao fantasma da poluição. O fato das primeiras manifestações da doença, ou as denúncias sobre elas terem sido envoltas em forte sigilo, talvez tenha desempenhado um papel importante no destaque que lhe foi conferido. Estava lançada a semente da suspeita

(35) Em entrevista à autora em maio de 1987. Sobre a natimortalidade ver: MONTE

ta que pairaria por muito tempo sobre a atuação dos dirigentes do município.

Segundo as representações da coletividade, aqueles que esconderam o fato de tamanha gravidade por um período tão longo, poderiam continuar a fazê-lo, independentemente do que viesse a acontecer. Sabia-se pouco acerca da real dimensão dos fatos, as chaminés das fábricas eram vistas agora como verdadeiramente alheias e desconhecidas. A anencefalia tinha sido revestida de um sentido que a afastava das demais doenças que acometiam o vale. Além de surgir sob a égide da desconfiança aos poderes instituídos, materializava a monstruosidade.

O "preço do progresso" ou as possibilidades de emprego concentram-se em fantasmas como os acontecimentos de Minamata, por exemplo. A simples referência à possibilidade das ocorrências colocaram a nu a situação limite alcançada pela atividade industrial no Brasil e as novas formas de pobreza que inventou. Obviamente o papel desempenhado por alguns políticos e imprensa locais no sentido de transformar a relação de causalidade Anencefalia X Poluição em fato político, foi fundamental para direcionar o descontentamento coletivo no sentido de um sentimento generalizado de desconfiança. Afinal ninguém conhecia os detalhes da queda do prefeito Campos, restando apenas dúvidas quanto à possível pressão de dirigentes industriais, ávidos por colocar um ponto final na oficialidade que cercara o debate, graças ao incentivo inicial do executivo municipal.

A Associação das Vítimas

Em contraponto às disputas travadas ao nível das representações de interesses, o Comitê das Vítimas formalizado por ocasião do primeiro contato entre as lideranças locais e a comunidade científica acabou desaguando na Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições de Vida de Cubatão (AVPMCVC), ou simplesmente Associação das Vítimas para seus militantes. Dojival expõe os objetivos iniciais (36):

"A Associação nasceu da necessidade de se criar um espaço não só de denúncia, mas de mobilização da população. Porque antes vinham determinadas pessoas, geralmente parlamentares e ocupa-vam grandes espaços nos jornais com denúncias sobre casos de malformações congênitas e as denúncias se esgotavam em si mes-mas. Criava-se o impacto inicial, mas não se trabalhava em cima delas. A Associação seria esse espaço para denúncias das pessoas diretamente atingidas pelas consequências da poluição e também para pressão, no sentido de resolver o problema. (...) As vítimas não apareciam, ou apareciam como números. Eles precisavam se organizar em torno do problema comum e passar a porta-voz deles mesmos. A iniciativa partiu, na realidade, de um grupo externo ao problema (...), mas nas primeiras reuniões e congressos havia um grande número de vítimas, de pessoas que tinham tido crianças com anencefalia prestando depoimentos. (...) Agora quem falava era o representado, querendo dizer que o representante não tava cumprindo seu papel, não servia mais naquele momento."

Se a Associação não foi fruto de uma ação espontânea das camadas atingidas pelos efeitos mais perversos da poluição como as famílias de anencéfalos, por outro lado obteve grande amplitude de adesões e grande potencial mobilizador. Há nesse senti-do, o importante papel de apoio institucional da igreja Libertado

(36) Em entrevista à autora em janeiro de 1987.

ra, através da Pastoral Operária. Segundo Vanete (37):

"(...) O padre Porfírio e o padre Nivaldo abriram espaço para esses companheiros que estavam querendo denunciar o problema da poluição, porque tinha muita criança nascendo com anencefalia, problemas congênitos. Teve um colega nosso que a criança nasceu sem os braços e as pernas e não quiseram dar o atestado de óbito prá ele. Ele era uma dessas pessoas que frequentavam a igreja e tava a fim de denunciar, porque ele achava que tinha ligação com a poluição. Formamos então a Pastoral Operária, que trabalhava em conjunto com a Associação, que a gente já tava pretendendo formar. Foi aí que começou o meu trabalho pois eu não era política, nem nada. Eu me formei a partir do movimento. Eu achei a luta interessante e comecei a participar. A gente foi num crescendo e quando viu, tava na rua trabalhando até no movimento de transporte coletivo, (...) ou no Comitê de Desempregados. Onde tava o foco de algum movimento, a Associação trabalhou ali. A gente não ficou só no problema da poluição."

Quanto ao potencial mobilizador das propostas, a Associação conseguiu colocar nas ruas da cidade mais de mil pessoas, com representação de quase todos os bairros, no dia 5 de junho de 1982, contrapondo-se às comemorações oficiais do Dia Internacional do Meio Ambiente (38):

"A maior manifestação já realizada na cidade e a maior no país, em função de problemas ecológicos."

Ou ainda:

(37) Em entrevista à autora em junho de 1986.

(38) A SEMA, por exemplo, lançou um pacote de propaganda amplamente divulgado: "72 a 82, Dez Anos de Progresso e Preservação do Meio Ambiente". Várias indústrias também programaram eventos comemorativos destinados a seus funcionários e público em geral. Frases que constam de vários documentos, atas e recortes de jornais dos arquivos da Associação.

"(...) A maior manifestação de massa em defesa do ambiente já realizada no país."

Essa capacidade de mobilização deve ter sido motivada pela aliança de esforços, desde o primeiro momento, com a Pastoral Operária, acarretando maiores possibilidades de expandir a ação para diferentes bairros da cidade. Assim, a Associação estruturou-se através da criação de núcleos de bairros, com coordenações próprias, mas eleitas por assembléias gerais da entidade. As próprias assembléias gerais seriam, a princípio, promovidas nos bairros que possuíssem núcleos estruturados. A articulação entre as diferentes unidades seria conseguida pela coordenadoria geral, da qual Dojival foi o primeiro presidente. (39):

"(...) As discussões (...) prenderam-se muito à questão do enraizamento da entidade nos bairros da cidade para permitir uma ampliação das discussões, um aprofundamento das questões e facilitar a organização dos habitantes (...)

Segundo Dojival esta capacidade de mobilização deveu-se antes de mais nada, à concepção de meio ambiente veiculada pela Associação:

"O movimento ambientalista no Brasil sempre foi muito restrito a pessoas que tinham seus problemas fundamentais resolvidos. Então a gente via pessoas se organizando pela derrubada de uma árvore, (...) mas incapazes de perceber que a agressão à natureza estava se refletindo (...) no homem. A tentativa

(39) AVPMVCV. Nossa Luta é pelo Chão, pelo Pão e pela Vida. I Congresso da Associação das Vítimas de Cubatão. Cubatão. 1982. Resoluções do I Congresso da Associação das Vítimas. 18/04/82. Estas informações foram comparadas e complementadas através de conversas informais com militantes, no período de trabalho de campo.

da Associação era juntar as duas coisas. (...) Prá nós não existe qualquer diferença entre o social, o ecológico e o político. (...) A questão da ecologia está totalmente ligada às condições de vida de um modo geral. (...) Só não percebe isso - e essa é uma questão de classe - quem já resolveu seus problemas fundamentais de sobrevivência e pode se preocupar com questões que, embora importantes, não são determinantes. (...) Se você se preocupa com o meio ambiente, a principal preocupação tem que ser com a preservação do homem, que é o principal elemento do ambiente. A importância política da Associação era essa. De repente essa cidade tinha se tornado uma área estratégica do grande capital. E isso a nível político, de decisão de governo! Opção de desenvolvimento! O governo brasileiro na Conferência Mundial de Meio Ambiente de Estocolmo assumiu uma política que favoreceu o desenvolvimento com poluição. Cubatão é colocado dentro deste contexto. Isso foi denunciado internacionalmente. (...)" (40)

Ainda segundo Dojival esta identidade política própria da Associação era especialmente importante na definição das estratégias de mobilização e diálogo com a coletividade local (41):

"Em Cubatão, fazer uma entidade eminentemente ecológica é uma estupidez, pois é uma cidade que tem problemas sérios de sobrevivência. (...) Se eu não tenho o que comer hoje, não vou me preocupar com a qualidade do ar que eu tô respirando, não vou me preocupar com a destruição da fauna e da flora. Não é que seja secundário, é que parece menos importante diante da urgência da fome".

O principal papel desempenhado pela Associação teria sido pois, retirar a abstração contida na imagem "preservar a natureza" e trazê-la para o cotidiano de seu público alvo:

"(...) O problema não é abstrato, é real, é palpável e o que é pior, mora aqui, na casa ao lado. Se fosse uma associação ecológica preocupada com a preservação da serra, não teria tido a mesma repercussão. (...) Mas a nossa questão é o progresso

(40) em entrevista à autora em janeiro de 1987.

(41) Ídem, incluindo depoimentos seguintes.

so. Que progresso é esse que gera Cubatão? Não existe progresso onde existe morte, deformações, essa agressão impune à natureza."

A imagem utilizada na criação de uma identidade coletiva entre militantes e vítimas era "filhos da poluição", montada a partir da tensão Vítimas X Aliança Indústria/Estado, sob a mediação importante de alguns agentes alheios à comunidade. Isso porque este momento caracteriza-se por uma conduta acessível dos moradores do vale ao contato com pesquisadores, jornalistas e todo o rol de visitantes que chegaram ao vale. Mesmo os moradores das vilas e favelas, em sua maioria, abriu as portas da própria privacidade à discussão pública. Era como se estivessem possuídos por um sentimento generalizado de impotência.

De resto, sob um clima de exaltação, os 112 delegados eleitos pelos bairros para o I Congresso da Associação das Vítimas, divididos em oito grupos de trabalho, aprovaram um documento contendo suas principais reivindicações. Os seis itens gerais que abarcavam as representações acerca dos principais problemas vividos por aquela coletividade eram: 1) Direito à terra é sagrado - não abrimos mão do direito à moradia; 2) Vamos defender nossa vida - queremos um ambiente puro e sadio; 3) Trabalho é direito de todos - queremos trabalho e melhores salários; 4) Saúde é um direito - queremos melhores condições de saúde; 5) O povo não pode andar como gado - queremos transporte bom e barato e, 6) O povo não é massa de manobra - queremos participar e decidir sobre nosso destino.

Os itens acima citados foram ainda subdivididos em

54 pontos que se destinavam a diferentes esferas de poder do Estado, bem como do setor privado. O item com maior número de pontos trata da saturação ambiental, dos quais destacam-se aqueles que refletem a insegurança da coletividade frente à natureza da contaminação e dos riscos a que estão expostos; super-valorizando assim, a importância da pesquisa científica, cujo papel deveria ser desvendar os mistérios recém-descobertos que cercavam a atividade industrial. Incluem-se aí reivindicações semelhantes àquelas expressas no documento "Denúncia ao Povo Brasileiro", de autoria do Comitê das Vítimas da Poluição, tratado em outra oportunidade.

Ainda com relação à questão ambiental, há a exigência para que os gastos com equipamentos sejam imputados à própria indústria, sem repasse final dos custos ao preço para o consumidor. Ainda a reversão das multas aplicadas pela CETESB "em benefício da comunidade", principalmente patrocinando a pesquisa científica. Exigência de equipamentos antipoluentes prévia à instalação de novas indústrias e fim dos incentivos fiscais às consideradas poluidoras. Por fim, exigia-se indenização e reparação das indústrias pelos danos e prejuízos causados à coletividade.

Nos itens referentes às más condições de vida, a preocupação ambiental volta a aparecer. O destaque era a poluição, abordada como questão complementar. Por exemplo, no item "moradia" reivindica-se a permanência das vilas ameaçadas de extinção pela Lei de Zoneamento, exigindo sim, o controle das emissões industriais e aperfeiçoamento dos equipamentos urbanos.

Finalmente, um ponto a ser ressaltado é o alargamento da noção de direito, incorporando a democratização do processo decisório, através da autonomia política do município. Reivindica-se a restituição do "direito do município fechar indústrias poluidoras, tiradas pelo governo Geisel, em 1975". A participação popular direta na gestão e fiscalização ambiental aparece na exigência de criação de "organismos de controle e fiscalização da poluição dentro das fábricas, com a participação dos trabalhadores através das CIPAS, do sindicato e da associação". (42)

Talvez fosse conveniente contextualizar o ano de 1982, marcado pela campanha para as eleições de vereadores, prefeitos (exceto nas capitais de estado e nos municípios considerados de interesse da Segurança Nacional) (43), deputados estaduais e federais, senadores e governadores. Pelas próprias características do momento político, a campanha elevou de modo considerável o nível e a intensidade da mobilização popular, politizando as representações sobre meio ambiente que seguiam paralelas ao processo eleitoral.

O papel da SBPC

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência teria grande importância nesta fase de politização do descontentamento popular sob a identidade das "vítimas da poluição" materializada

(42) FONTE: Arquivo da Associação das Vítimas.

(43) Este era o caso de Cubatão. Em junho de 1968, o marechal Arthur da Costa e Silva decretou o fim da autonomia política do município.

zada na Associação, através de um duplo papel. Se de um lado alguns de seus representantes mais importantes (Aziz Ab'Saber, Roque Monteleone, José Pereira de Queiroz, além do presidente Clodowaldo Pavan) posicionaram-se como mediadores na relação entre vítimas e a aliança Indústrias/Estado, tal qual abordado anteriormente, foram muito além da formalidade do apoio à mobilização popular, contribuindo também na organização das representações que sustentariam as ações emergentes.

O espaço e a importância que lhe foram conferidos têm possivelmente vários fundamentos. O primeiro deles obviamente, foi a necessidade de legitimação da presença laica no debate, até então sob o monopólio das autoridades. A própria atuação do Legislativo confirmava a necessidade dos rituais de reconhecimento público frente à competência técnica como requisito de participação. Neste sentido, a aliança com as igrejas também foi fundamental.

Em segundo lugar havia a inexistência brutal de interlocutores nos limites da própria coletividade. O sentimento generalizado de abandono acabou por direcionar as demandas locais para além das fronteiras da Serra do Mar, onde a impermeabilidade dos poderes não ditasse o nexos da relação. Os sentimentos de solidão e descrença jogaram então, a chave do município nas mãos das oposições que abriram suas portas à pesquisa acadêmica.

O terceiro e talvez mais dramático fator responsável pela importância da SBFC para Cubatão foi a crença na própria incompetência, na falta de elementos para decodificar o mistério que o discurso tecnocrático transportou para o cotidiano de suas

existências. Daí a super-valorização dos recursos técnico-científicos para desvendar os segredos dos sistemas naturais, das fumaças, odores e cores anteriormente habituais.

Na abertura do I Congresso da Associação o geneticista Clodowaldo Pavan teria declarado:

"A solução do problema ambiental de Cubatão será também uma solução para todo o Brasil. O sucesso de vocês é também um sucesso para todo o povo brasileiro. Aqui se trava uma luta que é de todo o país e essa é a importância desta Associação das Vítimas que nasce oficialmente hoje (...). É o instrumento de uma fase histórica onde se inicia a luta por uma maneira mais humana de se viver." (CS e TS, 19/04/82)

Na realidade a SBPC, através do contato mais sistemático com as lideranças locais, principalmente via os membros do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Cubatão, seria a grande responsável pelo redirecionamento das representações no sentido da concepção de progresso e das opções de desenvolvimento impostas pelos governos militares, muito embora a própria entidade apresentasse divergências internas importantes⁽⁴⁴⁾. Pavan, por exemplo, representa a oposição entre diferentes níveis de desenvolvimento que determinam a natureza do tratamento da questão ambiental:

"(...) Em qualquer país do mundo a situação ambiental de Cubatão seria considerada de calamidade pública. (...) Essa situação crítica preocupa o mundo da mesma forma que Seveso, que Bilbao, que Minamata e a diferença entre essas ocorrências,

(44) A Comissão Interdisciplinar de Estudos de Problemas de Cubatão que, por ocasião da reunião anual da entidade seria transformada em um Grupo de Trabalho, era formada por José Pereira de Queirós Neto (coordenador) e Aziz Ab'Saber do Depto. de Geografia da USP, Roque Monteleone da Escola Paulista de Medicina e Randau de Azevedo Marques do JT.

todas em países desenvolvidos e Cubatão é justamente a maneira como o problema é tratado. Isso é que distingue o progresso real, que eleva a qualidade de vida do povo que o produz, daquele progresso degenerado, imediatista, sem preocupações outras além do lucro puro e simples." (CS, TS, 19/04/82)

As referências à oposição entre Capital e Trabalho, ou as premissas do "desenvolvimento capitalista tipo 'laissez faire'" partem de outros setores da entidade, como por exemplo Roque Monteleone ou Pereira de Queirós⁽⁴⁵⁾. Mas de qualquer forma, todos concordam com a urgência da democratização do regime e os principais adversários são os governos federal e estadual, além de seus homens de confiança. Segundo Queirós:

"(...) Nosso problema principal, como um todo, é tomar nas mãos a direção deste país." (CS, 19/04/91)

Uma das causas da participação ativa da SBPC em Cubatão seria a 34ª Reunião Anual da entidade que teria definido como tema para um ciclo de simpósios, os resultados de dez anos de política ambiental desastrosa inaugurada pelo Brasil na Suécia, sob o título "Estocolmo 72 X Cubatão 82". O ciclo seria composto por três simpósios: "Mecanismos de Degradação Ambiental", "Avaliação das Condições de Saúde da População de Cubatão" e "A Busca de Soluções e Proteção à Comunidade". As representações de Cubatão que organizariam as discussões podem ser resumidas por um trecho do discurso de

(45) Ver, por exemplo, artigo em co-autoria publicado na seção Tendências e Debates (FO, 01/03/85). Ou ainda, MONTELEONE, R. "Os Problemas de Cubatão". Medicina e Cultura. Vol. 39, nº 1. 1985.

abertura do Congresso da Associação das Vítimas, proferido por Pavan:

"Gostaria de falar alguma coisa (...) àqueles que procuram justificar a poluição dizendo que isso é parte do ônus que devemos pagar para ter progresso. Argumentam assim essas pessoas: bem, se os automóveis matam pessoas, não é motivo para tirarmos os automóveis de circulação. A resposta a isso é que o acidente automobilístico é exatamente isso: um acidente. O que temos aqui em Cubatão, de maneira deliberada, a morte consciente, é outra coisa. Baseando-se naquele exemplo (...) poderíamos dizer que o que se faz em Cubatão seria o equivalente a produzir automóveis propositadamente sem freios. Isso não é acidente." (CS, 04/82)

Assim, estavam asseguradas as condições mínimas que garantiriam o sucesso da ação articuladora da SBPC "ao lado da população de Cubatão", a partir da clivagem produzida a nível local pela intervenção do governo federal através da instituição da Comissão Interministerial que analisaria os problemas do Vale do Rio Mogi, da qual a entidade foi marginalizada. Internamente já havia a orientação institucional de dar destaque à política ambiental brasileira oficializada internacionalmente na década anterior. Para isso havia sido criada em janeiro do mesmo ano a comissão interdisciplinar que se ocuparia de Cubatão.

A Comissão Interministerial

Além do interesse evidente da pesquisa científica em torno de Cubatão, a entrada oficial da SBPC no conflito teria também um componente político importante, uma vez que a entidade propunha-se no papel de adversária explícita à intervenção federal em atribuições estaduais e municipais, sem qualquer consulta à princi

pal entidade acadêmica do país.

A Comissão Interministerial foi criada pelo presidente da República em março de 1982, através do decreto nº 87.000, com o objetivo oficial de "coordenar medidas de recuperação, controle e prevenção da qualidade ambiental em Cubatão". Mas na realidade, seu papel principal seria dar uma resposta a pressões da opinião pública internacional sobre o Ministério das Relações Exteriores. Incluindo-se a tais pressões, estavam alguns dos principais acionistas de multinacionais instaladas em Cubatão, francamente preocupados com o efeito simbólico da contaminação ambiental sobre o valor de mercado de seus produtos.

A comissão foi formada por representantes da Secretaria Especial da Região Sudeste, da SEMA, Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, BNH, Departamento Nacional de Obras e Saneamento, Secretaria de Tecnologia Industrial, BNDE, Siderbrás, Petrobrás, Secretaria de Ações Básicas de Saúde, Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho, CNPq e um observador do Conselho de Segurança Nacional. (46)

O tratamento dado à iniciativa governamental pela imprensa ressaltava a preocupação dos altos escalões do Planalto, em detrimento da questão política que justificava a intervenção em um município considerado área de segurança nacional. Acentuando a

(46) Sobre a CI ver: FARJA, M.M. Necessidades Sentidas pelo Cubatense. Controle da Poluição e a CETESB. Relatório de Atividades. Convênio USP/CETESB. Depto Medicina Preventiva. USP. mimeo. São Paulo. 1984.

promessa de "adoção de providências de alto nível", o decreto do presidente João Baptista Figueiredo era comparado a um "divisor de águas" na política ambiental brasileira; segundo um assessor do ministro do Interior Mário Andreazza, a intervenção federal representava "um precedente que demonstra o grau de importância a que finalmente chegou o conservacionismo entre nós, de mero modismo a preocupação presidencial". A matéria "Uma Arma Contra a Poluição: Cubatão já pode Lutar" é exemplar desta expectativa de institucionalização de uma demanda anteriormente desprezada:

"O decreto assinado ontem pelo presidente João Figueiredo não cria apenas uma comissão interministerial para controlar a poluição em Cubatão, podendo ser visto também como uma demonstração de fragilidade das leis e dos órgãos encarregados de proteger o meio ambiente do país. É uma prova de que o governo decidiu fortalecê-los, transformando a ecologia em bandeira decisiva nas eleições de novembro. (...) O fato da presidência da República intervir no drama ambiental de Cubatão representa o atestado de impotência da CETESB e da legislação preventiva em vigor, mas por outro lado, implicará seu fortalecimento (...) no momento em que permitir o enquadramento do principal agente poluidor da Baixada Santista às leis em vigor. (...) Segundo se comentava ontem entre os destinatários de um telex do ministro Mário Andreazza que, convocando a reunião de hoje, nomeava o problema ambiental de Cubatão 'uma prioridade alta' da presidência da República, (...) o que realmente importa é desfazer essa imagem de inimigo da Amazônia e bárbaro berço de crianças deformadas pela poluição. (...)" (JT, 19/03/82)

Para as lideranças locais a Comissão Interministerial materializava, isso sim, a sensibilidade do governo federal para o problema. Mesmo representando um fim em si mesma, como na realidade ocorreu, sua criação elevava Cubatão (ou pelo menos acenava às lideranças locais com a possibilidade de) à categoria dos problemas de "interesse nacional". Como se o Estado estivesse responden

do a demandas construídas nos limites do município.

O fato é que esta intervenção federal no âmbito da atuação estatal expressava como que uma permissão oficial às demandas sociais geradas por uma sucessão de políticas econômicas, todas com um perfil produtivista e predatório. Sob esta perspectiva forjava-se uma aparência de vulnerabilidade do setor industrial, anteriormente intocável, já que ostentava a posição de requisito indispensável ao desenvolvimento nacional. A despeito da fragilidade da ação estatal, segundo as representações da coletividade o debate ascendia agora na hierarquia das prioridades do país.

Do ponto de vista dos resultados concretos da Comissão Interministerial o saldo tem muito pouco valor. Depois de dezoito meses de trabalho, seis a mais do que o previsto inicialmente, foi desativada depois de redigir um relatório contendo trinta recomendações a órgãos municipais, estaduais e federais, consideradas vagas até mesmo por seus integrantes.

Evidentemente, não era possível render-lhe qualquer expectativa de sucesso nesta altura dos acontecimentos. Ao contrário, segundo os articuladores da oposição, seus resultados estavam de longa data previstos. Mas em contrapartida, sua presença materializando a atuação federal, as reuniões periódicas e as disputas que gerava, acabavam em conjunto, por polarizar atenções divergentes estimulando o confronto. Até a morosidade que caracterizou os trabalhos sugeriam às representações locais algum tipo de compromisso do governo federal com as demandas expressas localmente, como se significasse o freio da opinião pública ao peso das pressões

empresariais. De fato, para os setores mais impermeáveis entre os dirigentes industriais a comissão era concebida como um fator agravante de tensão, diante da necessidade urgente de descompressão na ação mobilizadora em torno do tema.

A Comissão Interministerial era composta por quatro sub-comissões: do ar, água e resíduos sólidos, planejamento urbano e saúde. Das sugestões mais importantes é possível assinalar a sugestão ao governo federal de liberação de Cr\$ 3 trilhões (valores da época) para a realização de novos estudos e de obras de saneamento ambiental. A criação de um grupo de trabalho constituído pelo Conselho de Segurança Nacional, SEMA e Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), para acompanhar o desenvolvimento de estudos e planos futuros. Recomendações para que as indústrias utilizem petróleo com baixo teor de enxofre (BTE) em seus processos industriais e pré-tratamento da rocha fosfática nacional, visando diminuir a emissão de material particulado (poeiras em suspensão), além de um programa de disposição de lixo industrial e urbano, visando a proteção dos mananciais de água da região. Com relação ao solo urbano, a comissão desresponsabilizou-se de qualquer posicionamento, jogando as responsabilidades para um órgão, a ser criado com a participação das prefeituras locais, com competência para definir diretrizes de ação para a Baixada Santista como um todo, uma vez que as políticas de uso e ocupação do solo urbano são de competência estadual.

Finalmente, a sub-comissão de saúde não conseguiu

ir além de reafirmar a inexistência de dados sobre a relação causal entre efeitos da saturação sócio-ambiental e saúde dos moradores e trabalhadores do parque industrial. Restringe-se então, a sugerir o incentivo a pesquisas na área.

De resto, toda a ação social e governamental voltada ao perfil de crise provocada pela atividade industrial, não conseguiu mais do que conquistar uma única vaga para a Baixada Santista no Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) e para Cubatão, nenhuma.

A comissão, que em determinado momento chegara a angariar simpatias e esperanças junto à coletividade, graças ao papel de oposição sistemática desempenhado pela aliança SBPC/Associação das Vítimas acabou significando também mais uma alternativa de interlocução junto ao Estado esvaziada de sentido. Mais uma porta era fechada à mobilização popular:

"(...) Esse tipo que política (...) que foi denunciada pela Associação (...) resultou em (...) grandes concentrações industriais altamente poluentes e sem equipamentos adequados, das quais Cubatão é a mais crítica, conforme reconhece o mais alto escalão do governo, à medida em que o presidente da República cria uma comissão especial para dar soluções ao caso. O problema tem sido justamente o tipo de solução que será adotado. A Comissão Interministerial de Figueiredo não inclui um único pesquisador ou entidade científica independente e agora, dificilmente a SBPC aceitaria integrar quadros já formados e com propostas já em andamento. Segundo cientistas ligados à entidade, a SBPC não aceitaria nesse momento, um papel que na prática iria apenas respaldar soluções que, apesar de discutíveis, já estão sendo adotadas." (CS, 04/82)

Apesar de mais este fator de desarticulação da mobilização social, é importante assinalar que tais condutas, apesar das dificuldades que acarretam, inscreveram os temas ambiente e sa

turação ecossistêmica como um direito no longo e doloroso processo de construção da cidadania naquela parcela do litoral paulista, conquistando amplos espaços na institucionalização de novas representações da realidade ainda em formação. Longe de ser uma questão resolvida, mostrava-se mais como um nó cada vez mais difícil de desatar, mas talvez um pouco pelo valor de "marketing" que acabou adquirindo, ainda que não tenha se concretizado em medidas efetivas, admitida enquanto uma demanda reconhecida pela ação política, tornou-se uma reivindicação objetiva e, nessa medida foi bastante eficaz.

§ 3. A explosão de Vila Socó, ou o fim de antigos monopólios

Apesar de todos os avanços na politização das carências relativas à saturação sócio-ambiental de Cubatão durante a campanha eleitoral, há uma inflexão nítida no processo durante o ano de 1983. Apesar das conquistas políticas definidas pelos resultados das eleições, tais como a vitória de André Franco Montoro (PMDB) para o governo do estado e a nível local Dejival Vieira dos Santos (PT) para a Câmara Municipal, houve um desaquecimento generalizado e inesperado das condutas. Abriam-se na verdade, novos canais de diálogo com o Estado que, por sua vez, inviabilizaram as alianças informais que até então sustentaram o espaço de mobilização.

Muitos daqueles que se incompatibilizavam com os suportes do poder viam-se agora às voltas com recursos palpáveis de acesso à gestão do Estado, o que representava um golpe de misericórdia à posição de "opositores do regime". Enquanto aguardavam as

novas diretrizes para as políticas de meio ambiente e desenvolvimento concernentes à Baixada Santista como um todo, ou a Cubatão em particular, os antigos articuladores da mobilização política local colocavam os canais informais de participação sob seu controle à espera.

Além desta conduta de expectativa, a posse dos candidatos eleitos em novembro inviabilizou as antigas alianças, colocando as principais lideranças em posições divergentes. Dojival, o principal articulador da mobilização popular, elegeu-se vereador com a legenda do PT incompatibilizando-se tanto com a Igreja Católica, agora exclusivamente a cargo de um padre pmdbista, como com a SBPC, também alinhada a Montoro, em seu bloco dominante. A partir de então, seu presidente busca novas alianças no município e o interlocutor preferencial passa a ser o presidente da Câmara, também da legenda governista. Diante do realinhamento observado os membros do Grupo de Estudos de Cubatão, anteriormente envolvidos com a mobilização política, paulatinamente acabam trocando os espaços ocupados nas ruas, pelos gabinetes de trabalho⁽⁴⁷⁾:

"(...) Agora ninguém me vê mais como da Associação, eu sou o vereador do PT. É lógico que isso foi importante pro esvaziamento do movimento (...). Eu acho até que a SBPC, por exemplo, também teve esse preconceito, curiosamente, porque logo depois de 82, quando eu já era vereador, a primeira reunião que eles tiveram aqui, para tratar do problema ambiental, já não foi com a Associação. O interlocutor passou a ser a Câmara, que

(47) Em entrevista à autora em janeiro de 1987.

era administrada pelo PMDB, que coincidentemente era governo no estado. Eles passaram a conversar com o poder (...) tanto local, como estadual. Ou seja, o governo Montoro fez a SBPC mudar de posição. Isso não aconteceu só aqui, refletia aqui, mas aconteceu em todo lugar: 'agora nós temos interlocutores no governo, não precisamos ter o movimento popular como único interlocutor'. Depois tinha o problema político com o partido deles. Eu era coordenador da Associação e do PT, partido de oposição. Isso criava problemas."

Há também um outro precedente que merece destaque e diz respeito à conduta de José Oswaldo Passarelli, prefeito indicado para substituir Campos, logo no início de sua administração tentando ainda firmar-se como autoridade na política local. Liderança preparada no âmbito da Renovação Carismática da Igreja Católica para atuar na esfera político-partidária, seu papel mais importante do ponto de vista político foi organizar as demandas não-materiais da coletividade, em oposição às estratégias de mobilização política da aliança PT/Pastoral Operária. Investindo maciçamente no perfil religioso de seu eleitorado, o antigo morador de Vila Nova, bairro médio de Cubatão, foi um dos principais protagonistas da ação voltada à politização da identidade comunitária. Em sua administração tampão, posterior à exoneração do antigo prefeito, Passarelli oficializou uma aliança com os dirigentes industriais em torno da negação ao estigma de Vale da Morte:

"A grande preocupação de minha administração é com a imagem de Cubatão. Precisamos nos esforçar para afastar essa imagem negativa (...) e para isso queremos a colaboração das indústrias. A rodovia SP-55, por exemplo, está uma vergonha. Estamos tentando que o DER faça melhorias na rodovia e que as indústrias embelezem por sua vez, suas estradas e acessos. E ainda, que o governo do estado libere os Cr\$ 35 milhões necessários à implantação do projeto de iluminação do trecho Anchieta/Cosipa. Feito isso, acho que a manutenção da estrada pode ficar por conta da prefeitura e das indústrias." (CS, 04/82)

O acordo com as indústrias previa ainda uma administração baseada na cooperação mútua. Em vista disso, o prefeito atendeu de imediato algumas de suas reivindicações mais antigas: aparelhar o Pronto Socorro de Vila Parisi, para atender os casos de urgência das indústrias e pressionar a SABESP para melhorar o abastecimento de água para uso industrial. Segundo o secretário de Educação João Peralta:

"A vocação de Cubatão é industrial, mas precisamos da colaboração das indústrias para que essa vocação não leve a um estrangulamento do município." (CS, 04/82)

Diga-se de passagem que Passarelli sempre manteve um distanciamento relativo dos dirigentes industriais. Representava mesmo uma fatia conservadora da coletividade, vinculada a uma ala anti-progressista do clero, adversária da teologia da libertação e que, segundo suas próprias representações, são as "famílias tradicionais da cidade". Durante a campanha eleitoral para a prefeitura municipal em 1985, da qual saiu vitorioso, investia em uma identidade comunitária, construída em oposição aos interesses alheios ao município. Afirmava que seu único compromisso era "com Deus, com a consciência e com o povo de Cubatão" ("não tenho compromisso com empreiteiras, com indústrias, com órgãos econômicos, com governo, com ninguém") (48):

"Se chegar lá, eu terei condições morais de exigir das indústrias que coloquem filtros e tenham um controle efetivo ambiental; exigir dos órgãos, quer do estado, quer da União, a sua

(48) Em entrevista à autora dois dias antes das eleições, em novembro de 1985.

verdadeira responsabilidade nas questões ambientais, porque nós não temos rabo preso, graças a Deus, com ninguém."

Convém ainda assinalar que Passarelli foi exonerado do cargo de prefeito nomeado, por ocasião da posse de Montoro no governo estadual. Quando soube que a exoneração e a nomeação posterior de Nei Serra para substituí-lo eram fatos consumados - apesar das pressões de Ibrahim Abi Ackel a seu favor - baixou um decreto oficializando a desapropriação de Vila Parisi, com o pretexto de construir ali um parque ecológico, impedindo a expansão industrial pretendida pelas indústrias. Assim, o prefeito conseguiu a um só movimento, redimir-se diante da opinião pública, através da imagem de político capaz de antepor-se a poderosos interesses, bem como desacreditar o PMDB, seu concorrente mais direto ⁽⁴⁹⁾:

"Nós desapropriamos a Vila Parisi (...) após um vazamento gravíssimo de amônia, que colocou em risco toda aquela gente. E o governo, ao invés de (...) nos ajudar a proteger a nossa comunidade, tirou-nos do cargo de prefeito nomeado e colocou um representante das indústrias, que vai fazer da Vila o que bem entender, o atual prefeito."

Apesar da convivência pacífica e dos interesses comuns, os dirigentes industriais sabiam que Passarelli não desempenharia o papel de representante imediato de seus interesses. Segundo as representações de Dojival, adversário de ambos ⁽⁵⁰⁾:

"Eles têm história aqui. São os Cunha, que foi prefeito duas

(49) *Idem*

(50) Em entrevista à autora em janeiro de 1987.

vezes, são os Ruivo, que agora é vice-prefeito do Passarelli, os Couto, Terra, Peralta. Eles não têm apenas prestígio, eles têm terra. Essas famílias são proprietárias de vastas extensões de terra. Um exemplo: os Ruivo têm um milhão e setecentos mil metros quadrados de terras prontas para a construção, quinhentos mil metros quadrados no Casqueiro I, mil e quinhentos metros no Casqueiro II, ali precisa de aterro. Porque essa terra não é usada? Porque o projeto deles é construir um loteamento. Porque a prefeitura não intervém? As outras colonizaram isso aqui, lotearam a cidade e ainda possuem vários terrenos e imóveis. A nova geração já saiu daqui, mas a raiz continua morando em Cubatão e, principalmente os interesses continuam. Essa é a base social do Passarelli. Não se pode dizer, por isso, que ele seja um capataz da indústria. Ele tem uma política de conciliação com elas. Não toma medidas para contrariá-las. (...) O Nei Serra sim, seria o poder exercido diretamente por elas (...). Com o Passarelli não há garantias para as indústrias."

Apesar da emergência de novas e importantes lideranças, como por exemplo Passarelli e a Renovação Carismática e o consequente fortalecimento da ação de negação ao estigma e à mobilização política; apesar ainda das tentativas de descompressão nas conduitas de confronto e, mesmo antes que fosse possível avaliar a potencialidade do momento recém-inaugurado com os realinhamentos forçados pela vitória do PMDB no estado, Cubatão é abalada pelo inesperado. Talvez esta não seja a imagem mais adequada para definir o vazamento de gasolina nos dutos da Petrobrás, situados abaixo de Vila São José (ou Socó), ocasionando a explosão que atingiu parte do bairro na madrugada de 25 de fevereiro de 1984.

O risco atinge a todos

A explosão de Vila Socó tem grande importância, não apenas pela dimensão trágica que encerra e que marcará profundamente a vida da cidade, mas também como fato político, uma vez que inviabiliza as condutas que desviavam a mobilização popular em dire

ção à politização da identidade comunitária. A morte de pelo menos 90 pessoas - segundo estatísticas oficiais - e sua repercussão a nível nacional, não apenas possibilitaram uma retomada na mobilização política, como forçaram a inauguração de uma nova fase para o Vale da Morte. As próprias representações sobre a destruição da vila coletiva seriam colocadas sob novas bases. Dito de outro modo, a tragédia expressa mais uma faceta da crise ambiental e das formas de interpretá-la.

As preocupações com a saturação ecossistêmica, sejam institucionais, sejam de parte da coletividade atingida, ficaram circunscritas às emanções de fontes poluidoras e à natureza das dispersões em um meio geofísico peculiar. Se tinha sido relativamente fácil até então, manter a discussão nos limites da noção de carências, como se a exposição à degradação ambiental fosse única e exclusivamente um privilégio de classe às avessas, ou mais um atributo negativo da pobreza, a referência à disseminação de dutos de uma variada gama de produtos tóxicos e inflamáveis pela cidade como um todo e mais, através de toda a Baixada Santista até o Porto de Santos, colocou diferentes segmentos sociais de sobreaviso. A insegurança, ao contrário das péssimas condições de saúde, não poderia mais ser interpretada como apanágio de miseráveis.

As discussões sobre Vila Parisi, anencefalia, ou os limites impostos à zona crítica de poluição, se não perderam a importância intrínseca, foram esvaziadas de sentido; daquele caráter emblemático conferido pelos atributos de degradação e anormalidade com que se reconhece a base da estrutura social brasileira. Aprimo

rava-se na realidade, a imagem pública de Cubatão. De cidade doente, miserável, perpetuava-se agora como símbolo das regiões mais inseguras do planeta.

De qualquer forma, seria conveniente relatar a tragédia, segundo as representações da coletividade. Inicialmente, conta-se que a Polícia Rodoviária localizada ao lado da Vila, recebeu a primeira notificação do vazamento, por volta das 17:00 h do dia 24. Mas talvez pela frequência com que estes fatos acontecem no polo, ninguém tomou qualquer providência. Ao contrário, alguns moradores chegaram a aproveitar a oportunidade para estocar gasolina em casa, na esperança de "conseguir algum trocado" vendendo-a aos turistas menos precavidos, durante os congestionamentos em finais de semana (a Vila Socó é limitada em um de seus lados pela Via Anchieta).

Pedro Tosta de Sá, médico de várias indústrias, inclusive da Cosipa, Eletropaulo e Prefeitura, ex-secretário de Saúde e presidente do Lions Club relata a indiferença com que a cidade enfrenta os riscos ⁽⁵¹⁾:

"(...) Estávamos voltando de Santos e cerca de meia noite passamos ao lado de Vila Socó, na Anchieta. Eu comentei o cheiro que estava se desprendendo, talvez um caminhão de gasolina tivesse virado. (...) Na época eu exercia o cargo de superintendente do hospital de Cubatão. Mal entramos e recebemos o telefonema de que Vila Socó tinha explodido com o incêndio. Fui o primeiro médico (...) a chegar ao hospital. As pessoas chegavam completamente queimadas (...) nem era possível segurar o doente. (...) Essa situação não existe apenas em Vila Socó.

(51) Em entrevista à autora em junho de 1987. Vários relatos são discordantes, pois afirmam que não havia médicos para o atendimento imediato, por ser madrugada anterior ao sábado.

Os dutos atravessam a cidade de um lado a outro, atravessam São Paulo, Santos, indo a outros pontos do estado, para outras refinarias (...). Então, o que aconteceu? Talvez por desconhecimento, negligência, pela situação econômica, (...) o vazamento foi notado, foi comunicado e não se tomou nenhuma medida imediata. (...) Não é a primeira vez que temos um vazamento na cidade. Quando eu era secretário de Saúde e o Zadir Castelo Branco era prefeito, nós tivemos um grande vazamento que atingiu não apenas Vila Socó, mas também a Vila Nova. (...) Nessa época as medidas foram imediatas, até com a ação do (...) exército para isolar (...) a área e secar imediatamente a gasolina."

De qualquer forma, os depoimentos e as interpretações são muitas e os jornais e rádios locais foram colocados a postos para divulgá-las. Por ocasião do incêndio não havia como negar sua gravidade. Uma moradora de Vila Socó, residente em uma faixa do bairro que não foi atingida pelo fogo, por exemplo, considerou-se "eleita pela Providência", já que o barraco onde mora fica imediatamente vizinho a outro que foi destruído. Recorda:

"Senti o cheiro forte de gasolina, mas pensei que pudesse ser o bujão de gás vazando. Só despertei com o vozerio dos vizinhos. Gritavam de fora prá gente sair. (...) Corremos prá Cu batão. Quando voltei (...) vi o fogo e os bujões de gás explodindo. (...) Tenho muita vontade de sair daqui. Não dá prá esquecer aquela noite não. Às vezes não durmo. Qualquer alvoroço na rua me deixa com medo e penso: 'meu Deus, é o fogo! Podem construir casas em cima da tragédia. Não adianta, ninguém vai esquecer.'" (TS, 23/12/84)

Foram setecentos litros de gasolina que vazaram, espalhando-se pelo mangue, onde foram construídas as palafitas que compunham a parte atingida da vila. A outra aterrada, ficou ilesa. Segundo vários depoimentos, muitos dos que se salvaram mas tiveram as casas destruídas, ou perderam parentes e amigos foram embora, sem esperar qualquer acordo com a Petrobrás, responsável pela explosão.

Há unanimidade quanto à discordância do número oficial de mortos, contabilizado segundo o número de queixas dirigidas à estatal. Segundo uma moradora, testemunha da tragédia:

"(...) Porquê é que querem esconder? (...) Quanta gente caiu no mangue e sumiu! Morreram e ninguém sabe, ninguém reclamou. Muitos fugiram. (...) Naquela noite não parecia que era eu que tava ali, olhando aquele fogaréu, os bojões explodindo. Hoje é que me lembro de ter ouvido gritos. De um rapaz que disse que ia salvar o salário do fogo e não voltou mais. (...) E o pessoal de Vila Nova que tem casa de tijolo, será que eles pensam que lá não tem perigo não? Eu posso não saber nada, mas sei que os canos passam ali também e sei que todas as cidades por aí podem explodir. E na hora que explodir, não vai ser só favelado que vai morrer não!" (TS, 23/12/84)

Até para os setores mais conservadores, alinhados em torno da ação contrária ao estigma concordam com as falhas da estatística oficial, como por exemplo Pedro Tosta de Sá⁽⁵²⁾:

"Oficialmente nós tivemos 83 mortos (...). Conhecendo Vila So có como conheço (...) acredito que esse número deva ser bem maior (...). Muitas famílias desapareceram inteiras, (...) não sobrou ninguém para reclamar (...). A grande quantidade de material sólido que teve de ser jogado para abafar o fogo e (...) para evitar problemas de epidemia, soterraram uma série de cadáveres que (...) estarão lá para o resto da vida."

Na realidade, antes da tragédia já era possível observar condutas típicas de sobressalto na coletividade, causadas pela frequência de inundações, vazamentos e principalmente, pela regularidade de episódios críticos de poluição que integravam-se ao

(52) Em entrevista à autora em junho de 1987. O Instituto Médico Legal (IML) falou em 500 mortos e Koshiro Otami, da Secretaria das Relações do Trabalho afirmou durante o I Simpósio sobre Riscos à Saúde promovido pelo Centro de Saúde de Cubatão, que foram 700, segundo Wanderjackson B. Andrade, diretor do CS de Cubatão, em entrevista à autora em junho de 1987.

cotidiano das camadas mais expostas, ou pelo menos mais sensíveis aos efeitos visíveis em curto espaço de tempo. Mas a explosão da Vila fora dos limites da zona crítica de poluição, ou fora do polo industrial institucionalizado pelo decreto de Paulo Maluf, impunha com crueldade a possibilidade de uma vasta área voar pelos ares. Vanete da Associação das Vítimas fala de um "certo trauma" que foi sendo cristalizado⁽⁵³⁾:

"Eu acho que existe um certo trauma na população depois do incêndio de Vila Socó, dos vazamentos que tem acontecido e depois daquele desastre na Índia, a gente nota que o pessoal ficou mais alerta. Eu morava no Costa e Silva e lá houve um vazamento de amônia. (...) A gente sentia uma tremenda necessidade de conhecer os produtos que essas indústrias lidam, As vezes ocorre um vazamento e você não tem idéia do que seja. Nesse vazamento no Costa e Silva, muita gente ficou apavorada pensando que era aquele gás da Índia, não sabia (...) que bastava botar um pano molhado no nariz. Eu fugi como uma louca. Foi de madrugada, quem pode correu, quem não pode se trançou dentro de casa. O pessoal da Vila Parisi também teve que correr do vazamento de amônia, logo depois da enchente. Há um sobressalto. Não é como no começo da Associação que ninguém se preocupava. Sentia cheiro e tudo, mas não pensava em nada mais grave. (...) De repente a população viu que morreram mais de 500 pessoas em Vila Socó. Ninguém tá livre disso, tem duto em todo canto da cidade e tá tudo podre, vaza um aqui e outro ali."

Resta saber a qualidade das representações sobre sobrevivência para cidadãos aos quais todos os direitos foram negados, as noções de carência foram todas ultrapassadas. Ainda segundo Vanete:

"Com relação à sobrevivência, essa cidade é meio complicada. (...) Em primeiro vem a moradia, 60% da população mora em fa

(53) Em entrevista à autora em janeiro de 1987, Vanete trocou uma casa de alvenaria no Jd. Costa e Silva por outra de tábuas no Jd. Casqueiro, fora dos limites do polo.

velas ou área de risco. Agora é o fantasma do sub-emprego, o salário mal dá prá condução (...). Mas tem esse outro lado complicado. (...) Esse pessoal que mora em (...) Vila Socó (...) eles não tão contentes e têm medo ainda (...), não têm sossego. Além de passar aquele horror, tiveram que conviver com os tocos queimados quase um ano. Você passava ali de madrugada e via o pessoal acordado a noite toda. Sobrevivência é também achar que tudo pode ir pelos ares de uma hora prá outra. (...) Eu mesma mudei de lá por uma questão de sobrevivência. Ai meu Deus! Vou um pouquinho mais longe. Não suporto mais esse corre-corre com filha doente. Quanta gente não foi embora pró Norte depois do incêndio? Preferiu passar fome lá (...). Dizia que pelo menos morria um pouco mais devagar. (...) Na Vila foi uma coisa horrível. (...) Ninguém tinha tomado qualquer providência. (...) Aí aquele povo morrendo trancado, (...) lá fora as pontezinhas (...) em cima da maré foram as primeiras a pegar fogo. E o lado de fora assistindo a cena, sem poder fazer nada. Marido que tinha saído prá trabalhar viu a mulher grávida morrer. Mãe que deixou os filhos trancados no barraco prá trabalhar, não pode nem socorrer. (...) Um pessoal desse não fica traumatizado pró resto da vida? Mesmo quem só assistiu, ficaram. Não vá dizer que essa é uma cidade onde não aconteceu nada, porque aconteceu!"

No mesmo ano, 1984, Cubatão sofreria ainda episódios graves e importantes. Podem ser citados rapidamente o primeiro "estado de emergência" decretado no Brasil por conta dos índices de poluição, ocorrido em setembro. Em segundo lugar, o rompimento de um duto que transportava nafta da Petrobrás à Basan sob a Piaçaguera, inundando o canal da avenida que corta os conjuntos habitacionais 31 de Março e Metalúrgicos. Cerca de quinze mil pessoas fugiram, sem qualquer plano de evacuação oficial, expostas aos riscos representados por 20 mil litros de nafta, por horas a fio. (54)

(54) Nafta é um composto líquido e volátil de benzeno, tolueno, xileno, etc.. Pode causar edema cerebral e de rins, inflamação do sistema nervoso, hemorragias cutâneas, etc. Ver: FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. (1983). op.cit. Vol.I.

A divulgação do vazamento de isocianato de metila que matou 1.200 pessoas em Bhopal, na Índia a 5 de dezembro do mesmo ano, sob responsabilidade da Union Carbide, funcionou como um fator importante para a mobilização política na Baixada Santista, emprestando uma coloração especial à explosão de Vila Socó. A imprensa, sindicatos, associações de bairro, entidades ambientalistas, partidos de oposição, além da Associação das Vítimas, através de seus militantes atuantes em outros movimentos reivindicatórios da cidade organizaram-se em torno de uma ação conjunta de pressão por informações acerca da situação real da Baixada. Debates, mesas redondas, amplas matérias em jornais locais, principalmente a Tribuna de Santos anteriormente cuidadosa na cobertura do problema ambiental, desempenharam em conjunto o papel de vasculhar a região em busca dos fatores de risco e de eventos anteriormente envolvidos no anonimato.

Bhopal tinha um significado especial para Cubatão. A Union Carbide usava ali mesmo no Vale do Rio Mogi, o isocianato de metila para fabricar o Temik, um defensivo agrícola proibido no Canadá e USA, curiosamente vindo da Georgia(USA), sob forte esquema de segurança. Mas as dúvidas não se restringem ao isocianato de metila, nem tampouco ao benzeno, ou o pentaclorofenol. Há na realidade uma gama memorável de produtos perigosos manipulados e transportados por todo o estuário de Santos, dentro e fora de suas fábricas colossais. Evidentemente há uma demanda intensa por informações, pois justifica-se que não há dados satisfatórios sobre o assunto. Mas não há tampouco um sistema eficaz de informações a que

se possa recorrer, diante do emaranhado de órgãos atuando isoladamente na região. Para o caso específico da saúde ocupacional, Lia Giraldo Augusto, diretora regional de Saúde diz:

"O Ministério da Saúde age separadamente da Previdência Social, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação. É um absurdo que um muro possa interromper a sequência das ações fiscalizadoras. Do lado de fora atua a CETESB, do lado de dentro a Secretaria do Trabalho." (TS, 27/01/85)

A derrota da ação política

Esta última etapa do processo de politização de carências relativas à saturação sócio-ambiental em Cubatão inicia na posse do governo eleito para o estado de São Paulo em 1983 e culmina com as eleições para a prefeitura municipal em 1985, quando foi eleito José Oswaldo Passarelli (PFL), com o apoio de Paulo Maluf a nível estadual, Ibrahim Abi Ackel a nível federal, além de liderança construída localmente nos limites da Renovação Carismática.

Este período caracteriza-se pelo esvaziamento, mesmo que circunstancial, na mobilização política em torno desta ordem de carências. A explosão de Vila Socó representou apenas uma inflexão nesta tendência, mas foi importante para tornar visível a estratégia recém-inaugurada pela ação oficial para enfrentar a tensão popular.

A estratégia de despolitização da questão ambiental pode ser desmembrada em três condutas complementares: a) imposição da ordem pela força, calcada na soberania do Estado; b) fortalecimento político da ação tecnocrática, ambas articuladas predominan-

temente na esfera estadual e por fim, c) fortalecimento da ação comunitária, articulada por sua vez pela coletividade.

Do ponto de vista institucional, foram utilizados dois recursos para atingir o objetivo de "reimplantação da ordem em Cubatão". O mais visível e imediato foi o recurso à ação policial contra a mobilização popular, no caso de Vila Socó. Naquele momento de tensão especial, principalmente se for levado em conta o fato da administração estadual ainda estar tomando pé da nova situação, as camadas organizadas da coletividade foram tratadas como "excluídas do processo político", pois segundo as representações dos recém-empossados dirigentes, qualquer mobilização poderia constituir-se em uma ameaça. Para Cubatão, este perfil de intervenção significou antes de mais nada, a supressão total da cidadania anteriormente vislumbrada. Vanete⁽⁵⁵⁾ relata a intervenção policial:

"(...) A gente começou a ir lá discutir com o pessoal, porque já tinha passado três meses do acidente, no começo foi aquela correria, solidariedade e depois esqueceram aquele pessoal que continua morando em cima daquele bocado de mortes (...). Foi quando eles resolveram, para chamar a atenção das autoridades, interditar a pista (que liga o Centro ao Casqueiro). (...) O Passarelli, que na época era prefeito nomeado falou pra desinterditar a pista, que ele daria uma resposta em quinze dias. (...) Quando chegou o prazo, não tinha solução nenhuma. Aí o pessoal decidiu ir pra Anchieta, (...) pra cobrar do Passarelli, do governo do estado, da Petrobrás. Com medo do pessoal interditar a pista eles mandaram a repressão. (...) A polícia jogou gás lacrimogênio, bateu em muita gente, enquanto a Comissão de moradores negociava com as autoridades. (...) Eu disse ao comandante que ele desse um tempo que o pessoal tava negociando. (...) Nesse intervalo eu corri pra telefonar pro Dojival, pra saber o que fazer. Aí eu ouço os

(55) Em entrevista à autora em janeiro de 1987.

estouros de bomba. (...) O irmão do Michayjo (vereador do PMDB) me entregou na mão de dois agentes federais e os caras me prenderam. (...) Me chutaram, quebraram meu relógio, meu marido levou cinco pontos na cabeça. (...) Fizeram a gente andar numa passeata, eles com as armas ao lado da gente (...) e o povo com cara de não sei quê (...). Na delegacia tava o Espedito Soares, deputado do PT e o Eduardo Jorge e eles tentaram contato com São Paulo, mas como era feriado no outro dia, não tinha juiz na cidade. Então a gente tinha que ficar preso (...). As crianças tinham ficado sozinhas em casa. Eu não tinha dado remédio pra menina, um remédio super controlado. (...) A gente ficou lá até às oito horas da manhã, mandaram a gente por o dedo, mas depois nem sei como ficou o processo. (...) Depois da repressão, sangue pra todo lado, no dia seguinte, resolveram negociar. (...) Hoje as casas tão lá construídas."

A segunda conduta que compõe a estratégia das elites diz respeito à substituição do direito de participação popular no processo decisório, pelo direito às soluções tecnocráticas. Desta forma, promovem um esvaziamento sutil e artificial no processo de politização das carências relativas à saturação ambiental, promovido pelas ações reivindicatórias anteriores. A crise sócio-ambiental vivida por Cubatão passa a ser tratada como um assunto que diz respeito única e exclusivamente a técnicos e especialistas, cuja legitimidade foi construída no reconhecimento junto ao Estado, autoridade soberana em assuntos de interesse nacional.

O principal recurso utilizado para viabilizar tal conduta foi a reestruturação institucional e fortalecimento político da CETESB, conferindo-lhe maior autoridade na barganha em torno da gestão ambiental, além da atribuição complementar de canal de acesso a demandas sociais. Rapidamente a agência estatal conseguiu monopolizar o espaço público, derrubando as velhas estrelas e constituindo-se ao nível das representações, como a possibilidade de

esvaziamento no papel de mediação, às custas da interlocução direta com o órgão competente.

Este projeto de redefinição institucional da CETESB só foi possível com a posse do engenheiro sanitarista Werner Eugênio Zulauf na presidência da empresa. Mais do que uma mudança de nomes, a escolha de Zulauf significou a ampliação dos recursos de poder de um presidente com livre trânsito em diversas secretarias de Estado e nos meios empresariais de Cubatão⁽⁵⁶⁾, desempenhando o papel de mediador confiável entre Estado e o setor industrial.

Com o objetivo de fortalecer institucionalmente a agência que representaria montou um esquema hábil para resgatar a credibilidade do órgão diante da opinião pública, fortemente abalada principalmente na gestão de Vitor Leig. Zulauf foi paulatinamente ocupando diferentes espaços de discussão e negociação.⁽⁵⁷⁾

Antes de mais nada, o governo Montoro concede "alta prioridade" ao controle da poluição ambiental de Cubatão. Evidentemente, esta prioridade é mediada pelas representações acerca do perfil de recessão do setor produtivo na ocasião, que foi responsa

(56) Werner Zulauf, depois de se desligar da CETESB foi assessor da Cosipa, na mesma ocasião em que participou do GT Vale da Vida, patrocinado pela SICCT e pelo empresariado de Cubatão.

(57) Durante a gestão de 1984 a agência estatal foi reequadrada na escala de classificação das estatais, passando do IV para o II grupo. Sobre os avanços em sua importância ver: CETESB. Relatório Anual de Atividades. Anos de 1983, 84 e 85. Já a questão da credibilidade é amplamente discutida nos relatórios da DEPLAM, SED, GACO, da CETESB. Ver também: FÁRIA, M.M. op.cit.

bilizado pelos sucessivos adiamentos nos investimentos em equipamentos de controle, seja com a desculpa dos custos elevados, seja por não trazerem retorno imediato no capital investido⁽⁵⁸⁾. De qual quer forma, esta prioridade reflete na agência estatal de modo a promover uma ampla alocação de recursos financeiros, técnicos e profissionais para o Sistema de Controle Integrado que resultou no Programa de Controle Ambiental de Cubatão.

Por outro lado, no que diz respeito à relação do órgão de controle com a sociedade, a decisão foi meramente política e respondeu à lógica da expansão da ação tecnocrática junto ao tecido social, no sentido de um maior controle da vida política da cidade.

Aproveitando-se da repercussão da dimensão social e política das representações utilizadas pela aliança SBPC/Associação das Vítimas e do cenário de democratização revelado com a vitória eleitoral do PMDB, Zulauf reformulou alguns espaços internos da estrutura da CETESB através da criação da Diretoria de Planejamento Ambiental (DEPLAM), da Superintendência de Educação e Divulgação Ambiental (SED) e da Gerência de Ação Comunitária (GACO).

Com isso, o Programa de Controle da Poluição em Cu

(58) Até julho de 1986 estimava-se que a totalidade dos investimentos na implantação do sistema de controle tenha chegado à cifra de US\$ 500 milhões, dos quais o PROCOP financiou US\$ 23 milhões. Os recursos do governo do estado, através da CETESB, de 83 até julho de 86 atingiram o montante de US\$ 1 milhão. Ver: CETESB. Controle da Poluição Ambiental de Cubatão - Resultados. Julho de 83 a julho de 1986.

batão foi montado a partir de três frentes de ação: 1) controle de fontes de poluição, 2) apoio técnico às ações de controle e, 3) Educação ambiental e participação comunitária. Isso significou que a CETESB estava aparelhando-se para o novo papel a que estava se destinando, ou seja, substituir o espaço ocupado pela aliança informal SBPC/Associação das Vítimas. Com esta nova função da agência estatal, os antigos articuladores políticos foram colocados de lado, em desuso.

O fortalecimento político da CETESB, indiscutível mesmo diante da circunstancialidade de sua importância, ou da fragilidade dos resultados concretos atingidos através de sua intervenção, possibilitou à sua presidência pelo menos duas ordens de avanços. O primeiro diz respeito às conquistas políticas junto à coletividade. Tanto no sentido de aumentar consideravelmente o prestígio e respeitabilidade do órgão, como no sentido de desativar a tensão que caracterizara até então a mobilização social em Cubatão.

Uma inferência deste esvaziamento na importância de antigos articuladores políticos foi dada por ocasião da organização das equipes de fiscalização dos cronogramas de controle junto aos grandes poluidores, a cargo de técnicos da agência. Baseados na antiga reivindicação, a SBPC e a Associação viram suas solicitações de participação serem tratadas com descaso, sem qualquer apoio das bases sociais do movimento. Os espaços de participação ficaram circunscritos agora às atividades da GACO, cujas atribuições colocavam-na em contato direto com a população.

O outro avanço só foi possível graças à indefinição institucional que caracteriza a atuação dos diversos setores da tecnocracia estatal na gestão ambiental, cujas atribuições muitas vezes se sobrepõem sem qualquer negociação anterior. Zulauf aproveitou-se habilmente desta fragilidade do sistema institucional para invadir diversos espaços de atuação, fora dos limites de abrangência da CETESB. É possível exemplificar rapidamente, através da conquista da coordenação do Grupo Executivo criado em 1984 por Montoro, em resposta às pressões geradas pela explosão de Vila Socó, anteriormente a cargo de José Carlos Seixas⁽⁵⁹⁾. Como o objetivo do Grupo Exevutivo era integrar a atuação de diversas secretarias de Estado, o presidente da CETESB acabou por gerar inúmeros conflitos, invadindo a esfera de competência de órgãos distintos; como no caso da ingerência direta na Serra do Mar, sob controle dos técnicos do IPT, contratados via SICCT para controlarem os deslizamentos.

A CETESB conseguiu assim, um elevado grau de centralização nas discussões e na gestão ambiental. Se antes, por ocasião da posse de Montoro, houve uma descompressão na tensão social em Cubatão, depois de Vila Socó e da decretação do estado de emergência em setembro de 1984, sob sua ação, esta descompressão revelou-se na utilização política dos avanços conseguidos pelas diversas frentes de atuação do Estado no município. Afirmava-se agora a im

(59) Seixas era o então secretário extraordinário da Habitação.

portância das soluções técnicas em oposição à imagem de imobilidade, que caracterizou os atributos negativos tidos como definitivos, que estavam na base do estigma de Vale da Morte construído para Cubatão.

De qualquer forma, há uma inversão curiosa nos resultados esperados através das condutas das elites. Apesar dos propósitos no controle do espaço político construído em torno da situação ambiental, a movimentação institucional para atender, seja lá de que forma for, esta nova ordem de demandas que ultrapassam de longe as fronteiras do município, acabou por sedimentá-las e legitimá-las como reivindicação justa e inadiável ao nível das representações coletivas. Do ponto de vista político, apontou ainda para a estatura dos interesses envolvidos no jogo de institucionalização das carências relativas ao ambiente, expressos através do momento de conflito vivido em torno do caso Cubatão e da desvalorização generalizada da vida que sustenta o parque industrial.

Na mesma medida, apesar de habilmente projetada, a conduta política das elites acabou por revelar também os dividendos eleitorais que o assunto poderia trazer. Nas eleições de 1985, por exemplo, o tema contou com a adesão maciça por parte dos candidatos à prefeitura. José Edgard, advogado alinhado em torno da conduta de negação ao estigma e candidato do PTB, foi enfático⁽⁶⁰⁾:

(60) Em entrevista à autora em 12/11/85, três dias antes das eleições. Sobre as condutas e propostas dos candidatos à prefeitura ver: FERREIRA, LÚCIA C. As Questões Ecológicas e as Classes Sociais. Relatório Semestral de Atividades à FAPESP. Mestrado em Sociologia DCS/IFCH, UNICAMP. 1987, principalmente Cap. 1, "Os Partidos Políticos e a Produção de um Modelo de Consciência

"Nós diríamos que hoje a questão ambiental tem tido um alarde tão grande pelos meios de comunicação, que qualquer candidato teria que atribuir o maior peso ao combate à poluição em Cubatão, do que a qualquer outro item."

Por fim, resta abordar o terceiro modo de ação das elites para esvaziar o espaço político construído em torno da saturação ecossistêmica do Vale do Rio Mogi. Trata-se do fortalecimento da ação comunitária, ou da reconstrução da identidade comunitária em oposição à identidade nacional, organizada em torno da figura do Estado, por ocasião do nacional-desenvolvimentismo proposto pelos regimes anteriores. A defesa da comunidade ameaçada tem sentido na medida em que busca assegurar a sobrevivência de seus membros, contrapondo-se à desorganização produzida por uma situação de crise, tal qual aquela vivida por Cubatão. Daí a importân-cia do tema da pobreza, revelado principalmente nas ações reivindi-catórias anteriores, mas que atingiu uma dimensão particular por ocasião da construção do estigma de Vale da Morte. Esta dimensão só foi tratada em toda a sua profundidade pelas lideranças cristãs e, em especial, pela Renovação Carismática da Igreja Católica.

Não é o papel dos pobres como trabalhadores, como ci-dadãos que confere ao tema a importância diante das representações coletivas: "não é o que eles fazem, mas o que sofrem; não é o que possuem, mas aquilo de que são privados; não é pois, a sua identi-ficação com uma classe ou com uma nação que dá força ao seu protes

"Ecológica no Vale da Morte". pp. 6-50, quando esta afirmação pode ser con-firmada, através da pesquisa realizada junto a todos os candidatos. Todos, sem exceção, dão amplo destaque à saturação ambiental causada pelo parque industrial.

to, mas sim a sua miséria, a exclusão e a repressão que eles sofrem". Pois representam o momento em que os problemas da vida privada e os da vida pública se unem da forma mais intensa para dar origem a uma demanda, cujo único objetivo é a defesa da vida. Tais motivações, demasiado afastadas da ação política, não se incorporam facilmente, nem são convenientemente traduzidas pela estrutura institucional que, por isso mesmo, "permanece instrumental e distante demais das reações populares". (61)

Por este caminho, esta ordem de carências, que se enquadram melhor na categoria das ações simbólico-expressivas que nas ações político-instrumentais, não se transformam em demandas para o sistema político. Tais ações visam, antes de tudo, afirmar uma identidade cultural centrada na conversão e libertação individuais, apesar de fortemente carregadas de protesto social. Não há em contrapartida, qualquer tentativa de definição precisa do adversário, nem tampouco do campo de disputa para o conflito a que se referem com frequência. Segundo o padre Primitivo Baltazar Flores Zevállos, um peruano de sessenta anos que, vindo do Paraná tornou-se pároco de Vila Nova e expandiu assustadoramente a Renovação Carismática em Cubatão, principalmente a partir de meados da década de oitenta (62):

(61) TOURAINE, A. (1989) op.cit., principalmente os itens "Defesa Comunitária e Dependência Política", "A Defesa da Identidade" e "Protesto Moral e Protesto Histórico", respectivamente pp. 275-9, 281-9.

(62) Em entrevista à autora em janeiro de 1987.

"(...) A comunidade se renovou mesmo (...), visitam os pobres e se reúnem em grupos de oração. (...) Se tem necessidade de dinheiro, dá dinheiro, se tem necessidade de emprego, tenta conseguir um. É uma vida de família, amor e carinho. (...) En fim, vão assumindo interiormente sua fé e a transformar esta fé em obras. Uma das maiores demonstrações foi a eleição do prefeito. Nós não tínhamos como enfrentar o rival. Foram gastos mais de 11 bi e nós não tínhamos mais que 50 milhões (...). Mas a nossa campanha não foi política, foi pela fé, pela oração. Fomos ridicularizados, mas ganhamos a eleição com dignidade. Porque queríamos que o município tivesse um representante digno, honesto. (...) Porque o Brasil tem condições de crescer um país forte, independente economicamente e em todos os sentidos e não é assim porque? Porque não estamos votando em pessoas de confiança. Foi por confiar plenamente que as coisas serão feitas em benefício do município e não de uma pessoa. (...) Não temos ambição de continuar na política, apenas demos um sinal para que eles vejam que se pode entrar na renovação total, não só na parte espiritual, mas na política e administrativa. O homem completo. A nossa missão é renovar o homem por dentro, para que mais tarde ele se projete para fora."

Esta conduta se traduz por uma ausência de mobilização social efetiva, compensada por uma influência cultural profunda, como demonstra a importância da Renovação enquanto espaço público de organização das representações coletivas. Os "pobres e excluídos" de Cubatão não conseguiram se afirmar como "trabalhadores" ou como "cidadãos" através dos diversos confrontos empreendidos no longo e doloroso processo de politização de suas carências, tal qual evidenciado nesta última década. Nesta medida, a ação religiosa propunha-se como alternativa palpável de afirmação do direito à existência, reconhecido na relação com o poder espiritual, em oposição a uma "ordem social que os marginaliza e exclui sob todos os aspectos de sua vida". (63)

(63) TOURAINE, A. (1989). op.cit. p. 285.

Esta negação da negação fortaleceu um tipo de protesto em que somente os direitos pessoais podem ser exigidos. Na mesma medida, não há um adversário preciso, como foi observado durante as ações mobilizatórias lideradas pela aliança em torno da Associação das Vítimas. Há na verdade um apelo genérico à reconstituição ética da sociedade, ou a reinvenção da comunidade de modo a expandir as fronteiras sociais que os marginalizam, ou impedem o sentimento de pertencer. As estratégias que constituem o formato da conduta comunitária visam a integração social em torno da comunidade religiosa e nunca a construção explícita de qualquer conflito. Daí a importância do trabalho em grupo, organizado em torno da oração e da ajuda mútua, em contato sistemático e estreito com a clientela de fiéis. (64)

De resto, além do papel de esvaziamento do campo de relações políticas com o Estado ou quaisquer outros adversários possíveis, a Renovação Carismática fortaleceu ainda alguns temas, cuja manifestação visível no espaço público adquiriu nova importância, graças ao discurso religioso. O medo da catástrofe e do abandono por parte dos poderes instituídos parecem mais angustiantes hoje em Cubatão, do que os temas da propriedade e da produção. Não havendo mais espaço para a confiança depositada na organização econômica e social, o olhar do cubatense voltou-se muito mais para os

(64) As informações acerca das estratégias da Renovação Carismática junto à coletividade, principalmente em situações críticas como por exemplo, a explosão de Vila Socó, além de tantos outros eventos dramáticos vividos por Cubatão, foram obtidas em entrevistas com o padre Primitivo e com Cecília Passarelli, primeira dama e ativa militante da Renovação.

protestos feitos em nome dos direitos à vida, à segurança, do que para aqueles dirigidos à exploração representada pelo parque industrial.

Se houve um fortalecimento circunstancial da ação comunitária em detrimento da ação política, em contrapartida, Cubatão apontou também, com maior precisão, para as fronteiras e possibilidades da pobreza no Brasil, redefinidas por um lado pela dimensão trágica contida nos níveis de saturação dos ecossistemas que compõem o território nacional. E de outro lado, Cubatão revela também a fragilidade das fronteiras que delimitam esta saturação às camadas de baixa renda. Com a explosão de Vila Socó foi possível reconhecer que os ecossistemas não respeitam limites políticos ou de classe. Do ponto de vista ambiental, parece artificial procurar diferenciações na estrutura social. O país como um todo pertence à categoria dos "excluídos".

§ 4. Segunda discussão: uma cidade doente, excluída

Antes da explosão de Vila Socó as representações e condutas sociais mantiveram-se nas fronteiras da noção de carências materiais. As estatísticas referentes aos índices de favelamento, desemprego e subemprego, os efeitos da contaminação ambiental e a deficiência de equipamentos urbanos acabaram por circunscrever os moradores de Cubatão à categoria dos despossuídos. Mesmo Vila Parisi não ultrapassou em muito os espaços ocupados por moradores, lotatários e por aí afora, todas categorias ligadas à noção de direito à propriedade.

Assim, o momento de tensão foi fornecido pela fronteira divisora entre privilegiados e despossuídos e o significado político das representações em formação não pareceu encontrar outro papel senão aquele de reforçá-la. A própria aliança em torno da Associação das Vítimas, movida pela crença de que poderia organizar o descontentamento coletivo a partir da construção de uma identidade dos carentes, não se antepôs de imediato à limitação das demandas sociais autorizadas sobre a crise, aos espaços onde ela era mais óbvia e imediata, ou seja, às camadas da coletividade atingidas pelos efeitos visivelmente mais perversos da poluição de fontes industriais. Por este caminho, as vilas e favelas que circundam as instalações das grandes indústrias foram rapidamente transformadas em objeto de observação sistemática, além de objeto de ações políticas de mobilização.

O caso é que esta imagem que se forjou para Cubatão que unia sob a mesma equação a degradação ecossistêmica, ou da vida coletiva em geral e os índices de pobreza urbana, foi empurrada em direção a alguns impasses. O primeiro deles diz respeito à possibilidade de ocorrência das anomalias congênitas. Inaugurava-se, sob o signo da monstruosidade, uma nova dimensão da pobreza. O segundo, revelado por Vila Socó mostrava que esta dimensão atingia, mesmo que com alguma diferenciação, amplos setores sociais: os sistemas naturais organizam-se a partir de uma lógica própria, que não se confunde com a lógica da organização social.

A anencefalia carregava em si mesma, na eventualida

de da ocorrência, o sentido da noção de limite. Para as camadas de baixa renda, isto significava as possibilidades da miséria produzida pelo parque industrial, inventando um momento de confluência onde todos os direitos foram negados.

Mais além, os limites das concepções de pobreza (repetidos ora pelas elites, ora pelos articuladores da mobilização) revelam a dimensão trágica desta negação e, portanto, reforçam também o sentimento generalizado de abandono, além das condutas voltadas à politizá-lo. Segundo as representações da coletividade, a anencefalia afinal, vinha revestida em nome de todas as anomalias, com o signo da negação religiosa, da ira da natureza em revolta.

Por outro lado, as representações sobre a natureza das demandas sociais frente à qualidade da própria existência, em quanto mão de obra desqualificada, ou ainda sobre a potencialidade de sua capacidade de mobilização política basearam-se também na negação. O que reforçava ainda mais sua concordância quanto a ausência total de direitos que julgavam possuir.

O próprio papel desempenhado por técnicos e especialistas, sejam ligados à SBPC em um primeiro momento, ou à CETESB, reafirmaram no público esta definição negativa. O que a princípio é tido como a superação da clivagem entre leigos e iniciados, neutraliza-se através das restrições ao papel que é conferido às lideranças populares. Sua presença é instrumentalizada de modo a ritualizar sua participação em uma concordância pública quanto à própria incompetência, afastando de vez todas as possibilidades de trazer "à luz da discussão" os elementos explicativos através dos quais,

as camadas atingidas procuraram acomodar o gigantismo das instalações industriais à esfera do habitual.

A novidade do tema é portanto afastada do público e recolhida à esfera da competência institucional, no momento em que acena com a possibilidade de gestão e controle ambiental através dos recursos técnico-científicos, sem de resto colocá-los em prática. Cabe aos leigos no entanto, a crença na eficácia em tais recursos para devolver o "extraordinário" às antigas e confortáveis fronteiras da familiaridade.

Em contrapartida, as ações contrárias à delimitação arbitrária da crise sócio-ambiental de Cubatão à "poligonal de uso estritamente industrial", inventada pela proposta de uso e ocupação do espaço do Vale da Vida, foram imediatamente acompanhadas de um realinhamento direto de todos os atributos negativos com os quais se montara a identidade dos bairros atingidos pela política de relocação, para o município como um todo.

Esta imagem pública de cidade doente, miserável, provocou evidentemente uma conduta de negação em bloco ao estigma de Vale da Morte construído para Cubatão, em nome de uma identidade real que se afastava das expectativas normativas, contrárias à forma como as elites preconcebiam as demandas por resoluções da crise sócio-ambiental, a partir de uma identidade dos despossuídos.

Esta conduta de negação ao estigma, por parte de amplas parcelas da localidade, por certo prejudicou o desenvolvimento das ações políticas, uma vez que revelou um novo e inesperado

momento de tensão, buscado através da introdução de mais uma variável às representações sobre ambiente. Entrava em cena a face subjetiva das carências coletivas expressa através das condutas de fortalecimento da identidade comunitária, baseada na "afetividade pelo local de moradia" e no fortalecimento do sentimento de pertencer. Estas condutas dividiram o coletivo anteriormente mobilizado entre "amigos" e "inimigos" de Cubatão, de acordo com a predisposição em aderir aos movimentos reivindicatórios pela qualidade ambiental do município, o que traduzia-se por "denegrir a imagem da cidade", reafirmando a negatividade contida no estigma.

Esta conduta de negação da negação fechou os caminhos à mobilização política, esvaziando o campo de relações políticas com o Estado, o setor industrial, ou quaisquer outros adversários que pudessem ser precisamente definidos. A participação em seu sentido mais amplo ficava restrita agora às denúncias dirigidas à CETESB, reconhecidamente o espaço institucional de gestão ambiental. O sentimento de abandono ou exclusão por sua vez, foi direcionado à expansão das fronteiras da comunidade, através do reconhecimento da identidade construída pela ação religiosa.

De resto, longe de ser reconhecida como uma carência resolvida, o perfil de crise conferido à saturação sócio-ambiental no Brasil revelou-se através de Cubatão, como um nó cada vez mais complicado de desatar. Mas talvez um pouco pelo valor de mercado que acabou adquirindo no sistema político, ainda que não tenha chegado a concretizar-se em medidas efetivas, nem tampouco te

nha se revelado enquanto projeto político viável, admitida como uma reivindicação objetiva durante o processo de politização sofrido nesta última década, contribuiu na expansão das representações e ações tradicionais e apontou com muita precisão seus limites e potencialidades. Nesta medida, foi bastante eficaz.

* * *

breves considerações

"(...) Hoje as energias utópicas aparentam ter se esgotado, como se elas tivessem se retirado do pensamento histórico. O horizonte do futuro estreitou-se e o espírito da época, como a política, transformou-se profundamente. O futuro afigura-se negativamente; no limiar do século XXI desenha-se o panorama aterrador da ameaça mundial aos interesses da vida em geral: a espiral armamentista, a difusão incontrolada das armas nucleares, o empobrecimento estrutural dos países em desenvolvimento, o desemprego e os desequilíbrios sociais crescentes nos países desenvolvidos, problemas com o meio ambiente sobrecarregado, altas tecnologias operadas às raias da catástrofe, dão as palavras-chave que invadiram a consciência pública através dos meios de comunicação de massa. As respostas dos intelectuais refletem uma perplexidade não menor do que a dos políticos. Não é de forma alguma apenas realismo se uma perplexidade aceita como temerária coloca-se cada vez mais no lugar de buscas de orientação que apontem para o futuro. A situação pode estar objetivamente inelegível. Contudo, essa imperspicuidade é também uma função da presteza de ação que uma sociedade se julga capaz. Trata-se da confiança da cultura ocidental em si mesma."

(J. Habermas, 1987)

Breves Considerações

A rigor, a natureza das condutas articuladas de modo a responder a carências circunscritas à crise sócio-ambiental do município de Cubatão e o rumo que tomaram diante do momento de conflito que delinearam, talvez pareçam absurdos e até inadmissíveis quando se escapa à lógica que o sustentou na coletividade. De fato, a despeito dos dados acumulados praticamente desconsiderarem a "dimensão organizacional da vida" na unidade complexa formada pelos ecossistemas da região⁽¹⁾ e, conseqüentemente dizerem pou

(1) MORTIN, E. O Método - A Vida da Vida. Vol. II. Europa América. Lisboa. 1984. pp. 22, 32-4. Trabalhando com os processos de "eco-organização" através do método da complexidade, constata que um ecossistema, por ser um "super-regenerador", longe da noção de meio físico "só pode viver nas condições de sua própria destruição, pois estas são as condições de sua própria regeneração" ou em outras palavras, "a super-regeneração torna um ecossistema em princípio, quase indestrutível", mas a simples eliminação de uma espécie dominante "pode provocar a devastação em cadeia; um veneno infiltrado em um ponto do anel pode, se realizar o ciclo completo, destruí-lo".

co sobre sua capacidade de assimilação/saturação frente aos agentes poluidores, a simples referência a lançamentos de cerca de mil toneladas diárias (1000 t/d) na atmosfera de poluentes com "enorme quantidade de substâncias, tais como o benzeno e derivados, compostos oleíficos, monóxido de carbono, amoníaco e compostos nitrogenados, vapores e névoas ácidas, fluoretos etc, que são substâncias sabidamente mutagênicas, carcinogênicas, teratogênicas, tóxicas e irritantes", por si só já deveria ser suficiente para invalidar as condutas de negação à importância do problema. (2)

Existe ainda o problema dos efluentes líquidos (cerca de 2.600 t/d), "com fortes cargas de mercúrio, zinco, cobre, cromo, chumbo, etc.", além da inexistência, pelo menos até 1985, de qualquer programa de disposição final de resíduos sólidos industriais e urbanos.

Se for considerado ainda o fato de que as lideranças da Associação das Vítimas saíram da Reunião Anual da SBPC munidos de um relatório síntese dos diversos estudos sobre a área, que revelava que 80% dos trabalhadores do polo industrial recebiam até então menos de três salários mínimos e 46% daqueles que residiam naquela ocasião no município, estavam ocupados em trabalhos transitórios, qualquer argumentação no sentido de justificar o descaso das autoridades frente à saturação ambiental graças à alta priori

(2) QUEIRÓS NETO, J.P. et alii. "A Situação em Cubatão: Documento Síntese do GT sobre Cubatão da SBPC". Ciência e Cultura, nº 8. Vol. 35. Rio de Janeiro. 1983. pp. 1164-1175.

dade concedida às carências materiais básicas, dado o perfil de pobreza do país, seria imediatamente esvaziada de sentido. Esta argumentação pareceria obtusa até porque as camadas de baixa renda, do ponto de vista da resistência física, seriam justamente as mais vulneráveis aos efeitos perversos da saturação ecossistêmica.

Ao que parece, não há qualquer base de sustentação à negação da prioridade que deveria ser dada ao controle da qualidade ambiental no Brasil, a não ser justificativas de ordem política. Mostapha Tolba, diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), por ocasião da Conferência das Nações Unidas em comemoração aos dez anos da Declaração Mundial do Meio Ambiente ocorrida em Nairobi, no Quênia em maio de 1982, apontou para a dimensão política que encobre as condutas contrárias à implementação de uma política ambiental real no país. Segundo ele, "as dificuldades enfrentadas pelos conservacionistas brasileiros" em ampliar as discussões devem-se à intransigência que imobiliza as elites do país. Reconhece que nenhum dos 109 acordos ou compromissos firmados em Estocolmo na década anterior obteve êxito no Brasil, o que considera paradoxal, em virtude dos avanços nas ações voltadas à preocupação ambiental em todas as partes do mundo⁽³⁾:

(3) Tolba faz referência a fotos que a NASA teria encaminhado ao governo brasileiro, que precipitaram a convocação da Comissão Interministerial. Estas fotos aéreas mostravam uma grande contaminação provocada pelo parque industrial, que se estenderia por uma faixa de aproximadamente 45 milhas da costa, através da Baixada Santista. Uma série anterior apontava, através das emanções de calor, as fontes de poluição. Embora sempre citadas, as fotos não foram liberadas para a opinião pública.

"(...) Eles ainda são obrigados a provar que a poluição pode matar, uma vez que seus adversários são poluidores cínicos e contumazes. Agem como se nada de anormal estivesse acontecendo em áreas críticas como Cubatão, uma cidade famosa graças a fotos de satélites orbitais que registram em infravermelho a incrível concentração de metais pesados e poluentes atmosféricos. Infelizmente esta luta é deles. Isto é, não podemos exibir internacionalmente provas em seu lugar, ou persuadir os empresários a serem civilizados, trocando a poluição e a retórica da falsa inocência por filtros e mudanças racionais em seus processos de produção." (JT, 17/05/82)

De qualquer forma, as representações e ações em torno das carências relativas à saturação ambiental em Cubatão, geraram um clima propício à manifestação de diferentes identidades que se apresentam como potencialidades na politização de imagens que, em certa medida, reformulam as concepções clássicas de Ambiente e Desenvolvimento.

O primeiro ponto a ser ressaltado, diz respeito à generalização da inexistência de representações e ações formais bem articuladas, que dessem conta da saturação ambiental em suas especificidades. Esta investigação na realidade, pode acompanhar esta construção paulatina, através de um processo concreto de politização de carências.

Em um primeiro momento, no início da década de oitenta houve uma rápida articulação de lideranças políticas, que na verdade baseavam-se em representações e condutas pré-concebidas, resultando em um confronto de generalidades.

Em seguida, a vitalidade do cenário político local e estadual, além da grande circulação de informações e trocas de experiências enriqueceram as condutas e as concepções utilizadas.

Além do que, os efeitos da saturação dos sistemas naturais, por suas características horizontalizantes, facilmente colocaram a nu os papéis desempenhados por diferentes segmentos sociais no processo de politização de carências emergentes. A estatura dos interesses envolvidos na institucionalização desta ordem de demandas rapidamente demarcou as fronteiras autorizadas nas condutas em formação.

Um outro fator fundamental de enriquecimento do processo de politização das demandas sociais emergentes foi o quadro de alianças entre segmentos política e culturalmente diferenciados. O resultado foi no mínimo muito fecundo, graças à interpenetração de representações e modos de ação anteriormente fechados em torno de postulados mais ou menos rígidos e pré-estabelecidos.

Em linhas gerais, podem ser identificados quatro modos de ação principais que, às vezes se completam e outras são efetivamente excludentes e adversários.

O primeiro modo de ação é baseado na organização de categorias definidas a partir da luta de classes e expressa um projeto político socialista. O conflito fundamental entre as posições antagônicas ao nível estrutural, responsável em última instância, pela degradação da vida coletiva em Cubatão, é resolvido ao nível fenomênico pela oposição entre os interesses das camadas exploradas e da indústria, vista como a materialidade do poder econômico.

O poder público em geral e o poder político local são tratados como "sendo de alguma forma resultantes das relações de força que se configuram na sociedade" e refletiria, através da

atuação de seus órgãos, os interesses dominantes. (4)

Neste sentido, a "participação da população é vista como um fim em si mesmo", mas é revestida do papel de mudar a cor relação de forças no poder, nunca para buscar "um estilo de participação alternativa aos padrões institucionais existentes". (5)

Este modo de ação é fortemente marcado por representações que concebem Cubatão como a reprodução da lógica excludente do modelo de acumulação "capitalista selvagem" que se implantou no Terceiro Mundo e a questão da qualidade dos sistemas naturais seria mais um item na longa lista de carências a que está submetida a classe trabalhadora, diante das diferentes formas de exploração de sua força de trabalho.

Do ponto de vista das representações, a negatividade de resultante da identificação de fatores unicamente objetivos co mo pressupostos básicos da degradação ambiental, acaba movimentando a ação política no sentido de criar uma identidade baseada em valores igualitários, que se define a partir do sentimento de exclusão.

Vale dizer que os principais protagonistas deste modo de ação são os militantes do PT, da Pastoral Operária da Igreja

(4) BOSCHI, R. & CERQUEIRA, E.D. "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica". BIB. Nº 1. pp. 12-31. R. Janeiro. p. 14.

(5) JACOBI, P. Movimentos Sociais - Teoria e Prática em Questão. Trabalho Apresentado ao GT Lutas Urbanas. X Encontro Anual da ANPOCS. mimeo. Águas de S. Pedro. 1986.

Católica, além de representantes da Teologia da Libertação das Igrejas Episcopal e Metodista, que compõem a aliança em torno da Associação das Vítimas. Com relação às Igrejas Católica e Protestantes, seria importante ressaltar o papel desempenhado junto à Associação, de suporte institucional (6):

"Nesse sentido, a cultura política construída a partir desse suporte, representa uma quebra com as práticas dominantes e sua ação se pauta por uma concepção de igualdade a partir de relações de solidariedade, buscando contribuir para a formação de uma consciência coletiva (Krische e Vasconcelos, 1984). A experiência de igualdade emerge não só das práticas, mas principalmente a partir da percepção de carências e de direitos dos excluídos, que compõem uma coletividade de iguais."

Talvez a influência das Igrejas tenha sido fundamental na estatutura da bandeira de defesa da vida e de justiça social no seio das representações veiculadas pela Associação das Vítimas.

O segundo modo de ação - o ambientalista - foi construído fora do município, onde se encontram suas bases de sustentação. Mas através da aliança com a Associação das Vítimas conseguiram ampliar consideravelmente o papel desempenhado na ação política local.

A penetração da ação ambientalista foi possível graças a dois protagonistas: a SBPC e o movimento ambientalista de Santos, principalmente o Movimento de Defesa da Vida e o Centro de Estudos Ecológicos de Santos, que contam com militantes comuns ao

(6) JACOBI, P. (1986). op.cit. pp. 17-8

PT. Longe de ser um bloco homogêneo, conseguiram imprimir alguns elementos ecologizantes comuns às representações acerca da crise vivida por Cubatão, mas principalmente junto à Associação das Vítimas, que incorporou parte do discurso próprio dos ambientalistas.

Sua importância reside no fato de que a SBPC e a ação ambientalista santista conseguiram conquistar amplas frentes de atuação, abrindo espaços consideráveis na imprensa regional e internacional. Promoveram a internacionalização do conflito e a ação política local acabou sendo fortemente influenciada pela exteriorização das condutas, anteriormente centradas no município.

Em linhas gerais, a lógica da ação ambientalista e das representações que lhe dão sustentação transitam em torno do eixo Vida e Morte, baseando-se no sentimento de solidariedade interclassista e diacrônica. O direito à vida e ao futuro - que se sustenta na ampliação dos limites do conceito de sobrevivência, tido como um valor - passa a ser o ponto fundamental da ação política ambientalista.

Para tanto, buscam ampliar os espaços de atuação no sentido de produzir uma nova consciência - ecológica - definida a partir de valores alternativos àqueles hoje dominantes. Nesta redefinição valorativa, o ambiente deve ocupar posição fundamental, enquanto "locus" de produção e reprodução da vida.

Sob esta perspectiva coloca-se em questão a lógica da concepção predatória dos diversos modelos de desenvolvimento tecnológico ocidentais, a partir da redefinição das necessidades mate-

riais, com a incorporação de valores pós-materialistas. (7)

Já a SBPC, que faz da discussão das políticas de desenvolvimento seu carro chefe, demonstra algumas contradições na formulação do problema, apesar de uma base comum definida a partir de valores de justiça social. Se de um lado existem alguns membros que investem em uma ação socialista, opondo-se ao modelo de acumulação capitalista, de outro existem aqueles que buscam no subdesenvolvimento brasileiro a lógica da degradação ambiental e da vida coletiva. Vinculam-se ao discurso da modernização e os instrumentos técnicos do planejamento e de controle ambiental são colocados como "possibilidade de harmonização social de interesses". (8)

Por outro lado, as alianças em torno de posições políticas tão variadas acabam revelando algumas tensões ao nível das representações e até da ação. A mais evidente é a questão da determinação do econômico em última instância, que além de diluir as representações em torno das especificidades da questão ambiental, substituindo-as pela contradição fundamental entre Capital X Trabalho, acaba incompatibilizando-se com a perspectiva multifacetada da análise ecológica.

Por outro lado, as análises centradas no conceito de

(7) Sobre as características e alcance do movimento ecológico, enquanto agente transformador da cultura política ver: VIOLA, E. op.cit.

(8) RIBEIRO, A.C.T. Identidade da Urbanização Brasileira ou em Busca da Consciência Coletiva. Trabalho Apresentado ao Simpósio "A Metropolização e a Crise". Depto. Geografia. USP. mimeo. São Paulo. 1985.

ecossistema, que inviabilizam a definição do homem no topo da hierarquia das espécies, demonstram grande dificuldade em dialogar com as exigências da esquerda do Terceiro Mundo, que prioriza as reivindicações relacionadas às condições materiais de vida das classes trabalhadoras, mesmo em detrimento do ambiente onde vivem.

Estes modos de ação e as representações que estão em sua base ressurgem em Cubatão, ainda que pouco sistematizados, como elemento chave para o avanço das possíveis alianças, prováveis graças à preocupação comum com a valorização da vida de um modo geral. Mas a controvérsia acaba sendo explicitada, por exemplo, por ocasião das discussões sobre a sobrevivência. Fica uma questão formulada, mas não respondida: a sobrevivência para o caso de Cubatão, que se caracteriza objetivamente pela degradação das condições materiais de vida e do ambiente, deve ser pensada em termos imediatos, a partir das carências materiais, como propõe a esquerda tradicional, ou em termos mediatos, como propõe a ação ambientalista? A resposta a esta questão ajudaria a refletir sobre os interesses envolvidos na definição dos limites da expansão industrial, além das propostas em torno da concentração das fontes potencialmente poluidoras. Esta problematização poderia ser útil também na formulação de um projeto de desenvolvimento alternativo ao proposto pelas elites.

Por exemplo, uma das reivindicações do Movimento de Desempregados, liderado pela Associação das Vítimas, era a expansão industrial e a reabertura da aciaria da Cosipa que, apesar de altamente poluente, absorve mão de obra desqualificada.

O terceiro modo de ação diz respeito à ação tecnocrática e pode ser definida a partir do discurso técnico articulado a modelos de modernização. O discurso técnico foi amplamente difundido em Cubatão e a ação subsequente encontrou eco junto a diversos segmentos sociais, tal qual a elite empresarial progressista, a tecnoburocracia, representantes da academia, chegando a "ensaiar a substituição relativa da atuação imediata e localizada do político tradicional pela face moderna do técnico".⁽⁹⁾

Em oposição à imagem de "caos urbano" ou ecológico articula-se a imposição de modelos de modernização, baseados na aparência de neutralidade política dos instrumentos técnicos do planejamento e controle ambientais. Nesta perspectiva, Cubatão é resultado de uma implantação caótica que reflete a inexistência de propostas "verdadeiramente racionais" de planejamento urbano e industrial e da ocupação desordenada do espaço. O trecho abaixo pode ser um bom indicador⁽¹⁰⁾:

"Estamos pagando fundamentalmente o preço do mau planejamento. A Refinaria de Cubatão, por exemplo, foi construída em 1954. (...) Naquela época nem se falava em poluição no Brasil. É evidente que um projeto de hoje não teria as mesmas características de um projeto de 50."

Outro bom indicador é a concepção de Werner Zulauf,

(9) *Idem*. pp. 9-10. Isso fica evidenciado pela resposta imediata dos políticos locais que incorporam elementos técnicos em seu discurso de cunho político.

(10) Pronunciamento de Michel Dib Rachì, engenheiro da Petrobrás em 1984, logo após o incêndio de Vila Socó. Fonte: Mesa Redonda "Condições Ambientais e de Segurança em Cubatão", promovida pelo jornal o Estado de São Paulo, (03/1984).

sobre os poderes alinhados em torno da degradação ambiental em Cubatão (11):

"Quem manda hoje em Cubatão é a razão, a técnica e a qualidade de vida. E a CETESB é o instrumento disso tudo."

Finalmente, o quarto modo de ação se caracteriza fortemente pelo sentimento coletivo do "pertencer", tanto do ponto de vista espacial de pertencer a uma determinada unidade geográfica, como cultural da criação da identidade "dos que ficam" em oposição a um forte sentimento de invasão, provocado pelas características migratórias do município e reelaborado em passado recente, por ocasião da notoriedade de Cubatão. Os principais protagonistas da ação comunitária são a aliança entre o poder político local e as indústrias, além da Renovação Carismática da Igreja Católica.

Este modo de ação busca a construção de uma identidade regional, calcada em valores de vizinhança, solidariedade e defesa dos bens (materiais e culturais) públicos e privados da comunidade. Segundo as representações que estão em sua base, o poder em todas as suas instâncias é a materialização do inatingível, resvalando a categoria do extraordinário.

Talvez não seja exagero classificá-lo como resultado da resistência à criação de uma identidade coletiva formada a partir do reconhecimento das carências materiais da coletividade,

(11) Em entrevista à autora em setembro de 1987.

definida publicamente em torno da negação.

Ao que tudo indica, até 1985 este modo de ação social teve grande repercussão em Cubatão, chegando a definir os resultados das eleições municipais naquele ano em favor do candidato da Renovação Carismática. Já as lideranças articuladas em torno da Associação das Vítimas, traduzindo a ação comunitária como manifestação de manipulação ideológica, agiram apenas no sentido de combatê-la.

Com isso, deixaram o espaço aberto para os avanços da elite local, da CETESB e dos dirigentes industriais que contavam com os programas de propaganda sobre a imagem da cidade e conseguiram relacionar, ao nível das representações, a reivindicação pelo controle da qualidade ambiental à negatividade que caracterizava a imagem pública de Cubatão.

Talvez a tendência observada até aquela data seja apenas circunstancial a um momento específico de inflexão na ação política, também resultante do desgaste esperado na própria militância. Por outro lado, é impossível deixar de admitir a importância das condutas comunitárias, bastante fortalecidas em situações críticas, quando seus protagonistas vivem um momento de confluência onde todos os direitos lhe foram negados, ou quando a impermeabilidade do Estado a toda e qualquer ordem de pressões investe na imobilidade e no abandono.

Evidentemente seria falso representar tais condutas como potencialidades que "reinventariam a sociedade e a vida polí

tica"; inversamente, não se pode afirmar que todas as formas de ação coletiva constituam-se como "demandas sociais à procura de uma oferta política que encontrarão cedo ou tarde", nem tampouco "são sinais de uma recusa global da sociedade". Porém, mesmo se o lugar ocupado por tais condutas no conflito é "fracamente ocupado" seria conveniente reconhecê-las como indicação de fatores favoráveis ou desfavoráveis à possível formação de atores sociais. Para Alain Touraine (12):

"A força e a fragilidade dos atores sociais e políticos na América Latina são o fato de que eles penetram no espaço político e de que, ao mesmo tempo, defendem as suas raízes culturais e são portadores de movimentos sociais. É esta miscibilidade, esta mescla de demandas culturais, sociais e políticas que é sublinhada (...) pelos que falam de novos movimentos sociais."

De resto, se for considerado o processo de constituição da cidadania em Cubatão, depois de um longo e doloroso processo de mobilização social, o município continuava proibido de deixar de engatinhar. Em contrapartida, Cubatão desempenhou um papel central para os protagonistas da politização de representações sobre Ambiente e Desenvolvimento, na medida em que revela alguns daqueles fatores complicadores que atingem as estratégias de mobilização política. A contradição entre duas categorias de ação coletiva, no caso a ação política e a comunitária expressando realidades distintas umas das outras, constitui-se ao nível das representa-

(12). TOURAINE, A. (1989). op.cit. pp. 283-4.

tações, como um sinal de que a vida privada pode servir de recurso para acomodar o espaço público à esfera do habitual.

Se o Estado ou as elites locais desempenharam um papel central na desarticulação da ação política, seus principais protagonistas agiram também como adversários de si mesmos. Por negligenciar o eixo que constituíra sua esperança, Cubatão como um todo abdicou da mudança.

Como que a indicar o espírito das condutas observadas em meio às marchas e contramarchas empreendidas por aqueles que deram sentido a esta investigação, segue o trecho abaixo:

"Segue o teu caminho minha caravela
Vai por outros mares outras terras
Eu sou marinheiro e revirei o mundo
P'rá descobrir o exílio no coração

Pelos setes mares enfrentei quimeras
Mas não sei domar as minhas feras
Fui sem oriente no rumo de outras Índias
Perdido nas neblinas da ilusão

Minha caravela aprendi a ver estrelas
Onde o céu andava escuro de paixão
Tive uma sereia que me alucinava
Que me amava e me socorria nas batalhas contra o vento

Via a lua branca refletida n'água
Naveguei por tantas Nicaráguas
Embarquei num sonho perdi minha fragata
Fiquei a ver navios na imensidão"

(Caravela, LETRA: Geraldo Carneiro

MÚSICA: Egberto Gismonti

do Disco: Olívia Byington, Melodia Sentimental, Continental. 1987)

bibliografia

Bibliografia (Referências)

Livros

- AB'SABER, A. "Um Exemplo a Não Ser Seguido". Ciência Hoje. Vol.1. nº 1. 1982.
- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. "Conceito de Iluminismo" in BENJAMIN, W., HORKHEIMER, M., ADORNO, T., HABERMAS, J. Textos Escolhidos. Abril Cultural. São Paulo. 1980. pp. 89-116.
- ALFORD, R. & FRIENDLAND, R. "Political Participation and Public Policy". Annual Review of Sociology. Vol. 1. 1975.
- ALVES, M.H.M. Estado e Oposição no Brasil (1964-84). Vozes. Petrópolis. 1984.
- ANTUNIASSI, R.C.L. et alii. O Movimento Ambientalista em São Paulo: Análise Sociológica de um Movimento Social Urbano. TEXTOS CERU. nº 02. São Paulo. 1989.
- ARAUJO JR., J.T. & DICK, V.M. "Governo, Empresas Multinacionais e Empresas Nacionais: O Caso da Indústria Petroquímica". Pesquisa e Planejamento Econômico. Vol. 4, nº 3. 1974.
- ASSUMPÇÃO, B. & OPDEBECK, L. "Distorções Culturais e Econômicas em Cubatão". Pau Brasil. DAEE. São Paulo. mar/ab 1986.
- BAQUERO, M. & REIS, J. "Participação e Espaço Imaginário". Revista de Ciências Sociais. Vol. 1. nº 3.
- BASBAUM, L. A História Sincera da República. Vol. 3. Alfa-Ômega. São Paulo. 1975.
- BAYLIS, T. "The Faces of Participation: A Comparative Perspective". Political Participation in América Latina. vol. 1. Holmes & Meyer Publishes Inc.
- BENEVIDES, M.V. Violência, Povo e Polícia. Brasiliense. São Paulo. 1983.
- BOSCHI, R. & CERQUEIRA, E.D. "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica". BIB: nº 1. Rio de Janeiro.
- BRANCO, S.M. O Fenômeno Cubatão. CETESB. São Paulo. 1984.

- CARDOSO, R.C.L. "As Aventuras de Antropólogos em Campo ou Como Escapar das Armadilhas do Método" in CARDOSO, R.C.L. A Aventura Antropológica. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1986.
- . A Aventura Antropológica. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1986.
- COHN, G. Petróleo e Nacionalismo. Difel. 1968.
- CRUZ, P.R.D.C. Inácio Rangel, um Pioneiro - O Debate Econômico dos Anos Sessenta. Dissertação de Mestrado. IFCH. UNICAMP. mimeo. Campinas. 1980.
- DALY, H. A Economia do Século XXI. Mercado Aberto. Porto Alegre. 1984.
- DRAIBE, S. Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil (1930-1960). Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1985.
- DREIFUSS, R.A. 1964: A Conquista do Estado. Vozes. 1986.
- DURHAM, E. A Reconstituição da Realidade. Ática. São paulo. 1978
- . "Movimentos Sociais: A Construção da Cidadania". Novos Estudos. CEBRAP. nº 10. São Paulo. 1984.
- . "A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas" in CARDOSO, R.C.L. A Aventura Antropológica. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1986.
- FERREIRA, Lúcia C. Abordagem Preliminar dos Estudos de Etnometodologia e Interacionismo Simbólico. Programa de Mestrado em Sociologia. IFCH. UNICAMP. mimeo. Campinas. 1985.
- FERREIRA, Lúcia C. A Crise Ambiental ou a Ruptura do Silêncio? Produção de Consciência Social em Cubatão. Trabalho Apresentado ao GT Ecologia, Política e Sociedade. XII Encontro Anual da ANPOCS. mimeo. Águas de São Pedro. 1988.
- GOFFMAN, E. Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Zahar. Rio de Janeiro. 1982.
- GOLDENSTEIN, L. Estudo de um Centro Industrial Satélite: Cubatão. Tese de Doutorado. Depto. Geografia. USP. São paulo. 1970.

- _____ . A Industrialização na Baixada Santista. IGEOUSP. São Paulo. 1972.
- _____ . O Assentamento Industrial na Baixada Santista. Seminário sobre Assentamento Industrial. PLANASA. mimeo. 1977.
- HABERMAS, J. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. 1984.
- _____ . "A Nova Intransparência". Novos estudos. CEBRAP. nº 18. São Paulo. 1987.
- HOGAN, D.J. Mobilidade Social, Espírito Comunitário e Percepções da Questão Ambiental em Cubatão, SP. Texto Apresentado ao GT Ecologia, Política e Sociedade. XII Encontro Anual da ANPOCS. mimeo. Águas de São Pedro. 1988.
- _____ . População e Meio Ambiente. TEXTOS NEPO. nº 16. UNICAMP. Campinas. 1989.
- _____ . Quem Paga o Preço da Poluição? Análise de Residentes e Migrantes Pendulares em Cubatão. Primeira Versão. IFCH/UNICAMP. nº 20. Campinas. 1990.
- JACOBI, P. Movimentos Sociais - Teoria e Prática em Questão. Trabalho Apresentado ao GT Lutas Urbanas, Estado e Cidadania. X Encontro Anual da ANPOCS. mimeo. Águas de São Pedro. 1986.
- _____ . Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Ed. Cortez. São Paulo. 1989.
- LACLAU, E. "Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social". Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 1, nº 2. ANPOCS. São Paulo. 1986.
- LEDRUT, R. Política Urbana e poder Local. L & D 3. 1981.
- LEFF, N. Política Econômica e Desenvolvimento no Brasil: 1947-64. Perspectiva. São Paulo. 1975.
- LEFORT, C. A Invenção Democrática. Brasiliense. São paulo. 1983.
- LUKÁCS, G. História e Consciência de Classe. Publicações Escor-

pião. Lisboa. 1974.

- MAGNANI, J.G.C. "Discurso e Representação, ou de Como os Baloma de Kiriwina podem Reencarnar-se nas Atuais Pesquisas" in CARDOZO, R.C.L. Aventura Antropológica. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1986.
- MALINOWSKI, B. "Baloma: Los Espiritus de los Muertos en las Islas Trobriand". Magia, Ciencia, Religión. Ariel. Barcelona. 1974.
- MAUSS, M. "Relações Reais e Práticas entre Psicologia e Sociologia" in MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. Vol. 1. Ed. Istmo. Lisboa. 1971.
- MELLO, J.M.C. Capitalismo Tardio. Brasiliense. São Paulo. 1982.
- MIRANDA, J.C.R. O Plano Trienal, O Canto do Cisne do Nacional-Desenvolvimentismo. Dissertação de Mestrado. I.E/UNICAMP. mimeo. Campinas. 1979.
- MONTEIRO, C.A.F. A Questão Ambiental no Brasil (1960-80). Série Teses e Monografias. nº 42. IGEOG-USP. 1981.
- MONTELEONE, R. "Os Problemas de Cubatão". Medicina e Cultura. vol. 1, nº 1. São Paulo. 1984.
- MONTELEONE, R. As Anomalias Congênitas e as Perdas Gestacionais Intermediárias e Tardias no Município de Cubatão. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Medicina/USP. mimeo. Ribeirão Preto. 1986.
- MORIN, E. O Método. vols I, II e III. Europa América. 198 .
- NEGRI, B. "As Políticas de Descentralização Industrial e o Processo de Interiorização em São paulo: 1970-85" in TARTÁGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. Modernização e Desenvolvimento no Interior Paulista. Ed. UNESP. São Paulo. 1988.
- NUNES, E. "Carências Urbanas, Reivindicações Sociais e Valores Democráticos". Lua Nova. nº 17. CEDEC. São Paulo. 1989.

- OFFE, C. "Critérios de Racionalidade e Problemas Funcionais da Ação Político-Administrativa" in OFFE, C. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. 1984.
- _____. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Tempo Brasileiro. 1984.
- OPHULS, W. Ecology and the Politics of Scarcity. W.H. Freeman & Company. San Francisco. 1977.
- ORTIZ, R. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. Brasiliense. São Paulo. 1985.
- OSAKABE, H. Argumentação e Discurso Político. Kairós. 1979.
- PÁDUA, J.A. Ecologia e Política no Brasil. Espaço e Tempo. Rio de Janeiro. 1987.
- PRANDINI, F.L. Características Gerais da Baixada Santista: Geomorfologia e Uso do Solo. CETESB/IPT. São Paulo. 1982.
- QUEIRÓS NETO, J.P. et alii. "A Situação em Cubatão: Documento Síntese do GT sobre Cubatão da SBPC". Ciência e Cultura. vol. 8. nº 35. Rio de Janeiro. 1983.
- RIBEIRO, A.C.T. Identidade da Urbanização Brasileira ou, Em Busca da Consciência Coletiva. Simpósio "A Metrópole e a Crise". I.G./USP. mimeo. São Paulo. 1985.
- SADER, E; PAOLI, M.C. et alii. "Pensando a Classe Operária: Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico". Revista Brasileira de História. nº 6. São Paulo. 1983.
- _____. "Sobre 'Classes Populares' no Pensamento Sociológico Brasileiro" in CARDOSO, R.C.L. A Aventura Antropológica. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1986.
- SENNETT, R. O Declínio do Homem Público. Companhia das Letras. São Paulo. 1988.
- SERRA, N.E. "Ordenação e Racionalização do Desenvolvimento Industrial" in SERRA, N.E. A Baixada Santista: Seus Problemas e Soluções. A Tribuna de Santos Editora. Santos. 1985.
- _____. A Baixada Santista: Seus Problemas e Soluções. A Tri

buna de Santos Editora. Santos. 1985.

- SUAREZ, M.A. Petroquímica e Tecnoburocracia. HUCITEC. 1986.
- TARTÁGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. Modernização e Desenvolvimento no Interior Paulista. Ed. UNESP. São Paulo. 1988.
- TOURAINE, A. Le Retour de L'Acteur. Fayard. Paris. 1983.
- _____. "As Possibilidades da Democracia na América Latina". Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 1, nº 1. ANPOCS. São Paulo. 1986.
- _____. Palavra e Sangue. Política e Sociedade na América Latina. Ed. UNICAMP. 1989(a).
- _____. "Novos Conflitos Sociais. Para Evitar Mal-Entendidos". Lua Nova. nº 17. CEDEC. São Paulo. 1989(b).
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT. In Defense of the Earth. The Basic Texts on Environment (Founex, Stockholm, Cocoyoc). PNUMA. Nairobi. 1981.
- VIOLA, E. "O Movimento Ecológico no Brasil (1974-85): Do Ambientalismo à Ecopolítica" in PÁDUA, J.A. Ecologia e Política no Brasil. Espaço e Tempo. Rio de Janeiro. 1987.
- VIVIESCAS, F. "Identidade Municipal e Cultura Urbana". Espaço e Debates. NERU. Ano. III, nº 24. São Paulo. 1988.
- ZALUAR, A. "Teoria e Prática do Trabalho de Campo: Alguns Problemas" in CARDOSO, R.C.L. A Aventura Antropológica. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1986.

Documentos e Relatórios

- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. CEI Para Averiguar Possíveis Irregularidades no Município de Cubatão e Dar Soluções aos Problemas de Poluição Ambiental. Relatório Final. São Paulo. 1981.

- ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DA POLUIÇÃO E DAS MÁS CONDIÇÕES DE VIDA EM CUBATÃO. Denúncia ao Povo Brasileiro. Documento. 1981.
- Nossa Vida é pelo Chão, pelo Pão e pela Vida. Resoluções do I Congresso da Associação das Vítimas. Cubatão. 1982.
- CETESB. Degradação da Cobertura Vegetal da Serra do Mar em Cubatão. Avaliação Preliminar. Relatório de Atividades. mimeo. São Paulo. 1980.
- Relatório Anual de Atividades. Anos 1983, 1984, 1985. São Paulo.
- Uma Radiografia para a Sobrevivência. ASCETESB. mimeo. São Paulo. 1984.
- Carta do Meio Ambiente e sua Dinâmica - Baixada Santista. ASCETESB. São Paulo. 1985.
- Controle da Poluição Ambiental em Cubatão. Resultados: jun 83 a jul 86. ASCETESB. São Paulo. 1986.
- CNBB. Campanha da Fraternidade de 1979. Documento Básico. 1979.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE CUBATÃO. Subsídios para a Elaboração do Plano Diretor da Baixada Santista. mimeo. 1983.
- Sub-Comissão de Poluição do Ar, Água e Resíduos Sólidos. Qualidade Ambiental em Cubatão: Subsídios para uma Política de Ação. Relatório Final. São Paulo. 1982.
- FARIA, M.M. Necessidades Sentidas pelo Cubatense. Controle da Poluição e a CETESB. Relatório de Atividades. USP/CETESB. Dep. Medicina Preventiva. USP. mimeo. São Paulo. 1984.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Programa O Direito de Saber. Banco de Dados sobre Produtos Químicos. Vol. 1. São Paulo. 1983.
- FERREIRA, Lúcia C. As Questões Ecológicas e as Classes Sociais. Relatório Final à FAPESP. IFCH/UNICAMP. mimeo. Campinas. 1987.

- GRUPO DE ESTUDOS DE POLUIÇÃO DO AR EM CUBATÃO. Avaliação Preliminar da Qualidade do Ar em Cubatão. Relatório Final. SEMA/I.F. USP. mimeo. São Paulo. 1982.
- RODRIGUES, R. et alii. Relatório sobre Mecanismos de Movimentos de Massa, Poluição Ambiental e Consequências sobre as Encostas da Serra do Mar. Faculdades Santa Cecília. mimeo. Santos. 1985.
- SICCT. Estado de São Paulo. Áreas Prioritárias para o Assentamento Industrial. Vols. I, II e III. São Paulo. 1982(a).
- _____. Diretrizes para a Política de Desenvolvimento e Descentralização Industrial. São Paulo. 1982(b).
- SOCIEDADE DE MELHORAMENTOS DE VILA NOVA. Moção de Apoio à Vila Parisi. Documento. Cubatão. 1981.

Jornais, Revistas, Boletins

- Folha de São Paulo (São Paulo)
- O Estado de São Paulo (São Paulo)
- Jornal da Tarde (São Paulo)
- Tribuna de Santos (Santos)
- Cidade de Santos (Santos)
- Revista Veja, Isto É, Visão
- FIESP/CIESP em Notícias (São Paulo)
- CIESP Expediente. Publicação Oficial da Delegacia Regional do CIESP de Cubatão (Cubatão)

ANEXO 1

CUBATÃO (SP) - Indicadores do Desenvolvimento Municipal - 1988.

População Total: 112.426
População Urbana: 111.959
Agências Bancárias: 11
Empresas Cadastradas no Ministério da Fazenda: 1.460
Índice Crescimento População (80-85): 4,57

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS (Em Cz\$ 1.000.000,00)

Arrecadação Municipal

Valor Absoluto: 18.203 v
Índice Per-capta: 161,9
Classificação: 1

Arrecadação Federal

Valor Absoluto: 2.417
Índice Per-capta: 21,5
Classificação: 25

Valor Adicionado do ICM

Valor Absoluto: 514.017
Índice Per-capta: 4.572,0
Classificação: 2

INFRA-ESTRUTURA DE SERVIÇOS

Ligações Elétricas

Valor Absoluto: 17.529 (nº ligações domiciliares)
Valor Relativo: 1.565,7 (quantidade ligações/10 mil morad. urbanos)
Classificação: 1.202

Ligações de Água

Valor Absoluto: 13.131 v (ligações totais na rede)
Valor Relativo: 1.172,8 (nº absoluto/10 mil hab. urbanos)
Classificação: 1.154

Ligações de Esgoto

Valor Absoluto: 0 v

Valor Relativo: 0,0

Classificação: 618

Telefones

Valor Absoluto: 10.979

Valor Relativo: 980,6

Classificação: 391

INDICADORES SOCIAIS

Leitos Hospitalares

Valor Absoluto: 261

Valor Relativo: 23,2

Classificação: 609

Veículos

Valor Absoluto: 4.744 v

Valor Relativo: 422,0

Classificação: 580

Profissionais Liberais (médicos, dentistas e professores dos três
graus de ensino escolar)

Valor Absoluto: 1.100 v

Valor Relativo: 97,8

Classificação: 535

Obs: "v" = estimativa do Depto. Pesquisa, Editora VISÃO

FONTE: Dirigente Municipal. Ed. VISÃO. Vol. XX, nº 12. Dezembro de
1989.

ANEXO 2

Listagem de Entrevistas por Instituição e Número de Entrevistas

Partidos Políticos

PMDB (2)

PFL (2)

PT (2)

PDC (2)

PCB (2)

Poder Político Local

Prefeitura Municipal: Prefeito (2), Primeira Dama (1)

Câmara de Vereadores (3)

Movimentos Reivindicatórios

Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições de Vida de Cubatão (2)

Movimento de Defesa da Vida (1)

Igrejas

Católica: Igreja Libertadora (1), Movimento Carismático (4)

Protestantes: Igreja Metodista (1), Igreja Pentecostal (1)

Sindicatos e Associações de Classe

Sindicato dos Petroleiros (1)

Sindicatos dos Metalúrgicos (2)

Federação das Indústrias Químicas (2)

Universidades, Institutos de Pesquisa e Órgãos Públicos

CETESB (4)

Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2)

USP, Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina (1)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1)

Centro de Saúde de Cubatão (2)

Associações de Classe

CIESP, Regional de Cubatão (2)

Entidades Cívís

Lion's Club de Cubatão (1)

UNIDADE	BC
PROC.	208/91
DOAÇÃO, PREÇO ES-	
TIMATIVO	086.000
DATA	13-8-91